

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Paulo Ricardo Zilio Abdala**

**Organização do Conceito “Nova Classe Média”, dialética do consumo e superexploração  
renovada do trabalho**

**Porto Alegre**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
TESE DE DOUTORADO**

**Paulo Ricardo Zilio Abdala**

**Organização do Conceito “Nova Classe Média”, dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.**

**Orientadora: Maria Ceci Araújo Misoczky**

**Porto Alegre**

**2014**

CIP - Catalogação na Publicação

Zilio Abdala, Paulo Ricardo  
Organização do Conceito "Nova Classe Média",  
dialética do consumo e superexploração renovada do  
trabalho / Paulo Ricardo Zilio Abdala. -- 2014.  
154 f.

Orientadora: Maria Ceci Araújo Misoczky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de  
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,  
2014.

1. Nova Classe Média. 2. Expansão do Mercado de  
Massa. 3. Dialética do Consumo. 4. Não-Consumidores.  
5. Superexploração do Trabalho. I. Araújo Misoczky,  
Maria Ceci, orient. II. Título.

*O Doutorado foi uma jornada de transformações.  
Agradeço a minha orientadora, Maria Ceci, pelo apoio essencial  
para que eu descobrisse quem sou como pesquisador.  
Menciono ainda, em caráter de admiração,  
o professor Ariston Azevedo e a professora Sueli Goulart.  
Se hoje, enquanto acadêmico, acredito no que faço,  
é por que tenho em quem me inspirar.*

*Agradeço também à Agnes Gossenheimer por estar ao meu lado  
em todos os passos do caminho, a ti todo meu amor e admiração;  
e ao Pancho, companheiro inseparável das jornadas de estudo.*

*Por fim, uma lembrança especial para a família e os amigos,  
sem os quais nada disso faria sentido.*



*"Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.*

*Essa tempestade é o que chamamos progresso."*

*(WALTER BENJAMIN)*

## RESUMO

O discurso oficial sustenta que o modelo de desenvolvimento brasileiro da última década baseia-se no binômio investimento em infraestrutura e expansão do mercado de massa (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013). Por sua vez, a ampliação do mercado consumidor no país ocorreu a partir da incorporação de novos consumidores, base do processo difundido como o surgimento de uma suposta nova classe média. Essa chamada classe é, na realidade, um estrato de renda, definido a partir de limites financeiros superiores e inferiores estabelecidos arbitrariamente para criar uma imagem positiva do país, um movimento típico da ciência da ocultação, aquela que tenta encobrir os problemas históricos do subdesenvolvimento. Ao logo deste ensaio, demonstro as inconsistências na lógica interna que sustenta o conceito de nova classe média, rejeitando sua organização. Em seu lugar, proponho outro olhar teórico para o fenômeno, baseado nas categorias dialética do consumo, a partir de Álvaro Vieira Pinto (2008), e superexploração do trabalho, parte da Teoria Marxista da Dependência (TMD), conforme postulada por Ruy Mauro Marini (1991a). Esse procedimento permite analisar o aumento do consumo em sua articulação com as classes sociais, o trabalho e a produção, relações inseridas nas contradições do capitalismo dependente. Portanto, nesta Tese defendo o argumento de que a estratégia de expansão mercado de massa oculta, através do conceito de nova classe média, as contradições do capitalismo dependente e renova a superexploração do trabalho no consumo de não-consumidores.

Palavras-Chave: Nova Classe Média. Expansão do Mercado de Massa. Dialética do Consumo. Não-Consumidores. Superexploração do Trabalho.

## ABSTRACT

Official discourse sustains that the Brazilian development model in the last decade is based on the binomial: investments in infrastructure and mass-market expansion. My point of departure in this Thesis is the growth of the consumer market originated in the incorporation of new consumers, the base of the process known as the emergence of the Brazilian new middle class. This so called class is, in fact, an income stratum, defined by superior and inferior financial limits arbitrarily established to create a positive image of the country, a typical movement of the occultation science, one that tries to uncover underdevelopment historical problems. Throughout this research, I demonstrate the inconsistencies in the internal logic that sustains the concept of new middle class, rejecting it. Instead, I propose another theoretical approach, based on the categories dialectics of consumption, by Álvaro Vieira Pinto (2008), and overexploitation of labor, by Ruy Mauro Marini (1991a). This procedure allows analyzing the increase in consumption in its articulation to the categories of social classes, labor and production, relations merged in the contradictions of the dependent capitalism. Eventually, I defend the following argument in this Thesis: the strategy that organizes the expansion of mass-market hides, behind the new middle class concept, the contradictions of the dependent capitalism and renews the non-consumers overexploitation of labor.

Keywords: New Middle Class. Mass-market Expansion. Dialectics of Consumption. Non-Consumers. Overexploitation of Labor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capas da revista The Economist de novembro de 2009 e outubro de 2013 .....	19
Figura 2 – Capa da revista Época Negócios - novembro de 2009.....	25
Gráfico 1 – Geração de Empregos Formais entre 2003 e 2011 (em mil).....	26
Quadro 1 - Políticas voltadas para a expansão do mercado de massa.....	46
Gráfico 2 - Operações de crédito para pessoas físicas (em milhões de R\$) 06/2002 – 12/2012 .....	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Presença de Bens Duráveis por Domicilio no Brasil.....	22
Tabela 2 – Computador nos Domicílios por faixa de renda, comparativo 2001 – 2012.....	23
Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade classificadas por faixa de rendimento mensal (mil pessoas) – 2001 - 2012.....	28
Tabela 4 – Reajuste do Salário Mínimo 2002 - 2014 .....	47
Tabela 5 - Medidas de estímulo ao consumo por desoneração fiscal.....	54
Tabela 6: Porcentagem da população classificada por horas trabalhadas e classes de rendimento - 2013 .....	131

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA DE ESTUDO E DA TESE.....	11
2 ORGANIZAÇÃO DO CONCEITO “NOVA CLASSE MÉDIA”.....	22
2.1 O aumento do consumo na perspectiva das famílias.....	22
2.2 As estratégias organizadoras do incentivo do consumo de massa: da origem à atualidade da formulação do conceito “nova classe média”.....	31
2.2.1 Uma das metamorfoses do Partido dos Trabalhadores: do socialismo ao consumismo .	34
2.2.2 As estratégias governamentais para a expansão do mercado de massa.....	44
2.3 Sobre a rejeição da existência de uma nova classe média brasileira.....	55
2.3.1 Classes e estratos sociais .....	56
2.3.2 Sobre os conceitos de classe média e de nova classe média .....	63
2.3.3 A denominada nova classe média brasileira.....	66
2.4 Os não-consumidores e a dialética do consumo .....	79
3 DEBATES SOBRE DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: A RENOVAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO .....	88
3.1 Celso Furtado e a legitimação do modelo de desenvolvimento brasileiro .....	91
3.1.1 Celso Furtado e a busca pelo desenvolvimento autônomo nacional: do desenvolvimentismo ao incentivo do mercado interno .....	94
3.1.2 Desenvolvimentismo e políticas de incentivo ao consumo no pensamento de Celso Furtado.....	99
3.2 A Teoria Marxista da Dependência segundo Ruy Mauro Marini .....	102
3.2.1 Ruy Mauro Marini.....	103
3.2.2 Vigência e renovação da dependência.....	107
3.2.3 Os limites do mercado interno e a renovação da superexploração do trabalho.....	125
4 O NÃO-CONSUMIDOR E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ÁLVARO VIEIRA PINTO E RUY MAURO MARINI .....	137
REFERÊNCIAS .....	141

## 1 APRESENTAÇÃO DO TEMA DE ESTUDO E DA TESE

O notável aumento do consumo observado durante os anos 2000 no Brasil, relacionado com a ascensão de uma suposta nova classe média, é o ponto de partida desta Tese de doutorado.

Apesar deste trabalho ser realizado em um curso de administração e ter como objeto de estudo o consumo e a chamada nova classe média, ele não se enquadra na área de comportamento do consumidor ou de marketing, partindo da rejeição do *management*<sup>1</sup> e da possibilidade de converter a pesquisa acadêmica em um instrumento para criação de estratégias de mercado.

Para compreender esta negação, é preciso saber que a organização, objeto de estudos da administração, é um conceito em disputa. Neste sentido, o Grupo de Pesquisa do qual faço parte, Organização e Práxis Libertadora<sup>2</sup>, trabalha com uma perspectiva orientada para o estudo de práticas organizacionais a partir de um referencial teórico crítico alinhado, principalmente, com a tradição do pensamento social brasileiro e latino-americano. Com esse norte, diferentes frentes de trabalho são trilhadas<sup>3</sup>, com o presente estudo se inserindo na linha Estudos Críticos do Desenvolvimento<sup>4</sup>, na área dos Estudos Organizacionais e na temática de Economia Política da Organização<sup>5</sup>.

A clareza sobre meu posicionamento no campo é importante na medida em que o curso de doutorado marcou, em minha trajetória acadêmica, o afastamento do campo de pesquisa de marketing e comportamento do consumidor, no qual realizei o mestrado. Pessoalmente, isso significou compreender que a suposta universalização das práticas de consumo, refletida nos estudos descontextualizados da área de marketing, é um elemento a serviço de um pensamento conservador que, ao homogeneizar uma prática social fundamental como o consumo, empalidece as contradições e as particularidades do real. A ignorância desse fato central, seja

---

<sup>1</sup> Termo que designa o conhecimento teórico em administração voltado para encontrar o melhor jeito de gerenciar organizações, neste contexto compreendidas como sinônimo de empresas.

<sup>2</sup> Para uma compreensão sobre a concepção do grupo Organização e Práxis Libertadora ver Misoczky (2010).

<sup>3</sup> Estudos críticos do desenvolvimento; organização para a produção e acesso ao conhecimento: concepções em disputa Pensamento social latino-americano; contribuições para os estudos organizacionais e para a administração pública; e práticas organizacionais de lutas e movimentos sociais.

<sup>4</sup> Aborda os projetos contemporâneos relacionados ao tema do desenvolvimento na América Latina, tomando como referência principal, mas não exclusiva, a tradição do pensamento social brasileiro e latino-americano. A enfoque crítico toma como referência ético-normativa a proposição de Enrique Dussel, segundo a qual, tudo o que coloca em risco a reprodução e crescimento da vida em comunidade não tem legitimidade.

<sup>5</sup> A esse respeito ver o subtítulo do Laemos 2014 organizado por S. Böhm, R.K. Flores e M.C. Misoczky, intitulado “*Critical Political Economy of Organization: possibilities of liberation and alternatives*”. Detalhes em: <http://laemos.com>.

proposital ou não, leva grande parte dos pesquisadores do marketing a analisar o consumo como um circuito praticamente fechado, ou, quando muito, ligado às necessidades e às representações simbólicas. O problema reside em estreitar o entendimento da importância do consumo para a sociedade, deixando de lado as contradições que emergem a partir de suas relações com outros elementos dos quais ele é indissociável, como a produção, o trabalho e as classes sociais, como será demonstrado ao longo deste trabalho.

Como ilustração, transcrevo o trecho em itálico abaixo, escrito por mim na República Tcheca em uma viagem realizada durante o doutorado. Considero esta passagem interessante por representar um marco no meu processo de entendimento de como a aparente universalização do consumo encobre diferenças elementares.

*Ao chegar em um país estranho e se deparar com outra língua, por vezes com outro alfabeto, o sujeito perde sua referência inicial. Pelo menos até encontrar uma propaganda ou loja de uma marca conhecida. Quando o assunto é consumo todos parecem falar a mesma língua. Marcas conhecidas, produtos expostos, etiqueta de preços, provador, caixa, cartão, código, sacola. O protocolo é o mesmo em qualquer lugar, mesmo que eles sejam muito diferentes entre si. Como a moda que dita o ritmo das estações.*

*Cidade de Praga, República Tcheca, Março, sensação térmica na rua de menos 12 graus Celsius. Dentro de um varejo de roupas com presença global, sons de passarinhos, iluminação quente e temperatura tropical tentam simular a primavera do calendário, que lá fora ainda não chegou. Não existem mais roupas de inverno à venda, apesar do frio congelante. Biquínis brasileiros ornamentam manequins seminus, se adicionando ao colorido da coleção de roupas leves. Uma fotografia de uma modelo em uma praia contrasta com a neve que insiste em pintar a cidade em tom monocromático.*

*Sul do Brasil, mesmo mês, mesmo ano. Temperatura de 30 graus Celsius, mormaço e suor escorrendo na testa. Dentro de um Shopping Center com iluminação e temperatura controladas, a mesma loja de roupas da cena anterior. O adesivo na vitrine anuncia a coleção de inverno. Casacos e cachecóis vestem os manequins, enquanto uma iluminação branca simula o frio. As camisetas, que todos usam na rua naquele momento, são encontradas apenas em um canto do estabelecimento. Enquanto alguém experimenta um casaco quente, na praça, alguns meninos tomam banho no chafariz.*

A República Tcheca e o Brasil têm seus problemas sociais e econômicos próprios, assim como suas diferenças culturais, históricas, geográficas e, é claro, climáticas. Entretanto, a ideia de universalidade transmitida a partir do consumo ignora as particularidades de tempo e espaço, tentando submetê-las à lógica do produtivismo e da acumulação de capital. Adquirir

consciência desse fato me fez refletir sobre para que e para quem serve o conhecimento que produzimos.

Como mais um exemplo, cito Gilles Lipovestky, filósofo Francês adepto do movimento pós-moderno<sup>6</sup> ou hipermoderno, como ele prefere. Em uma entrevista para um veículo de comunicação, quando passava pela cidade de Porto Alegre para falar no evento *The New World of Luxury*, perguntado sobre o momento de incerteza econômica, sentenciou:

[...] o consumo permite esquecer. Se você tem problemas, muitos já não recorrem, como no passado, às orações. O consumo é uma maneira de se dar prazer. É como se dissessem: temos muitos problemas, mas temos direito a ter um pouco de felicidade, de tranquilidade. Se você está com problemas no relacionamento ou no trabalho, pode fazer uma viagem de final de semana, ir ao cinema ou escutar música no smartphone. O consumo permite respirar e se torna terapêutico. É por isso que há um grande apetite pelo consumo, porque permite completar, compensar o que você não tem". (SCHENKEL, 2013)

O consumo é tratado como a solução de todos os males, e não como a causa de vários deles, como o endividamento, os problemas de saúde e de relacionamento causados pelo excesso de trabalho, e a disseminação da violência motivada pela impossibilidade de comprar.

Esta perspectiva foi criticada por Vega Cantor (2007, p. 86), com quem concordo. Diz ele:

Com efeito, o capitalismo conseguiu introduzir em todas as partes a ideia e, o que é pior, o hábito que o consumo de mercadorias é a máxima expressão de conforto e de liberdade. Isso acontece com todos os setores sociais, como se evidencia com a onipresença de televisores e aparelhos celulares, artefatos que iludem as pessoas com a ideia de que seu consumo as faz participar de um mundo moderno. Por isso, todos ambicionam consumir, sem se preocupar com os meios que tenham que empregar para obter êxito. Nem tampouco importa saber o que se consome, qual sua qualidade e sua importância para a vida humana.

Para ele, a vulgar apologia do suposto processo irreversível de globalização e universalização do consumo se agrava no contexto da América Latina, uma região “castigada pelos resultados nefastos do imperialismo e da ditadura generalizada do Deus Mercado” (VEGA CANTOR, 2007, p. 86). Através do consumo de itens presentes em todo o planeta, como certas marcas de aparelhos celulares, a exploração e a desigualdade “ficam obscurecidas por trás da falsa ideia de que o consumo nivela a todos, não importando classe, gênero, idade ou procedência étnica” (VEGA CANTOR, 2007, p. 87).

A constatação da tática de ocultação dos problemas históricos por meio do consumo, denunciada por Vega Cantor (2007), parece muito apropriada para a realidade brasileira da

---

<sup>6</sup> O pós-modernismo é entendido como uma linha de pensamento, uma maneira de enxergar a realidade associada ao fim das grandes narrativas e ao questionamento das noções estáveis de razão, verdade, objetividade e identidade, como preconizado por Lyotard (2011).

primeira década dos anos 2000. No país, nunca tantos tiveram acesso a tão variados bens de consumo. Segundo dados de pesquisa da Datapopular<sup>7</sup>, uma das principais consultorias dedicadas a compreender o fenômeno pelo ponto de vista do potencial de negócios, a classe média brasileira consumiu cerca de R\$ 1 trilhão em 2013. Se ela fosse um país estaria situada na 18ª posição mundial em um ranking de despesas de famílias com o consumo, na frente da Holanda e da Suíça (MEIRELLES, 2013). Isso significa que “além de eletrônicos como TV, celulares, computador, ela [a suposta nova classe média] se permitiu trocar o ônibus lotado por uma motocicleta ou pelo seu primeiro carro popular, fazer sua primeira viagem de avião e ingressar em uma universidade” (MEIRELLES, 2012, p. 46).

O ex-Presidente Lula, em uma entrevista de balanço sobre a primeira década do Partido dos Trabalhadores à frente do Governo Federal, afirmou:

Esse foi o grande legado desses dez anos: nós nos descobrimos para nós mesmos. Nós não somos mais tratados como cidadãos de segunda classe. Nós temos o direito hoje de andar de avião, de entrar num shopping e comprar coisas que todo mundo sempre quis comprar. E recuperamos o prazer, o gosto de ser brasileiro, o gosto de amar o nosso país. (SILVA, 2013, p. 12)

É possível reconhecer a semelhança entre o trecho da entrevista de Lula e a perspectiva pós-moderna da fala de Lipovetski (SCHENKEL, 2013), reproduzida anteriormente. Em ambos, a ligação entre existir no mundo, ter prazer e consumir é direta. Para Lula (SILVA, 2013), ser uma pessoa de primeira classe é ser um consumidor e frequentar shopping center, adquirindo orgulho do país, uma nação na qual as pessoas podem comprar “o que quiserem”.

De fato, habita o senso comum a ideia de que existe uma conexão imediata entre o aumento do consumo e a melhoria do nível geral de vida da população. O problema é que essa associação mecânica ignora que a vida transcorre em uma totalidade social da qual o consumo faz parte, só existindo em relação a outros elementos que lhe são indispensáveis, como a produção, por exemplo. Ocorre que na maioria das vezes a única parte visível do ciclo econômico é o consumo, realizado em espaços limpos e planejados que em nada lembram as duras condições de trabalho de algumas fábricas e espaços de extração de matéria-prima. Como a ponta do iceberg, o consumo reflete ao sol, enquanto por baixo uma imensa massa permanece esquecida, longe dos olhos. Por isso, é preciso ampliar a análise, reconhecendo que o aumento do consumo vivido pelas famílias brasileiras é organizado como parte de uma estratégia política, relacionada ao modelo de desenvolvimento atual. Por sua vez, essa estratégia se

---

<sup>7</sup> A Datapopular e seu diretor, Renato Meirelles, têm sido parceiros do Governo Federal na defesa e delineamento do conceito de nova classe média.

desdobra em um estratagema<sup>8</sup>, a partir do qual o lado dourado e visível do mercado de consumo é enfatizado, ocultando suas contradições.

O discurso oficial<sup>9</sup> indica que o modelo de desenvolvimento<sup>10</sup> brasileiro da última década se sustenta em dois pilares: “o primeiro, fundado na expansão do mercado de consumo de massa resultante da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras; e o segundo, centrado no investimento, público ou privado induzido pelo governo, em infraestrutura” (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013, p. 1).

Os novos consumidores, incorporados ao consumo de massa, formam a base do processo que vem sendo difundido como o surgimento de uma suposta nova classe média brasileira, ou seja, um estratagema “que organiza os ganhos reais dos salários de pessoas de baixa renda no Brasil e os avanços nas políticas sociais sob este título” (BARTELT, 2013, p. 4). A existência de uma suposta nova classe média é um conceito síntese, utilizado para reforçar positivamente as políticas econômicas e sociais do Governo Federal, sendo resultado de um longo processo de formulação dentro do Partido dos Trabalhadores, como será demonstrado no Capítulo seguinte.

Para Marcelo Neri (2011), ideólogo oficial e primeiro defensor da suposta existência de uma nova classe média, sua emergência se fundamenta na tríade trabalho, consumo e produção, sendo resultado de uma espiral positiva na qual a criação de novos postos de trabalho formais teria levado a um aumento de renda, e, em consequência, fomentado o mercado interno e/ou a produção. A análise de Neri (2011) se baseia em uma superestimação por meio da fragmentação de dados econômicos e sociais escolhidos com o propósito de criar e sustentar uma imagem positiva do Brasil, caracterizando-se mais como uma “estratégia de marketing político” do que como uma análise acadêmica (BARTELT, 2013, p. 5). A mistificação do argumento se expressa em sua fixação na aparência fenomênica, sintetizando consumo, trabalho e produção sob a categoria renda e limitando a análise aos mecanismos de mercado, separando o econômico e o social. Ao tratar a classe social como um estrato<sup>11</sup>, uma faixa de rendimento mensal, oculta as relações sociais de produção e evita discutir as contradições de classe e os problemas estruturais

---

<sup>8</sup> Em “A Arte de Estar Certo”, Schopenhauer (1923) se refere aos estratagemas desonestos como maneiras pelas quais as pessoas argumentam para vencer debates mesmo sem estarem certas,

<sup>9</sup> A citação deste parágrafo foi retirada de um texto publicado por três assessores do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão apresentado no XVIII congresso internacional do CLAD (Centro Latino-Americano del Administracion del Desarrollo), realizado em Montevideu em novembro de 2013.

<sup>10</sup> Desenvolvimento é um conceito polissêmico, em disputa, que nos países subdesenvolvidos tem, ao longo da história, servido como uma narrativa de ocultação para a dominação e dependência as quais estas nações e seu povo encontram-se submetidos (VIEIRA PINTO, 2008).

<sup>11</sup> Esta ideia será melhor desenvolvida na Seção 2.3.

típicos da formação social, econômica e histórica do Brasil. A impressão que se tem ao ler Neri (2011), assim como a Souza e Lamounier (2011), Lopez-Calva (2013) ou Dweck, Chaves e Chernavsky (2013), é que o Brasil é um país rumo ao desenvolvimento, compreendido por estes autores quantitativamente, como um caminho que os países subdesenvolvidos<sup>12</sup> devem percorrer para chegar ao mesmo nível de acumulação dos países ditos desenvolvidos. Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento econômico são sinônimos.

Oportunamente, recorro ao alerta de Álvaro Vieira Pinto (2008<sup>13</sup>) sobre a tradicional estratégia de renovação das esperanças a partir de um discurso otimista que encobre as dificuldades e os entraves históricos típicos do subdesenvolvimento. Para Vieira Pinto (2008, p. 420), “desenvolvido é o país soberano, ou seja, que experimenta um modo de ser existencial da população autônoma e com igualdade cultural, social e econômica”. Esta definição contrasta com a perspectiva usual, baseada no caráter progressivo do desenvolvimento e utilizada como uma narrativa que encobre a dominação e a dependência<sup>14</sup> das nações subdesenvolvidas e de seu povo. Tal mistificação é construída pela ciência da ocultação, um tipo de ciência comprometida com a manutenção da ordem social que busca “garantir a segurança da classe dominante” com suas pesquisas e teorias voltadas de costas para a realidade social<sup>15</sup> (VIEIRA PINTO, 2008, p. 163).

Como será demonstrado ao longo desta Tese, a ideia da existência de uma nova classe média é organizada como um estratagema da ciência da ocultação, o que inviabiliza sua adoção por aqueles engajados na tarefa de compreender a realidade social para além das mistificações. O fato de que há um aumento no consumo e na renda não pode ser associado de maneira direta, sem mediações, à emergência de uma nova classe social. Para construir uma pesquisa original não basta aceitar os conceitos como dados e a realidade como um fato evidente, prontos para ser apreendidos. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2005, p. 313) alertam contra o empirismo extremado que, na ciência social, costuma confundir a forma com o conteúdo, tomando pré-construções como objetos de estudo. Para não incorrer neste erro, “a prioridade científica

---

<sup>12</sup> Adoto nesta Tese as categorias subdesenvolvimento e dependência para me referir à relação qualitativa e histórica na qual o desenvolvimento só existe em relação ao subdesenvolvimento, rejeitando os termos usuais “país em desenvolvimento ou emergente” ligados à ideia quantitativa de progresso e incorporando o entendimento de que o desenvolvimento é um fim e uma possibilidade.

<sup>13</sup> Este livro de Álvaro Vieira Pinto, intitulado “Sociologia dos Países Subdesenvolvidos”, foi escrito originalmente em 1974 na forma de cadernos, reunidos e publicados pela primeira vez em 2008. Na seção dedicada aos não-consumidores, no final do Capítulo 1, este autor e sua obra são melhor apresentados.

<sup>14</sup> O tema da dependência será introduzido na próxima página.

<sup>15</sup> “Em vista de tão séria jogada, não se pode brincar com as palavras, discursos, ou artiguinhos de jornal, que não bastam. É preciso o tratado científico. Daí a necessidade de pintar a cortina da face externa com as cores de um arremedo de saber filosófico, aproveitando, por base, os dados da sociologia e da antropologia, qualificados e, melhor ainda, quantificados, se possível” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 163).

fundamental e mais premente, em todos os casos, seria a de tomar por objeto de estudo o trabalho social de construção deste objeto pré-construído. Aí reside o ponto de apoio de uma ruptura genuína”.

Seguindo essa indicação, no próximo Capítulo realizo uma análise de dados para demonstrar os problemas de lógica interna na sustentação do conceito de nova classe média, levando-me a buscar o entendimento sobre como ele foi organizado. Esse procedimento permite uma ruptura com as pré-noções, neste caso estruturadas em torno da suposta nova classe média, possibilitando a construção do objeto de pesquisa a partir da realidade concreta. Uma vez construído, o objeto de pesquisa requer uma abordagem teórica capaz de dar conta de sua dinâmica própria. Surgem, então, dois conjuntos que formam as categorias centrais desta tese, a **dialética do consumo**, a partir de Álvaro Vieira Pinto (2008), e a **superexploração do trabalho**, parte da Teoria Marxista da Dependência (TMD), conforme postulada por Ruy Mauro Marini (1991a).

A dialética do consumo introduz uma discussão necessária sobre a compreensão do consumo inserido em formações sociais específicas, afastando a visão de que, por ser uma prática corriqueira e globalizada bastariam teorias supostamente universais. Vieira Pinto (2008) postula que o consumo só pode ser compreendido de maneira concreta se inter-relacionado com o trabalho, a produção e as classes sociais. Esse alerta adquire maior importância quando o objeto de estudo faz parte da dinâmica de um país dependente, como melhor explicado pela TMD.

A TMD busca compreender as especificidades e contradições do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, particularmente na América Latina. Seu fundamento é a convicção de que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47) e que, na periferia, o desenvolvimento é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, parafraseando a conhecida fórmula de André Gunder Frank (1968). Por essa abordagem, desenvolvimento e subdesenvolvimento são elementos do mesmo processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, não se configurando como diferenças quantitativas, mas como fenômenos complementares. Isso significa que não existem possibilidades reais, dentro dos marcos do capitalismo, de um desenvolvimento autônomo e soberano dos países subdesenvolvidos, visto que suas economias estão condicionadas pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais às quais estão submetidas (DOS SANTOS, 2012). Não se trata de negar o dinamismo próprio da região, mas de admitir que a dinâmica interna de seus países está sempre, de alguma

maneira, dialeticamente articulada a movimentos externos, sem ser determinada por eles. Este tema será retomado ao longo desta Tese, particularmente no Capítulo 3.

De fato, em diversos momentos do processo de formação histórica da economia brasileira, seu crescimento econômico se explica a partir da relação entre a conjuntura internacional (MARINI, 1991a) e a política econômica nacional, subordinada aos interesses de uma burguesia doméstica que se beneficia com a asseveração da acumulação de capital (PAULANI, 2003; SAMPAIO JR., 2012). Na última década, foram esses movimentos que permitiram o financiamento das políticas sociais e econômicas que impulsionaram o consumo de massa e não o consumo de massa que financiou o crescimento econômico, como defendem os ideólogos<sup>16</sup>.

A economia dependente funciona como se fosse um pêndulo, para utilizar a metáfora de Vieira Pinto (2008). Nos momentos ascendentes, marcados por eventos externos favoráveis, como a alta no preço das *commodities* impulsionada pelo crescimento chinês da última década (MARTINS, 2013), o consumo e o otimismo se expandem. Entretanto, como o movimento natural de todo pêndulo é cair após o ápice, o recente aumento da inflação e a estagnação das taxas de crescimento do país indicam uma virada na conjuntura. Na 44ª edição do Fórum Econômico Mundial, realizado em fevereiro de 2014 em Davos na Suíça, a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, alertou para a condição desfavorável das economias dos países ditos emergentes, particularmente após a recuperação das economias centrais, especialmente a americana (DAVOS CELEBRA RETOMADA..., 2014). Segundo ela, o cenário mais provável para um futuro próximo é a desaceleração econômica dessas nações.

Como forma de representar este processo, talvez a imagem mais significativa seja a de duas capas da revista *The Economist*, reproduzidas na Figura 1. Na primeira, de novembro de 2009, durante a euforia do crescimento econômico, o Cristo Redentor aparece decolando; já na segunda, de outubro de 2013, o voo resulta em uma queda desgovernada.

---

<sup>16</sup> Este tema será retomado no Capítulo 2.

Figura 1 - Capas da revista The Economist de novembro de 2009 e outubro de 2013



Fonte: The Economist (2009, 2013).

Ainda sobre a Figura 1, é interessante notar a mudança dos títulos de capa, de “O Brasil decola” para “O Brasil estragou tudo?”, como se o crescimento econômico de um país dependesse somente de suas próprias escolhas. Como é corriqueiro no senso comum, a reportagem ignora as relações históricas de dependência, responsabilizando os agentes nacionais por algo que nunca está em seu pleno controle, ainda que não ocorra sem sua participação ativa.

Em tais condições de incertezas estruturais inerentes à própria formação econômica latino-americana, a expansão do consumo de massa por meio da popularização do crédito<sup>17</sup>, como vem ocorrendo, é motivo de preocupação. Os maiores prejudicados são os que menos têm, ou seja, os trabalhadores mal remunerados, ingressantes da denominada nova classe média, melhor definidos como **não-consumidores**, um grupo para os quais o consumo é uma ambição, e não um direito, praticada "limitada e penosamente nos momentos de ascensão do balanço, que logo retorna, por força do movimento pendular, à fase descendente, aquela em que o comprador se vê esmagado pelas dificuldades do pagamento de prestações" (VIEIRA PINTO, 2008, p. 324).

<sup>17</sup> No próximo capítulo serão apresentados dados sobre a importância do crédito, complementados pelas análises das políticas públicas de incentivo ao consumo de massa.

Ainda que no horizonte já seja possível avistar um cenário de dificuldades, o aumento do consumo tem garantido expressivas taxas de aprovação ao atual governo. Para Braga (2012, p. 214), a repercussão positiva com a popularidade presidencial “não causa espanto, especialmente quando pensamos na desigualdade da história social brasileira e nas carências que esta situação alimenta”. Esta seria uma expressão do apassivamento da classe trabalhadora, momentaneamente alinhada com a democracia de cooptação<sup>18</sup> (IASI, 2013). Todavia, alerta Braga (2012), o avesso desta hegemonia não tem recebido a mesma atenção, com os pesquisadores deixando de lado a investigação dos dilemas e os dissabores vividos pelos protagonistas desta história. Por esse e outros motivos, é importante problematizar o aumento do consumo da classe que-vive-do-trabalho<sup>19</sup> (ANTUNES, 2000), dos não-consumidores, nos marcos do capitalismo dependente e partindo do entendimento que eles continuam submetidos ao regime de acumulação por superexploração do trabalho (MARINI, 1991a). Por ora, basta indicar que a superexploração do trabalho é um mecanismo através do qual o capitalista do país dependente compensa as transferências de valor para os países centrais por meio da ampliação da exploração dos trabalhadores, assunto que será abordado no Capítulo 3. Entendo que o consumo dos não-consumidores, ou a expansão do mercado de massa às custas daqueles que compram sem ter os meios seguros para tal, renova os mecanismos de superexploração.

Chego, assim, ao seguinte argumento: **a estratégia de expansão mercado de massa oculta, através do conceito de nova classe média, as contradições do capitalismo dependente e renova a superexploração do trabalho no consumo de não-consumidores.**

Antes de prosseguir, registro uma nota metodológica. Marx (2011a, p.28), no prefácio a segunda edição de “O Capital”, respondendo a alguns críticos que, segundo ele, não haviam compreendido seu método, advertiu que:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *à priori*.

---

<sup>18</sup> Tem como base “a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta, ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto da acumulação privada, aumentando a pobreza relativa” (IASI, 2013, p. 30)

<sup>19</sup> Inclui o “conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2004, p. 343).

Cronologicamente, esta Tese iniciou com uma primeira aproximação teórica ao pensamento de Celso Furtado no exame de qualificação<sup>20</sup>, escolha motivada por sua referência como legitimador das políticas de incentivo ao consumo. Em seguida, durante a construção do projeto de Tese, ocorreu o contato com a obra de Álvaro Vieira Pinto e a categoria de dialética do consumo, em paralelo ao estudo da teoria da estratificação e das classes sociais. A compreensão sobre a necessidade de inserir o consumo nas relações em seu entorno orientou, mais tarde, a construção do objeto de pesquisa a partir de dados sobre a emergência de uma suposta nova classe média. Por sua vez, a análise lógico interpretativa<sup>21</sup> desse conjunto de dados fez emergir contradições que, além de terem demonstrado incisivamente a necessidade de rejeitar a existência de uma nova classe média, remeteram à superexploração do trabalho, o que me levou ao estudo da Teoria Marxista da Dependência, conforme postulada por Ruy Mauro Marini. Enquanto isso, em paralelo a esses aprofundamentos teóricos, a apropriação do estudo das estratégias que organizaram a formulação do conceito de nova classe média brasileira trouxeram a necessidade de compreender as transformações do Partido dos Trabalhadores e o estado da arte das discussões nacionais e internacionais sobre o tema.

O resultado deste esforço de pesquisa foi organizado em um método de exposição que se desenvolve do plano concreto ao abstrato: inicia pela análise lógico interpretativa de dados que indicam as contradições do fenômeno em sua manifestação concreta; rejeita o inconsistente conceito teórico de nova classe média, organizado como um estratagema; propõe uma matriz teórica para compreender as contradições que emergem do objeto, tanto no plano das relações sociais que o constituem, quanto em sua articulação dialética com as contradições do modo de produção capitalista e as particularidades da situação da economia dependente brasileira.

---

<sup>20</sup> O exame de qualificação corresponde a uma etapa do Doutorado no Programa de Pós-Graduação no qual esta tese foi desenvolvida. Trata-se de um ensaio enviado para dois avaliadores que devolvem uma pergunta para ser respondida pelo candidato em duas semanas. Se a resposta for considerada satisfatória pelos avaliadores, o postulante é considerado aprovado no exame.

<sup>21</sup> Uma análise interpretativa de dados, neste caso secundários, que permite a abstração lógica de categorias teóricas.

## 2 ORGANIZAÇÃO DO CONCEITO “NOVA CLASSE MÉDIA”

O objetivo deste Capítulo é problematizar o estratagema que organiza as transformações do consumo na formulação do conceito de nova classe média, apontando suas inconsistências. Em seu lugar, proponho, a partir da dialética do consumo de Vieira Pinto (2008), a adoção da categoria de não-consumidores.

Para uma melhor organização, o texto está dividido em três partes. A primeira é uma análise lógico interpretativa de dados secundários sobre as contradições em torno da ampliação do consumo e da emergência de uma suposta nova classe média brasileira, tanto pelo ponto de vista dos indivíduos, quanto da política de incentivo ao consumo; a segunda é uma discussão teórica sobre a insuficiência do conceito de nova classe média; e a terceira é a apresentação da dialética do consumo e da categoria de não-consumidores (VIEIRA PINTO, 2008).

### 2.1 O aumento do consumo na perspectiva das famílias

A estratégia de expansão do consumo brasileiro na última década possibilitou a formulação do conceito de nova classe média, uma combinação de fatores seletivamente organizados para criar uma imagem positiva do país. Todavia, quando esse mesmo fenômeno é aprofundando em sua inter-relação com trabalho e crédito, emergem de suas entranhas contradições.

Iniciando pelo incremento do consumo, a Tabela 1 contém a evolução da presença de alguns bens duráveis nos domicílios brasileiros.

**Tabela 1 – Presença de Bens Duráveis por Domicílio no Brasil**

Bens	2001	2011
Geladeira	85,1%	95,8%
Fogão	97,6%	98,6%
Máquina de Lavar Roupa	33,6%	51,0%
Televisão	89,0%	96,9%

Fonte: IBGE (2001, 2011).

A informação agregada na Tabela 1 demonstra a magnitude do crescimento da posse de itens considerados necessários para a vida contemporânea<sup>22</sup>, algo positivo em termos de indicação de melhoria nas condições de vida das famílias. Outrossim, chama atenção o fato de que ainda existem muitos domicílios sem geladeira e fogão, dois itens praticamente

<sup>22</sup> As teoria das necessidades será tratada, ainda que brevemente, no Capítulo 3.

indispensáveis para a manutenção da saúde e da segurança alimentar. Em 2011, o Brasil tinha 58.566.000 domicílios, perfazendo 2.459.772 residências sem refrigeração alimentar e 819.924 sem fogão (IBGE, 2001, 2011). Isso significa que, apesar do aumento do consumo, naquele ano cerca de 8 milhões de brasileiros ainda não possuíam refrigerador em suas casas<sup>23</sup>.

Para compreender a importância das famílias de baixa renda no crescimento do consumo é preciso analisar dados desagregados. O número de residências com computadores, por exemplo, cresceu 285% entre 2003 e 2012, e o número de computadores com acesso à internet, 347% (IBGE, 2012). Separando este dado por renda familiar, conforme demonstra a Tabela 2, surge uma informação interessante. A faixa mais alta de renda, com mais de 20 salários mínimo mês, reduziu a utilização de computadores no domicílio com ou sem internet, efeito provável do crescimento da posse de dispositivos móveis pessoais, como *smartphones* e *tablets*. Já na faixa de renda abaixo dos 10 salários mínimos, o crescimento chegou a 569% entre os que têm computador, e a 808% entre os que têm computador e internet. Mesmo levando em consideração o fato de que na faixa mais baixa da distribuição social a base comparativa é menor, ainda assim são números contundentes.

**Tabela 2 – Computador nos Domicílios por faixa de renda, comparativo 2001 – 2012**

Renda	Computador no domicílio	Varição 2001 - 2012
Total	Tinham	285%
	Tinham com acesso à internet	347%
Até 10 s.m.	Tinham	569%
	Tinham com acesso à internet	808%
De 10 a 20 s.m.	Tinham	38%
	Tinham com internet	63%
Mais de 20 s.m.	Tinham com acesso à internet	-20%
	Tinham com internet	-14%

Fonte: IBGE (2012).

Um relatório sobre nova classe média e varejo da FECOMÉRCIO-SP (FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p. 20), afirma que:

Não só a alimentação foi melhorada. As famílias também gastaram mais em bens de alto valor aos quais não tinham acesso no início do ano 2000, como aparelho celular, eletrodoméstico e até mesmo automóvel. Devido a avançada tecnologia e a valorização do real, houve a redução significativa nos preços destes bens e,

<sup>23</sup> Considerando uma ocupação média de 3,3 habitantes por lar, segundo dados do IBGE (2012).

concomitantemente, maior facilidade no acesso ao crédito e aumento no poder de compra da população, o que possibilitou tornar bens considerados de elite em bens populares.

Um exemplo apresentando nesse relatório é o gasto mensal com telefonia celular, que na média do país cresceu 63,9% entre 2003 e 2009; enquanto na classe média subiu 70%, com destaque para os 312% da classe E. A partir da análise de dados similares de outras categorias de produtos, o relatório indica que "dá para admitir que a situação atual das famílias brasileiras esteja em um patamar muito acima do que foi visto em 2003", pois "as condições socioeconômicas estão melhores, o que proporciona um bem estar para a população com a confiança de que hoje há facilidade na compra de um bem de alto valor agregado" (FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p.22). A conclusão do relatório é que: "o País chega ao início de uma nova década com sensíveis melhorias sociais e econômicas que ficam evidenciadas pelo padrão de consumo e o crescimento da renda" (FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p.45).

Dados como esse justificam a euforia dos analistas de mercado com relação à suposta nova classe média, reconhecida como um grande contingente de consumidores em potencial. Para Quadros<sup>24</sup>, Gimenez e Antunes (2013, p. 33), "os departamentos de marketing das grandes empresas, desde fins dos anos 1990, já percebiam as potencialidades dos consumidores de baixa renda". Hoje as ambições de consumo destes novos consumidores empolgam consultores como Renato Meirelles (2012, p. 1), do Datapopular, para quem "estes brasileiros querem tudo, desde a primeira TV de LCD/LED à viagem de avião. A casa própria também faz parte da sua lista de concretizações, com categorias que não acabam mais: móveis, eletrônicos, roupas...". Neste sentido, é emblemática a edição de novembro de 2009 da revista Negócios, com a "imagem" da nova classe média estampada em sua capa.

---

<sup>24</sup> Em que pese algumas restrições de sua análise, apontadas na seção teórica sobre a classe média no Brasil, Waldir Quadros é um dos mais tradicionais estudiosos da classe média brasileira, tendo feito tanto a Dissertação de mestrado quanto a Tese de doutorado sobre o tema nos anos 1980 e começo dos 1990 (QUADROS, 1985, 1991).

Figura 2 – Capa da revista Época Negócios - novembro de 2009



Fonte: Época Negócios (2009).

Curiosamente, esta edição foi lançada no mesmo mês que a revista *The Economist* com a capa do Cristo Redentor decolando, reproduzida na Figura 1. A reportagem se refere aos “protagonistas da maior revolução social do Brasil contemporâneo”, fruto do aumento de renda que permite excedentes para o consumo. No texto, Todeschini e Salomão (2009, p. 2) afirmam:

Todo o dinheiro extra desde então vem sendo investido na aquisição de bens antes inatingíveis. Entre os lares da nova classe média, um terço já conta com aparelho de micro-ondas, 27% ostentam o luxo de ter uma geladeira duplex e 22% exibem um carro na garagem. Nas famílias em ascensão, uma das prioridades é comer bem e são os emergentes que hoje lideram o consumo de alimentos antes restritos às mesas da alta renda. Eles compram 41% de todo o leite longa vida vendido no país, 40% do queijinho *petit suisse* e 39% do leite condensado. Seu peso tornou-se tão importante que muitos economistas defendem que foi a elevação do consumo dessa nova classe média que fortaleceu a economia brasileira durante a crise. “Comparando com uma partida de futebol, podemos dizer que o atacante contra a crise foi a classe C”, diz o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e um estudioso da base da pirâmide.

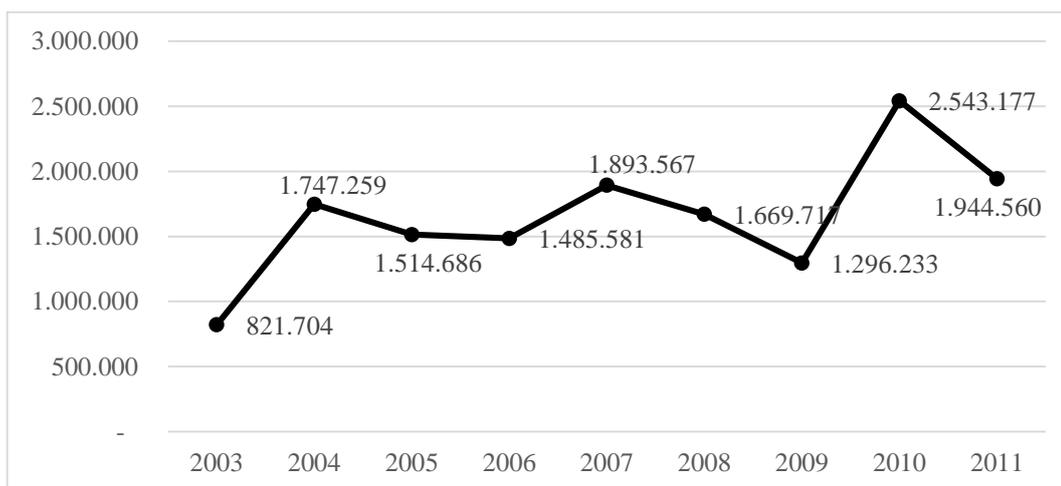
Como se confirma, a análise isolada de dados sobre consumo tende a desenhar uma perspectiva que aparenta ser positiva. A expansão do consumo de massa, além de favorecer às pessoas de mais baixa renda, é facilmente associada ao desenvolvimento da nação, entendido como sinônimo de crescimento econômico. É corriqueira a existência de uma transposição, sem mediação, entre a percepção de que a própria vida está melhorando por causa do maior poder de compra, e a projeção desta realidade para o plano maior da nação. Esta conexão mecânica é aceita e difundida tanto na esfera individual quanto coletiva, sendo o aumento do consumo tanto

um indicador de sucesso pessoal, quanto de desenvolvimento nacional<sup>25</sup>, baseando-se na sensação, muitas vezes falsa, de que qualquer consumo “termina contribuindo para o aumento do PIB e a impressão de que, assim, se tem desenvolvimento” (CAVALCANTI, 2003, p. 79).

Para sair da superficialidade das rápidas impressões é preciso ampliar a análise, porque para compreender o consumo é preciso compreender os elementos dele indissociáveis, começando pelo trabalho.

As transformações no mercado de trabalho brasileiro, na última década, tiveram importante impacto na disponibilidade de renda, o que possibilitou o aumento do consumo. Neste sentido, o primeiro processo a ser destacado é a criação de novos postos de trabalhos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2011<sup>26</sup>, demonstrados no Gráfico 1, apontam para uma evolução na criação de novos empregos formais (BRASIL, 2013a).

**Gráfico 1 – Geração de Empregos Formais entre 2003 e 2011 (em mil)**



Fonte: adaptado de Brasil (2013a).

Olhando um pouco mais para trás, entre 1995 e 1999 a criação líquida de empregos foi negativa, indicando que mais postos de trabalho foram extintos do que criados. Esta tendência se reverteu a partir de 2000, atingindo o ápice positivo em 2010. Apesar do cenário que

<sup>25</sup> Esta associação vem desde os estudos dos pioneiros da Economia do Desenvolvimento nos anos 1940, principalmente, Walt Whitman Rostow, envolvido diretamente no plano Marshall, voltado para a reconstrução da Europa no pós-segunda guerra. Segundo ele, o desenvolvimento é constituído por etapas, sendo a era do consumo de massa o ápice do desenvolvimento econômico de uma nação. Rostow afirmava que a diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos não era importante, já que todos se encaminhavam no mesmo rumo (BORJA, 2011). Ou seja, todos os países deveriam buscar o ingresso na era do consumo de massa, "que seria essencialmente uma reprodução do, então, atual estágio da economia dos EUA" (BORJA, 2011, p. 19).

<sup>26</sup> Última data disponível.

apresenta uma evolução no mundo do trabalho, os dados de 2012 sinalizam um estado de alerta, pois o crescimento relativo do número total de empregos com relação ao ano anterior foi o menor desde 1999, com um acréscimo de apenas 2,48%, indicando perda de dinamismo econômico, de acordo com dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais, conhecido por RAIS<sup>27</sup> 2012 (BRASIL, 2013a).

A decomposição dos dados por setor de atividade econômica demonstra que, em termos absolutos, os setores que mais geraram novos postos de trabalho foram os serviços e o comércio, seguidos pela indústria de transformação, administração pública e construção civil.

Em 2012, o setor de serviços era responsável por 34,1% dos empregos formais existentes no país, seguido pelo comércio, com 19,4%. A construção civil, outro importante setor para a dinâmica econômica da primeira década de 2000, tem reduzido sua participação nos últimos anos. Enquanto, entre 2006 e 2010, o setor teve um crescimento médio de empregos na ordem de 15,86%, chegando a 8,78% entre 2010 e 2011 e caindo para 3% entre 2011 e 2012. Juntas, em 2012, essas três atividades concentravam 60% de todos os postos de trabalho existentes no Brasil (BRASIL, 2013a).

O problema é que são justamente essas três atividades as menos remunerados na divisão de setores<sup>28</sup> utilizada na RAIS. O comércio é a mais baixa, com ganhos médios de R\$ 1.400,83 por trabalhador; seguido pela construção civil, com R\$1.749,09; e pelos serviços, com R\$ 2.028,49. Para piorar a situação, esses setores estão entre os quatro com maior rotatividade, segundo relatório de 2011 do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em parceria com o Ministério do Trabalho. Conforme indicam dados de 2009, a taxa líquida de rotatividade<sup>29</sup> da construção civil era a maior do Brasil, com 86%; em segundo lugar vinha o setor agrícola, com 74%; seguido pelo comércio, com 42%; e os serviços, com 38% (DIEESE, 2011).

Neste ponto é importante adiantar um comentário sobre a discussão teórica em torno da suposta emergência de uma nova classe média. Márcio Pochmann<sup>30</sup> (2012) em livro sobre o

---

<sup>27</sup> A RAIS - Relação Anual de Informações Sociais – é um Registro Administrativo criado pelo Decreto nº 76.900/75, com declaração anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional. Seus objetivos são: o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País; o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

<sup>28</sup> Setores de atividade econômica presentes na RAIS: Extrativo Mineral; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública; e Agropecuária, e Pesca (BRASIL, 2013a).

<sup>29</sup> “Rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida de admissão”, descontadas demissões voluntárias dos trabalhadores e desligamentos por morte ou aposentadoria (DIEESE, 2011, online).

<sup>30</sup> O autor e sua análise sobre a nova classe média serão apresentados na Seção 2.3.3.

tema, argumenta que não há uma nova classe média, pois a análise das transformações da estrutura do emprego formal na última década indica que a maioria dos postos de trabalho foram criados em setores de alta rotatividade, empregos temporários e baixa remuneração. Os dados já apresentados, assim como os que seguem, apontam na mesma direção dos achados de Pochmann (2012), melhor discutidos na próxima Seção deste Capítulo.

Voltando aos dados, restam algumas considerações adicionais sobre a renda dos trabalhadores. Em 2011, o salário médio de admissão no emprego ficou em R\$ 916,63, praticamente o dobro do salário mínimo de R\$ 545,00 (BRASIL, 2013a). O problema é que dados calculados pela média ocultam a distribuição da renda por estratos, sendo distorcidos pelo efeito dos altos salários das faixas superiores. Observando a Tabela 3, chama atenção o fato de que a maior variação positiva no número de pessoas empregadas entre 2001 e 2011 está na faixa de até ½ salário mínimo, com 91%; seguido por de 1 a 2, com 68%; e ½ a 1, com 56%.

**Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade classificadas por faixa de rendimento mensal (mil pessoas)**  
– 2001 - 2012

<b>Faixa de Renda</b>	<b>2001</b>	<b>2012</b>	<b>Varição</b>
Até 1/2 salário mínimo	6.923	13.235	91%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19.309	30.065	56%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23.277	39.125	68%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11.527	13.205	15%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10.341	11.828	14%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7.665	6.095	-20%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3.434	2.076	-40%
Mais de 20 salários mínimos	1.564	738	-53%

Fonte: IBGE (2001, 2012)

É notável que, em 2012, 71% da população brasileira empregada formalmente recebia menos de 2 salários mínimos, sendo que 37% não chegava nem mesmo a um salário mínimo integral. No mesmo ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os 10% mais ricos tinham 41,92% de participação na renda domiciliar nacional, enquanto os 50% mais pobres se apropriavam de apenas 16,36% (IPEADATA, 2014). Como se percebe, apesar de tudo que tem sido dito sobre a chamada nova classe média, o desequilíbrio da estrutura social brasileira permanece intacto em um de seus aspectos centrais, a concentração de renda. Aliás, segundo Iasi (2013), esta é uma das principais características dos movimentos recentes da estrutura social brasileira: uma pequena melhoria na distribuição dos benefícios do crescimento econômico em direção à base da estrutura social, correndo em paralelo a uma asseveração da acumulação em seu topo.

Pelo menos duas conclusões podem ser tiradas destes dados. A primeira é a evidente precarização da estrutura formal de empregos formada, em sua maioria, por trabalhos de baixa remuneração, provavelmente muitos temporários, conforme indica Pochmann (2012). A segunda, não menos importante, é que dados sobre a variação do rendimento médio mensal devem ser vistos com reticências. Entre 2001 e 2011 o rendimento médio mensal cresceu cerca de 40%, conforme dados do IBGE (2001-2011) aparentemente, indicando um crescimento geral do nível de salários. Entretanto, ao olhar a distribuição dos empregos por faixa de renda, a informação que emerge é outra: a maioria da população brasileira continua submetida a trabalhar em troca de um rendimento mensal que nem mesmo alcança o mínimo determinado por lei, já historicamente defasado em termos de condições essenciais para reprodução da vida. Esse alerta é importante porque diversos analistas utilizam a renda média como critério para afirmar que está em curso uma melhoria nas condições de vida da população brasileira, sintetizada na denominada nova classe média, responsável por dissolver na média as particularidades do real.

Outro elemento importante que gravita em torno das questões de trabalho e salário são os programas de transferência de renda. Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), a criação do Bolsa Família e a consolidação de outros programas, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a previdência rural<sup>31</sup>, elevaram renda de adultos não derivada do trabalho na classe média, passando de R\$ 85,00 mês para R\$ 134,00 (BRASIL, 2012a). Conforme indica a SAE, 30% do crescimento da classe média tem relação direta com os programas de transferências governamentais, o que não é pouco (BRASIL, 2012a).

Ainda assim, os dados sobre trabalho e renda não parecem respaldar o incremento de consumo da classe de renda baixa na última década. A combinação entre a criação de empregos precarizados, com rendimentos baixos e alta rotatividade, e o efeito financeiro de programas de transferência, não explicam suficientemente a expansão do consumo. O que falta nesta relação é o crédito, o artifício utilizado para ampliar o poder de compra.

Entre janeiro de 2001 e dezembro de 2012 a quantidade total de crédito para pessoa física cresceu 11 vezes (IPEADATA, 2014). Diversos fatores explicam este incremento, como o aumento da facilidade para obter empréstimos, a redução dos juros, e inovações em termos

---

<sup>31</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o direito de receber um salário mínimo mensal adquirido por maiores de 70 anos sem tempo mínimo de contribuição para a previdência social. Já a previdência rural funciona nos mesmos moldes da previdência social convencional, ou seja, mediante a uma contribuição mensal, os trabalhadores adquirem direito a receber um valor todos os meses após a aposentadoria (BRASIL, 2012a).

de produtos bancários<sup>32</sup>. Em 2012, a composição do crédito para pessoa física demonstrou que 30,9% dos recursos se destinaram para modalidades direcionadas; 18,5% para o crédito consignado; e 10,2% para o crédito tipo recurso livre<sup>33</sup> (BRASIL, 2013b).

Entre os elementos que motivam a demanda por crédito de pessoas físicas, o principal é o nível de comprometimento de renda, seguido pelo nível de emprego e condições salariais e a oportunidade pela baixa das taxas de juros (BRASIL, 2013b). Esta ordem de fatores não chega a ser uma surpresa, considerando o nível salarial da estrutura de empregos no país em relação ao aumento do consumo. O impacto direto desse movimento pode ser percebido nos dados sobre inadimplência e endividamento.

Na média anual, em 2012, o percentual de famílias endividadas era de 62,5%, com 21,2% das famílias com alguma conta em atraso e 6,9% sem condições de efetuar o pagamento (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2013). Entre as famílias com pagamentos atrasados, a média de tempo era 59 dias. Na faixa dos que recebiam menos de 10 salários mínimos por mês, 44,8% estavam com pelo menos uma conta atrasada há mais de 90 dias. De fato, os dados demonstram patamares similares desde 2008, com pequenas variações. Segundo o relatório sobre endividamento do brasileiro da Confederação Nacional do Comércio (CNC), “assim como nos anos anteriores, o cartão de crédito foi o tipo de dívida mais citado pelas famílias brasileiras em 2013, por 75,2% das famílias que tinham dívidas. Em segundo lugar, foi o carnê, por 18,7% das famílias, e em terceiro ficou o financiamento de carro, por 12,2%” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2013, p. 3). Ainda, em 2013, o prazo médio de salários comprometido com dívidas chegou a 6,74 meses, com uma média de 29,4% da renda mensal comprometida. Já entre os que recebiam até 10 salários mínimos, 22,6% tinham mais de 50% da renda mensal comprometida, demonstrando o peso do endividamento na vida dos trabalhadores.

A apresentação destes dados secundários essencialmente contraditórios aponta para a negação da expansão do consumo e da renda como elementos suficientes para a defesa da existência de uma política social de inclusão em curso no Brasil, organizada na formulação do conceito de nova classe média. Para reforçar esse argumento, agrego o comentário sintético de Kerstenetzky e Uchôa (2013, p. 22) realizado a partir de uma análise da suposta nova classe média<sup>34</sup> (NCM) desagregada em três faixas de renda: baixa, média e alta.

---

<sup>32</sup> Como novas modalidades de crédito direcionado, aquele que se destina a um fim específico.

<sup>33</sup> Tipo de crédito no qual a pessoa retira o dinheiro sem precisar direcioná-lo para um fim específico.

<sup>34</sup> Os autores utilizaram os critérios da categoria de nova classe média proposto originalmente por Marcelo Neri enquanto pesquisador do CPS/FGV, como será explicado posteriormente na Seção sobre a denominada nova classe média brasileira.

Quando observamos a distribuição de atributos entre diferentes níveis de rendimentos da NCM, notamos que os atributos inesperados estão desigualmente dispersos entre as faixas de renda. Entre os domicílios localizados na faixa inferior de renda (60% do total), mais de 80% possuem apenas um banheiro e aproximadamente 2% não dispõem de banheiro algum, enquanto mais de 19% apresentam adensamento de moradores por dormitório. Ainda nessa faixa de renda, mais de 50% dos chefes possuem apenas educação fundamental e quase 14% são analfabetos. Por outro lado, e no outro extremo da distribuição que concentra 13% dos domicílios, é surpreendente constatar que mais de 50% dos domicílios apresentem um banheiro apenas, enquanto em mais de 500 mil residências haja adensamento de moradores por dormitório. Também causa surpresa observar que mais de 38% destes chefes “mais ricos” têm apenas educação fundamental e 3% são analfabetos!

Os autores concluem que, seja qual for o critério levado em consideração, a propaganda promoção social da nova classe média representa um avanço bastante limitado que tem como agravante criar a ilusão de que os problemas sociais do país estão sendo solucionados (KERSTENETZKY e UCHÔA, 2013). Não à toa, Fleury (2013, p. 69) afirma que a nova classe média é uma fabricação construída “como utopia de uma sociedade mais justa, plural e igualitária”.

Começa assim a se delinear uma ideia fundamental para esta Tese, ou seja, que o conceito de nova classe média parte de um estratagema que organiza a expansão do mercado de massa como avanço social, ocultando as contradições do real. Resta, agora, compreender a estratégia que origina este estratagema, a organização das políticas de incentivo ao consumo.

## **2.2 As estratégias organizadoras do incentivo do consumo de massa: da origem à atualidade da formulação do conceito “nova classe média”**

O aumento do consumo dos brasileiros na última década, organizado na formulação sobre a nova classe média, é, em parte, resultado da estratégia adotada pelo Governo Federal para fomentar seu modelo de crescimento econômico. Para sintetizar os fundamentos desse modelo, transcrevo a seguir um trecho de um artigo publicado pela Chefe para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Esther Dweck, em conjunto com dois assessores, denominado “O modelo de desenvolvimento brasileiro<sup>35</sup>: análise de seus fundamentos e o papel das macropolíticas federais”. A citação é longa, porém muito significativa para o tema em debate:

A última década assistiu à consolidação no Brasil de um modelo de desenvolvimento que, rompendo com a tradição do país, tem buscado ao mesmo tempo o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Além da existência deste

---

<sup>35</sup> Importante lembrar que desenvolvimento é um conceito polissêmico, utilizado historicamente como uma estratégia de ocultação dos problemas estruturais dos países subdesenvolvidos (VIEIRA PINTO, 2008). Sendo assim, ao usar a expressão “modelo de desenvolvimento”, me refiro especificamente às políticas impulsionadas pelo atual Governo Federal no Brasil.

segundo objetivo a ser perseguido de forma indissociável do primeiro, o que distingue esse modelo das experiências de crescimento anteriores é que ele se apoia em dois pilares básicos: o primeiro, fundado na expansão do mercado de consumo de massa resultante da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras, e o segundo, centrado no investimento, público ou privado induzido pelo governo, em infraestrutura. A expansão do mercado interno proporcionada por aquela incorporação, por um lado, e o impulso ao investimento em infraestrutura, pelo outro, permitem o aumento da produtividade, tanto em razão do aumento das escalas de produção que a primeira possibilita, como pela redução de custos sistêmicos que o segundo promove. Esse movimento, por sua vez, ao elevar a competitividade da produção nacional, pode favorecer a conquista de mercados externos, dando um caráter ampliado ao processo. (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013, p. 1).

Como fica claro, os autores defendem a existência de um ciclo positivo de desenvolvimento nacional na última década, elencando seus principais elementos e a dinâmica que os inter-relaciona. O encadeamento lógico e a simplificação da realidade sugerem um modelo que forma uma espiral positiva, em progresso ascendente. Todavia, esta argumentação encobre contradições que necessitam ser problematizadas, tarefa realizada a seguir.

O modelo de desenvolvimento, conforme apresentado, combina crescimento econômico e uma suposta redução das desigualdades, o cerne da estratégia organizada e disseminada em torno da formulação do conceito de nova classe média. O ex-Presidente Lula (SILVA, 2013, p. 10), em entrevista, afirmou que a grande diferença de seu Governo foi o crescimento com distribuição de renda, provando “que não era preciso esperar crescer para distribuir”. Todavia, na prática, o que se observa é “uma modesta desconcentração de renda na base da pirâmide salarial a fim de garantir uma severa concentração de capital financeiro no cume do regime de acumulação” (BRAGA, 2012, p. 225). Enquanto os trabalhadores consomem mais e se endividam mais, a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio tem uma das mais altas taxas de retorno já registradas no país (PEREIRA, 2012). Essas são indicações de que o acréscimo de renda dos mais pobres não representa uma melhor divisão social da riqueza, sendo resultado do redirecionamento dos fluxos do crescimento econômico, como será demonstrado ao longo deste Capítulo.

Neste contexto, a conjuntura internacional é fundamental, já que a magnitude do crescimento econômico se relaciona a fatores exógenos à economia nacional, como o preço das mercadorias que o Brasil exporta e suas relações comerciais exteriores (MARTINS, 2013). Esse fato é ignorado na construção do modelo de Dweck, Chaves e Chernavsky (2013), baseado em dois pilares que são, até certo ponto, gerenciáveis, transmitindo a impressão de que o crescimento é resultado de uma estratégia governamental competente. O primeiro desses pilares é a expansão do mercado de consumo de massa e a incorporação progressiva das famílias trabalhadoras, objeto central desta Tese; o segundo é o investimento em infraestrutura,

representado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora do escopo deste estudo<sup>36</sup>.

De acordo com Dweck, Chaves e Chernavsky (2013), a combinação entre o aumento do consumo e os investimentos em infraestrutura seria catalizadora de um processo de fortalecimento do mercado interno, muitas vezes referenciado pelas vozes oficiais como a garantia do país contra crises econômicas (ver, por exemplo, MANSUR, 2012). Por sua vez, um mercado interno aquecido deveria retroalimentar a produtividade, melhorando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. O encadeamento de elementos do modelo repete a lógica de dentro para fora, alimentando um ideal de soberania nacional que só existe no imaginário.

Em termos teóricos, “a discussão brasileira sobre a adoção de um modelo de crescimento com melhoria distributiva pela via da produção e consumo de massa remonta aos anos 1960, quando foi inaugurada por Celso Furtado” (BIELSCHOWSKY, 2013, p.42). O problema de buscar inspiração no pensamento de Furtado, como será discutido no próximo Capítulo, é o anacronismo pelo desrespeito ao contexto histórico de suas formulações. Hoje, o pensamento de Celso Furtado serve mais para legitimação do modelo de desenvolvimento atual, pelo peso de seu nome, do que como fonte inspiradora, como já debatemos em outro espaço (ABDALA e GOULART, 2013). Além disso, o mercado interno não pode ser tomado como uma categoria dada, como se qualquer tipo de consumo o fomentasse<sup>37</sup>. Como Martins (2013) problematiza, melhorar a renda da classe trabalhadora para que ela compre produtos chineses pouco contribui para o espiral positivo defendido por Dweck, Chaves e Chernavsky (2013).

Portanto, reforço nesta seção a ideia de que a estratégia política brasileira de expansão do consumo por meio de um modesto aumento de renda é um estratagema organizado no suposto surgimento de uma nova classe média brasileira, não encontrando respaldo na realidade concreta do capitalismo brasileiro contemporâneo, melhor caracterizado como capitalismo dependente. O que a política de expansão do consumo consegue, de fato, é dinamizar o crescimento econômico, melhorando modestamente a vida de grande parte da população enquanto garante ganhos substanciais para uma minoria.

Para desenvolver melhor este argumento é necessário primeiro voltar no tempo, reconstituindo a formação da estratégia política de incentivo ao consumo de massa,

---

<sup>36</sup> Sobre esse tema ver a dissertação de mestrado de Amaral (2013), também realizada no Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.

<sup>37</sup> Este debate será retomado em outros termos no capítulo 3, no contexto da TMD de Marini (1991a), para quem o qual o mercado interno encontra seus limites na própria essência da superexploração do trabalho.

concomitante ao aumento da importância do apoio da classe média para o projeto político do Partido dos Trabalhadores.

### 2.2.1 Uma das metamorfoses do Partido dos Trabalhadores: do socialismo ao consumismo

Para compreender como se constituiu a estratégia de expansão do mercado de massa no Brasil recente, é necessário contextualizar as transformações do Partido dos Trabalhadores (PT), núcleo formulador das políticas de incentivo ao consumo adotadas desde os anos 2000. A ideia desse resgate surgiu a partir da leitura do livro “As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento”, no qual Iasi (2012, p. 9) reconstrói a trajetória do Partido buscando “explicações para a oscilação que levou um movimento político, organizado pelos setores mais combativos do operariado, com forte teor anticapitalista e projeto assumidamente socialista, a se tornar um dos baluartes do capitalismo no Brasil”. A escolha de adotar Iasi (2012) como uma referência central desta Seção se fundamenta em sua dedicação à compreensão das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores, ainda que sem a intenção de reproduzir sua análise, completa e profunda por ser uma Tese de Doutorado inteiramente dedicada ao tema. Busco, apenas, apropriar os elementos históricos importantes para entender o projeto de incentivo ao consumo de massa da maneira como vem sendo colocado em prática no Brasil.

A fundação do PT ocorreu em 1980, ano de publicação de um Manifesto no qual foram lançadas as bases da proposta do novo partido, inicialmente um projeto alinhado com a classe trabalhadora.

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. [...] Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. [...] O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980)

Conforme consta na Carta de Princípios do Partido, redigida em 1979, durante o regime civil militar, a principal demanda naquele momento era a instalação imediata de uma democracia plena, entendida como um caminho rumo ao socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979). A democracia plena implicava dar voz às minorias, elevando o grau de mobilização das massas e dos setores populares, em especial dos trabalhadores. Para

Iasi (2012, p. 383), independente da proposta socialista do PT estar, desde o princípio, associada com a transição democrática<sup>38</sup>, “apresentava-se com uma radicalidade classista inegável”.

O primeiro Encontro oficial do então novo Partido ocorreu em 1981 em Brasília. O tema escolhido para ser a bandeira de luta de sua primeira fase foi o combate ao desemprego, motivando a publicação da Carta de Brasília, um documento que convocava o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego, ocorrido em 1º de outubro de 1980. Naquela data, dirigentes sindicais de todo o país entregaram ao Presidente Figueiredo um conjunto de reivindicações: contra o desemprego; pela estabilidade no emprego; pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários; pela reforma agrária; contra a carestia; contra o pacote da Previdência Social; e contra a Lei de Segurança Nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1981).

Ainda em 1981, no mesmo Encontro, um discurso de Lula reforçava a luta pelo socialismo, mas não por um socialismo determinado de fora, seja por teóricos ou por experiências passadas em outros países. Segundo palavras de Silva (1981, p. 10), “o socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Não havia uma clara definição do que seria o socialismo petista, porém ele estava lá, como um horizonte estratégico a ser atingido.

A segunda Convenção Nacional do PT teve como pauta as eleições para governador, senador, deputado federal e estadual de 1982, a primeira com a participação do novo Partido. O lema nacional da campanha foi “Trabalho, Terra e Liberdade”, defendendo o fim da ditadura, a reforma agrária e a manutenção da pauta de lutas em torno do trabalho, definida em 1981. No ponto 12 da plataforma eleitoral, chamado “Só o socialismo resolverá de vez nosso problema”, é enfatizada a luta pela socialização dos meios de produção e pela formação de “uma sociedade sem explorados” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982, p. 8), rejeitando qualquer tipo de aliança para a disputa eleitoral. O resultado desse pleito foi a eleição de 8 deputados federais e 13 deputados estaduais, a maioria deles em São Paulo, origem do sindicalismo que fundou o Partido.

O terceiro Encontro Nacional, realizado em 1984, ficou marcado como um momento de reflexão sobre o decepcionante resultado das eleições de 1982. Como produto desse balanço foram redigidas teses para a atuação do PT, a partir de um debate sobre as divisões internas e

---

<sup>38</sup> Existe uma discussão de fundo, fora do escopo deste trabalho, sobre a maneira pela qual seria possível chegar a uma sociedade socialista. Para compreender esta discussão ver Iasi (2012).

as dificuldades em se integrar à sociedade, em uma tentativa de criar uma força orgânica em torno da simpatia das camadas populares e dos movimentos sociais (IASI, 2012). As teses foram divididas em organizativas e políticas, voltadas para o crescimento do partido e para a reafirmação do compromisso com os oprimidos e com o socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984).

A quarta Convenção foi realizada em 1986, ano de eleições gerais, renovando mandatos de governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O objetivo do Partido, na eleição, foi tanto maximizar a ocupação de espaços legítimos no Estado, quanto aumentar a base de filiados e consolidar um programa popular anticapitalista, oferecendo uma alternativa real à direita (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986a). Mais uma vez, o PT não conseguiu eleger seus candidatos a governador e senador, restringindo-se a alguns deputados federais e estaduais. Essa eleição foi amplamente dominada pelo PMDB, que elegeu 22 governadores entre os 23 possíveis, em um momento marcado pela euforia em torno do Plano Cruzado<sup>39</sup> (IASI, 2012).

No Encontro de 1986 foi apresentado o primeiro documento de pesquisa do Partido sobre a formação social brasileira (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986b). Partindo de uma análise do estágio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política daquele momento, foram traçados planos para os anos seguintes, entre 1985 e 1988. Para Iasi (2012), esse documento é importante para a história do PT pois, apesar de manter o socialismo no horizonte estratégico, admite que o salto para a socialização dos meios de produção era inviável, pois o conjunto da classe trabalhadora não tinha consciência dessa necessidade. Frente a esta constatação, o acúmulo de forças<sup>40</sup> torna-se elemento primordial, uma “ponte” para um objetivo maior traçado. Surge, assim, a preocupação com o apoio das camadas médias, os pequenos proprietários ou profissionais bem remunerados, também trabalhadores<sup>41</sup>, entendidos aqui de maneira ampla, como aqueles que são despossuídos de capital (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986b). Segundo consta no documento, as classes médias heterogêneas têm em comum o fato de serem também exploradas pela burguesia, apesar de serem

---

<sup>39</sup> Conjunto de medidas econômicas lançadas em 1986 por José Sarney, então Presidente da República, e Dilson Funaro, Ministro da Fazenda. Foi o primeiro plano econômico de amplo espectro efetivado depois do fim da ditadura (AVEBURG, 2005).

<sup>40</sup> A expressão “acúmulo de forças”, utilizada aqui pela primeira vez, é enfatizada por Iasi (2012) como representativa da transformação do Partido, referindo-se, ao longo do tempo, a uma costura de alianças cada vez mais amplas, necessárias para ascender ao poder.

<sup>41</sup> “É possível conceber as classes trabalhadoras do Brasil de hoje como sendo constituídas de três grandes setores: a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986b, p. 2).

frequentemente cooptadas pelas classes dominantes para se posicionarem a seu lado, tanto economicamente quanto politicamente (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986b).

É interessante perceber que a discussão interna sobre a importância das camadas médias para a viabilidade do projeto político do PT tem uma história que remete à década de 1980, demonstrando que o surgimento da ideia de nova classe média é, de fato, coerente com a história do Partido. A partir deste ponto, passaria a ser importante para o projeto do PT “atrair, ou não assustar, os chamados setores médios”, germinando uma orientação pragmática que define, mais para a frente, a adoção de estratégias dentro do limite do que é possível, afastando cada vez mais o partido de suas bases constitutivas radicais (IASI, 2012, p. 404).

O efeito das discussões do quarto Encontro Nacional aparece com força nas resoluções do quinto Encontro, realizado em 1987 como preparação para as eleições diretas para presidente de 1989, à qual Lula seria indicado como candidato. Em um documento intitulado “Resoluções Políticas”, é definida, de maneira objetiva, a meta da construção de uma sociedade socialista, mas como o segundo momento de uma estratégia que começa pela tomada do poder político (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987a, p. 9):

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

Na sequência, em uma seção chamada “A Conquista do Socialismo”, o documento assume um tom de crítica aos filiados que insistem em defender a revolução como meio para chegar a uma sociedade socialista. Contrapondo-se a essa postura, defende a reforma como meio legítimo de luta, desde que sirva para a “educação das massas”. Por isso, mais importante que definir o meio de luta, é ter clareza sobre o inimigo a ser combatido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987a, p. 10):

O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

Isso se deve ao fato de que, por “desconhecimento das contradições que movem as classes em suas lutas [...] muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia” (PARTIDO DOS

TRABALHADORES, 1987a). Essa constatação embasa a primeira política de alianças do PT, reconhecendo que uma aliança única classista, englobando todos os trabalhadores assalariados, não seria capaz de vencer a burguesia nacional. O contexto desta formulação é a campanha das diretas que uniu políticos burgueses e líderes populares, como Tancredo Neves e Lula, no mesmo palanque contra a ditadura (IASI, 2012). O desfecho positivo dessa coalisão levou as lideranças do Partido a crer que as alianças deveriam abarcar a totalidade das frações de classe que estivessem dispostas a “livrar-se das injustiças do capitalismo”. Isso inclui: pequenos proprietários dos meios de produção, micro, pequenos e médios empresários, assalariados rurais, assalariados urbanos, camponeses pobres e a intelectualidade progressista e democrática (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987a, p. 21).

Iasi (2012, p. 412) caracteriza esse momento como “uma inflexão profunda na dinâmica da luta de classes” proposta pelo Partido em sua fundação. Sutilezas, como a inclusão do termo empresários na caracterização das camadas médias, indicam uma transformação em curso, abrindo espaço para a entrada de elementos que não pertencem à classe trabalhadora, por mais ampla que seja sua definição. Essa mudança de orientação aparece na redação do texto, com o termo classe trabalhadora sendo substituído, em diversos momentos, por povo, uma categoria que permite a inclusão do empresariado e das camadas médias mais abastadas.

Ainda em 1987, foi publicada uma Carta Aberta ao Povo Brasileiro, na qual Lula foi apresentado como candidato à presidência. O texto convocatório para a disputa já incorporava a orientação política de realizar alianças. “O PT chama você a participar dessa briga para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e militares” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987b). O povo trabalhador deve se unir contra interesses de grandes corporações, ou seja, os empresários médios e pequenos ficam de fora da lista de inimigos de classe, incluídos, portanto, como parte do povo.

O sexto Encontro Nacional do PT, em 1989, é marcado pela possibilidade do partido chegar ao posto máximo do Poder Federal com Lula, algo que internamente era projetado apenas para um futuro distante (IASI, 2012). A conjuntura de aprofundamento da crise econômica, associada à crise de legitimidade do Governo Sarney, acelerou o planejamento do Partido, especialmente após a vitória em 36 prefeituras nas eleições de 1988. No Plano de Governo é reafirmada a candidatura democrática e popular de Lula à presidência como uma tática de acúmulo de forças para o horizonte da construção popular de uma sociedade socialista (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989). Iasi (2012) chama atenção para o fato de que a meta do socialismo, presente nos documentos de planejamento, praticamente desapareceu da

campanha eleitoral, marcada pela utilização pública de uma versão moderada das diretrizes do Partido. Mesmo assim, a campanha teve como mérito a manutenção do discurso de caráter popular, sensibilizando militantes de todo país, ainda que não tenha sido suficiente para ameaçar a burguesia que conseguiu eleger Fernando Collor, o caçador de marajás (IASI, 2012).

Em 1990 foi realizado o sétimo Encontro Nacional do PT. Nele dois importantes documentos intimamente relacionados foram produzidos: um sobre a construção partidária e o novo momento do PT; outro sobre a definição do socialismo petista (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1990a, 1990b). O reexame dos fundamentos do Partido foi uma resposta às críticas internas de que estava se institucionalizando, tornando-se cada vez mais elitista, burocrático e fechado aos setores populares (IASI, 2012). Nesses textos é reafirmado o compromisso com o socialismo petista na base da construção partidária, porém não mais definido nos termos da socialização dos meios de produção e sim como uma alternativa anticapitalista democrática. Aos poucos, a democracia, antes utilizada para qualificar o socialismo, começa a ser o elemento central, sendo o socialismo um norte para o tipo de democracia almejada (IASI, 2012). O trecho abaixo, retirado de um documento sobre as teses do primeiro congresso nacional do PT, de 1991, exemplifica as contradições vivenciadas neste período de metamorfose:

O PT, compreendendo a realidade nacional, defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo. Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1991, p. 34)

A democracia petista, originalmente caracterizada como um momento de transição para o socialismo, transforma-se, progressivamente, em um fim em si mesma; o mercado, antes entendido como um empecilho para a ascensão da classe trabalhadora, torna-se um espaço que deveria permanecer ativo, ainda que regulado. Esse detalhe é importante, pois marca o surgimento da categoria consumo em meio ao discurso petista, ainda que implicitamente até a próxima convenção.

O oitavo Encontro Nacional teve como resultado um documento político sobre o programa eleitoral para a campanha presidencial de 1994, com o sugestivo título: “Por um Governo Democrático-Popular”. O trecho abaixo não deixa dúvidas sobre a nova orientação (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993, p. 5).

Um dos elementos centrais dessa nova determinação, que o conceito de democracia incorporou, foi o de fazer com que suas dimensões sociais e políticas não mais aparecessem separadas. Ao mesmo tempo, a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo, de tal maneira que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade.

Para fundar essa democracia, mais tarde apelidada de democracia radical, defende “um movimento democrático e popular que reúna amplos setores da população na luta pelas reformas estruturais”, ou seja, “os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993, p. 4). Para agradar todos esses públicos, a promessa é de um governo que viabilize a “retomada do crescimento com distribuição de renda, a construção do mercado interno de massas”, encaminhando a ideia de que “o crescimento com distribuição de renda seria alcançado com a ação do Estado” (IASI, 2012, p. 499). “Trata-se de alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros, que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993, p. 5-7). O programa ainda aborda a garantia de rendas mínimas para o trabalhador por meio de transferências, a democratização da terra (não mais socialização), a democratização do Estado e a reforma tributária.

O Encontro de 1993 tem grande importância histórica, pois lança as bases das propostas que se tornariam os fundamentos do programa de governo para as eleições à presidência de 2002, ano da eleição de Lula. É também nesse Encontro que surge a política de incentivo ao consumo popular por meio da inclusão de famílias no mercado, muito similar ao que se observou na sequência. Esse fato é importante, pois demonstra que a expansão do mercado de massa é muito mais do que uma forma de reação conjuntural a uma crise econômica mundial, expressando a convicção na organização de um projeto político capaz de acumular forças e levar o PT ao poder federal, nele se mantendo.

Entretanto, o Partido teria que esperar mais três eleições para atingir sua meta. A nona Convenção foi organizada para traçar o plano da campanha presidencial de 1994, vencida por Fernando Henrique Cardoso (FHC) com amplo apoio das camadas médias e da burguesia (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 17). No texto, vale destacar o item “Governabilidade”, no qual o partido responde aos críticos que temiam que a vitória de Lula trouxesse o caos, causado “pela fuga generalizada de capitais e pela falta de sustentação no Congresso”. Diz o documento:

Quanto aos capitais, em primeiro lugar, nossa campanha deve mostrar aos empresários que a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares – potencialmente duas vezes maior que o atual –

representarão atrativos mais compensadores do que as taxas de juro dos bancos suíços. Deve mostrar que a duplicação da escala produtiva compensará, em muito, a queda relativa na taxa de lucros, que a recuperação salarial necessariamente induzirá. [...]. A garantia da governabilidade deve ser completada com nossa decisão de imprimir à campanha um verdadeiro teor constituinte, na medida em que, apesar de vitoriosos na anulação da revisão espúria, sabemos que a atual Constituição precisa ser modificada, não na direção tentada pelas elites, mas para permitir ou facilitar o processo de reformas estruturais, elevando a democracia representativa a novos patamares. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 17)

A defesa da governabilidade de Lula revela a essência da política de incentivo ao consumo: garantir e ampliar a acumulação de capital. O texto afirma categoricamente que os novos consumidores brasileiros ensejariam mais possibilidades de lucro para as grandes empresas detentoras de capital do que o investimento nos bancos suíços. Como se não fosse suficiente, complementa que a queda de lucros ocasionada pelo aumento dos salários dos trabalhadores seria compensada pelos ganhos de escala, deixando claro que a redistribuição de renda não era uma meta e que, de fato, o governo do PT seria marcado pela continuidade, como será demonstrado a seguir.

Após a derrota na eleição presidencial de 1994, o momento do décimo Encontro foi de balanço. Além de trabalhar em torno da melhoria da organização partidária, foi realizada uma análise dos primeiros seis meses do governo FHC. O tom foi de crítica com relação à sua orientação neoliberal, visto que “expõe à concorrência internacional predatória o sistema produtivo nacional, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça as já extintas garantias sociais das classes trabalhadoras”, tendo como “principal motivação econômica pôr fim, em bases conservadoras, ao modelo nacional-desenvolvimentista<sup>42</sup> instaurado a partir dos anos 30” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1995). Críticas do mesmo teor se aprofundaram no encontro de 1997, um ano antes de nova eleição presidencial, agregando uma suposta rejeição à dimensão moral dos valores que acompanham o neoliberalismo: “a concorrência selvagem, o individualismo e consumismo”. Para combater a ofensiva neoliberal, a tarefa fundamental a ser realizada pelo PT seria a “inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo [...] um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1997, p. 3).

Este ponto merece uma discussão mais detalhada. Antes de tudo, é preciso conceituar neoliberalismo, um fenômeno amplo, projeto de classe característico do momento contemporâneo do capitalismo. Nos termos definidos por Puello-Socarrás (2013, p. 4):

---

<sup>42</sup> A relação entre o PT e as correntes desenvolvimentistas será melhor explicada na próxima Seção desta Tese.

O Neoliberalismo [em suas variações] implica, antes de tudo, um Projeto econômico-político de classe (capitalista) o qual tem se expressado através de uma estratégia de acumulação (chamada comumente e colonialmente de “desenvolvimento”). Só posteriormente o neoliberalismo se materializa em programas de políticas, tal como evidencia o Consenso de Washington e suas variantes, os quais representam, precisamente, sua dimensão tática. A estratégia neoliberal, diferente do modelo anterior, se baseia especificamente na sujeição e subordinação absoluta ao Mercado (iniciativa privada que, no mundo real, sempre é assimétrica) como o dispositivo de produção e reprodução social em sentido amplo. A partir daí se deriva uma ampla gama de políticas públicas (econômicas, sociais, etc.).

Neste sentido, a regulação do Estado atua como um “modelo estatal orientado para o mercado” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 4), criando “condições favoráveis à acumulação lucrativa do capital” (HARVEY, 2011, p. 17). Portanto, não se sustenta a ideia simplificada de que o governo FHC foi neoliberal, pois não preconizava a intervenção do Estado na economia; ao contrário do PT, que não seria neoliberal, já que defende a condução da economia pelo Estado.

Voltando ao documento de 1995, logo após rejeitar o neoliberalismo do governo FHC, os formuladores do PT defenderam um governo que integre o social e o econômico, incorporando todos os brasileiros na cidadania. O meio para atingir esse objetivo seria “uma política salarial negociada que deve assegurar a gradual e permanente elevação dos rendimentos do trabalho, em especial do salário mínimo, como elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo de massas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1995, p. 5). Em outras palavras, ser um cidadão é ser um consumidor, o que coloca o mercado como espaço fundamental das políticas sociais e atende muito bem aos interesses da acumulação de capital, tal qual foi explicitado na defesa da governabilidade e na definição de neoliberalismo de Puello-Socarrás (1993). Essa orientação renovada do neoliberalismo petista se aprofundou com a chegada do Partido ao poder, como a Seção seguinte demonstrará.

Avançando no tempo, as resoluções de 2001 envolveram as diretrizes do programa de governo para as eleições de 2002, baseadas nas análises de 1993 e 1997 e na política para constituição de alianças (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001). A transformação do Partido atingiu um grau bastante elaborado neste documento, com o detalhamento do modelo de desenvolvimento nacional posteriormente colocado em prática. Os três eixos defendidos no plano de governo foram o social, o nacional, e o democrático (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 26):

Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e portanto muito mais que um regime político –, o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e,

internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território dos seus próprios países; por isso a questão social é inseparável da questão nacional.

Para Iasi (2012, p. 512), este modelo de desenvolvimento “pressupõe uma prioridade fundamental que se converte no verdadeiro eixo estratégico do programa apresentado, ainda que não seja explicitado como eixo próprio”: a retomada do crescimento econômico. Por isso, ele não se surpreende com o fato de que “a maioria das medidas do governo acabe se concentrando nesta prioridade real: criar as condições para que a economia, agora despida de qualquer característica capitalista, mas na cômoda forma de interesse nacional, volte a crescer”. O que fica velado é que o interesse nacional do PT é de associar-se com a burguesia e o capital internacional, assumindo uma postura pragmática. O socialismo que constituiu as bases de fundação do Partido se tornou marginal, referido sempre no texto como socialismo democrático, com a conotação de uma ética para uma democracia com participação popular.

Esta orientação atinge seu estágio de maturidade com a publicação da Carta ao Povo Brasileiro<sup>43</sup>, às vésperas da eleição de 2002, na qual Lula garantia os contratos e o Estado de Direito, e na escolha de José Alencar do Partido Liberal, empresário<sup>44</sup>, para seu candidato à vice. Naquele momento ocorreu a inflexão para a formulação de um pacto nacional, garantindo um clima favorável aos negócios, um dos fundamentos de atuação dos Estados no novo neoliberalismo (PUELLO-SOCARRÁS, 2013).

Fez parte do pacto nacional angariar o apoio das camadas médias da sociedade. Apesar do PT não tratar diretamente desses estratos a partir do Encontro de 1993, olhando para trás é possível identificar os fundamentos do que viria a ser chamado de nova classe média. Segundo consta no programa de governo de 2002, uma das prioridades na dimensão social seria “a inclusão de 53 milhões de brasileiros, sub cidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 27). O processo de inclusão no mercado, transformando contingentes da classe trabalhadora de baixa renda em consumidores, é a origem da chamada nova classe média, termo que, como será explicado nas próximas Seções, surge publicamente em 2008 a partir das formulações de Marcelo Neri e da SAE.

---

<sup>43</sup> Documento publicado por Lula na imprensa no final da campanha eleitoral de 2002, com o objetivo de tranquilizar a burguesia e o mercado financeiro, garantindo que o PT iria cumprir todos os contratos, ou seja, não haveria ruptura.

<sup>44</sup> Fundou a Companhia de Tecidos do Norte de Minas (COTEMINAS), hoje uma multinacional, além de ter sido Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A trajetória da metamorfose do PT demonstra que a postura do Partido à frente do Governo Federal não pode ser considerada uma surpresa ou uma mudança de planos causada pela ocupação do poder (apesar de estar ligada a seu desejo). O que se vê é resultado de um processo progressivo de transformação que deixou de lado ideais políticos nos quais a disputa pelo poder era um meio rumo ao socialismo, em prol A consolidação dessa trajetória confunde-se com a própria história do Partido que comanda a Presidência da República, ampliando a política de alianças e aumentando sua base de sustentação.

Ironicamente, em 1997, após a defesa do consumo de massa como uma estratégia de governo, surgiu um alerta:

O atual padrão de consumo, imposto pela globalização do capital, não é universalizável. Temos que construir novos valores, capazes de impulsionar uma economia do suficiente e da solidariedade. Não nos confundimos com o populismo irresponsável, que não define como se financia o crescimento, nem como são distribuídos os sacrifícios. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1997, p. 3)

A julgar pelos dados apresentados, se constata que as contradições e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores com o aumento do consumo foram incentivadas pelo mesmo Governo que transforma direitos sociais em mecanismos de mercado e reduz a proteção social.

### 2.2.2 As estratégias governamentais para a expansão do mercado de massa

O primeiro governo de Lula iniciou em meio a um clima de incerteza dos empresários e do mercado financeiro pela possível radicalidade do PT. Ocorre que o Partido, outrora socialista, já não pretendia promover mudanças que fugissem do pacto nacional em torno de reformas, sempre dentro da ordem neoliberal vigente. Assim, aos poucos, Lula foi ganhando a confiança dos opositores, “demonstrando uma nova autoridade sobre a política econômica, sem deflagrar um processo de ruptura e em consonância com os mercados e com a estabilidade” (BRASIL, 2004, p. 9). De fato, o primeiro mandato de Lula ficou marcado pela continuidade na condução econômica e pela colocação em prática do modelo de desenvolvimento do PT já apresentado, baseado no crescimento do mercado de massa e nos investimentos em infraestrutura, alinhado ao neoliberalismo e buscando proporcionar condições para bons resultados nos negócios.

Em meio aos analistas há uma polêmica com relação ao crescimento econômico obtido no primeiro mandato de Lula. Os governistas, filiados aos bancos de ideias<sup>45</sup>, defendem que “foram as decisões do Governo Lula que recuperaram a estabilidade macroeconômica”,

---

<sup>45</sup> Conceito utilizado por Harvey (2011) para denominar os defensores e formuladores mais graduados das ideias em prol do neoliberalismo, posicionados nas agências multilaterais e nas universidades e centros de pesquisa.

possibilitando aproveitar a cenário internacional favorável entre 2003 e 2007. Com o acirramento da crise, em 2008, “novamente foram as decisões do governo Lula que possibilitaram a rápida recuperação da economia brasileira” (BARBOSA, 2013, p. 70). Outros, como Cunha et al. (2011) e Martins (2013), defendem que grande parte do resultado econômico e social do Governo Lula pode ser explicado pela conjuntura internacional favorável, especialmente a ascensão da China e sua demanda por recursos naturais e energéticos. Esse tema será debatido com mais profundidade no Capítulo 3, no marco da TMD.

Seja como for, o ano de 2008, marcado pela severa crise econômica nos países centrais, trouxe necessidade de adaptação. Em meio ao cenário de incerteza internacional, o governo brasileiro, ao invés de recuar na política de incentivo ao mercado de massa, propôs a ampliação do consumo popular como um antídoto contra a crise. Segundo Schettini et al. (2011, p. 7), essa era uma estratégia esperada, considerando que:

O consumo das famílias é de longe o componente mais importante do produto interno bruto (PIB) brasileiro, tendo variado em torno de 60% deste último na média do quinquênio 2004-2008 – e em torno de 63,6% entre 1995 e 2003. Não surpreende, assim, que os esforços anticíclicos da política econômica em 2009 tenham em grande medida se dirigido à sustentação do consumo das famílias brasileiras.

Foi nesse contexto que surgiu a formulação sobre o conceito de nova classe média, organizador da camada social na qual o governo apostava suas fichas. A escolha do protagonismo desse estrato não pode ser explicada de maneira simplificada, como foi evidenciado no Capítulo 1. Entretanto, pensando em termos pragmáticos, a camada social que mais tem espaço para ampliar o consumo de maneira imediata é, justamente, aquela que mais tem carências históricas, como aliás Neri, Vaz e Souza (2013) mencionam objetivamente em um artigo sobre o impacto econômico do Programa Bolsa Família<sup>46</sup>.

Por isso, a expansão do consumo, categoria presente nas plataformas de governo PT desde 1993, se tornou mais evidente a partir do segundo mandato de Lula. Por reiteradas vezes, em seus discursos e aparições públicas, o ex-Presidente solicitou aos brasileiros que consumissem mais como forma de incentivar a economia e fortalecer o mercado interno, seguindo a lógica do modelo de desenvolvimento apresentado por Dweck, Chaves e Chernavsky (2013). É emblemático seu pronunciamento à nação no natal de 2008, colocando, inclusive, sob os ombros da população a responsabilidade de manter seu emprego através do consumo:

Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma

---

<sup>46</sup> O Programa Bolsa Família será tratado, ainda que brevemente, nas próximas páginas.

geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro. Se você não comprar, o comércio não vende. E se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco. Nossa maior defesa hoje é a força do mercado interno (SILVA, 2008, online).

Deste ponto em diante, deixo de lado a análise cronológica do projeto político do PT, já suficiente para compreender o essencial com relação ao objeto de pesquisa desta Tese. Passo, agora, para o detalhamento das políticas para expansão do mercado de massa, sintetizadas no Quadro 1.

**Quadro 1 - Políticas voltadas para a expansão do mercado de massa**

Política	Descrição
Política de elevação do salário mínimo	Política voltada para o crescimento do poder de compra do salário mínimo.
Programa Bolsa Família (PBF)	“Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.” (DWECK, CHAVES e CHERNASVKY, 2013, p. 5).
Política de expansão do crédito	Ação combinada entre a criação de novas formas de acesso ao crédito e redução da taxa de juros por bancos públicos.
Simplificação e desoneração tributária	Criação do programa Microempreendedor Individual (MEI), que simplifica e reduz os tributos pagos por pessoas que trabalham por conta própria.
Desoneração ao consumo	Redução da carga tributária de algumas categorias de bens de consumo como forma de estimular a economia.
Expansão e melhoria dos serviços públicos	Segundo Dweck, Chaves e Chernavsky (2013, p.4) “os gastos com serviços públicos cresceram fortemente, assim como os investimentos em habitação popular e em infraestrutura”

Fonte: adaptado de Dweck, Chaves e Chernavsky (2013).

Para avançar na discussão é preciso problematizar o papel do governo nas estratégias de incremento ao consumo, tornando evidentes as contradições decorrentes de cada uma das táticas utilizadas para efetivar a política de expansão do mercado de massa.

Conforme indica o Programa de Governo do primeiro mandato de Lula, a elevação do salário mínimo e do nível geral de empregos foi uma estratégia ligada à política de inclusão social, abandonando a oposição entre o social e o econômico (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Em janeiro de 2003, mês da posse de Lula, o mínimo era de R\$ 200,00, chegando a R\$ 724,00 em janeiro de 2014, um aumento real de 72,31%, conforme demonstra a Tabela 4. Apesar de ainda estar longe do ideal, o impacto dessa política é evidente, porque, segundo dados do DIEESE (2013), pelo menos 48,2 milhões de pessoas têm seus rendimentos referenciados no salário mínimo. Considerando somente o aumento anual de 2014, na ordem de R\$ 46,00, estima-se que represente um incremento de renda de R\$ 28,4 bilhões na economia, sendo R\$ 13,9 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

**Tabela 4 – Reajuste do Salário Mínimo 2002 - 2014**

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00	-	-	-
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,20	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
<b>Total Período</b>		<b>262,00</b>	<b>110,05</b>	<b>72,31</b>

Fonte: Dieese (2013, p. 3).

Para obter uma noção aproximada do valor de troca representado pelo salário, é preciso colocá-lo em relação com o poder de compra. O DIEESE (2013) calcula mensalmente a cesta básica, quantidade “suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, fósforo, cálcio e ferro” (DIEESE, 1993, p.2). Em 2002 era possível adquirir 1,42 cestas básicas com 1 salário mínimo; já em 2014, 2,21 cestas básicas, a maior quantidade desde o início da série em 1995.

Apesar do crescimento notável, é preciso considerar que a elevação do salário mínimo continua insuficiente para reparar as desigualdades históricas da estrutura social brasileira. Com base na ampliação do conceito de cesta básica, o DIEESE calcula todos os meses o valor do salário mínimo necessário, definido a partir do artigo 7º da Constituição como “aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas [do trabalhador] e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (DIEESE 1993, p. 6). Para dezembro de 2013, o salário mínimo necessário era de R\$ 2.765,44, considerando uma família com dois adultos e duas crianças, ou seja, mais do que quatro vezes maior do que o salário mínimo vigente. Mesmo que os dois adultos do exemplo estivessem empregados e recebendo um salário mínimo cada, faltariam R\$ 1.409,44 para que a renda da família atingisse o mínimo necessário, demonstrando a precariedade na qual vive um expressivo contingente de famílias brasileiras.

Outra tática para aumentar a renda disponível para o consumo é O Programa Bolsa Família (PBF)<sup>47</sup>. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF é a principal estratégia do Governo para a inclusão de famílias no mercado de consumo e, desde 2003, “já tirou 36 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza”, contando hoje com 21 milhões de famílias inscritas (BRASIL, 2013c, online). Pesquisa recente da SAE demonstra que 30% do crescimento da chamada nova classe média pode ser explicado pelo programa (BRASIL, 2012a).

Um estudo dirigido por Marcelo Neri demonstra que para cada R\$ 1,00 investido pelo Governo no PBF, o PIB aumenta R\$ 1,78 e o total do consumo final da economia R\$ 1,98, incluindo consumo produtivo, e R\$ 2,40, considerando somente o consumo das famílias (NERI, VAZ e SOUZA, 2013). Segundo os autores, esses multiplicadores se explicam por meio do rendimento dos fatores de produção que se capitalizam, seja por aumentar o consumo e produção, seja pelo aumento da arrecadação de impostos. A conclusão do estudo segue a mesma linha das pesquisas do CPS/FGV, justificar as políticas públicas voltadas para o mercado e a ação governamental: “os efeitos multiplicadores são maiores quanto mais focalizadas são as transferências nos mais pobres, porque estas famílias possuem maior propensão marginal a consumir, mesmo que se considere que uma parcela importante do seu consumo independe da renda” (NERI, VAZ e SOUZA, 2013, p. 202).

É evidente que a política pública de transferência de renda tem uma dimensão social, porém uma essência econômica. A sobreposição entre o social e econômico não é motivada pela promoção da justiça social e uma preocupação legítima com sua fonte de financiamento, como o governo leva a crer. A intenção é determinada pelo potencial da política social em gerar negócios, ou seja, coloca as necessidades do capital em primeiro lugar. Neste contexto, a estratégia social, monetarizada,

[...] não mais visa concretizar direitos sociais, mas fortalecer o mérito individual do pobre de conseguir, por meio do mercado, a satisfação de suas necessidades. As privilegiadas opções governamentais de repassar dinheiro aos pobres em lugar de garantir-lhes, como dever de cidadania, serviços sociais públicos, empregos e salários de qualidade, não são ingênuas e nem assistenciais. Tais opções apostam no poder mágico, fetichista, do dinheiro, que transforma os pobres em consumidores. (PEREIRA, 2012, p. 748)

---

<sup>47</sup> Sobre o tema, sugiro a leitura da tese de doutorado de Guilherme Dornelas Camara, também integrante do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora, intitulada “Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação” e concluída em março de 2014 (CAMARA, 2014).

A troca de uma rede de proteção social pela suposta autonomia do indivíduo, possibilitando que ele faça suas escolhas no mercado, é uma opção política que deve ser entendida no contexto do capitalismo contemporâneo. O pensamento que defende o mercado como espaço principal de bem estar dos indivíduos é disseminado globalmente, por meio do ideário neoliberal (PEREIRA, 2012). Ampliar as fronteiras para expansão do capital requer, entre outras coisas, expandir os mercados consumidores, tarefa para a qual se prestam as políticas de transferência de renda, especialmente em países com grande contingente de famílias precarizadas excluídas do mercado consumidor, como o caso brasileiro.

Não pretendo com isso negar que o incremento de renda para famílias pauperizadas não seja necessário e importante, satisfazendo necessidades urgentes de reprodução da vida. Meu intuito é chamar atenção para o fato de que, ao subordinar o social ao econômico, privilegiando o papel de consumidor, as famílias de baixa renda continuam vulneráveis, como indicam os dados sobre o consumo apresentados anteriormente. Portanto, “a transformação desse tipo de consumidor [pobre] em portador de cartão de crédito ou comprador de produtos a prazo e, por conta disso, permanentemente endividado” é uma realidade que se esconde por trás da euforia do consumo, atenuando um problema urgente, porém criando outro para um futuro não muito distante (PEREIRA, 2012, p. 748):

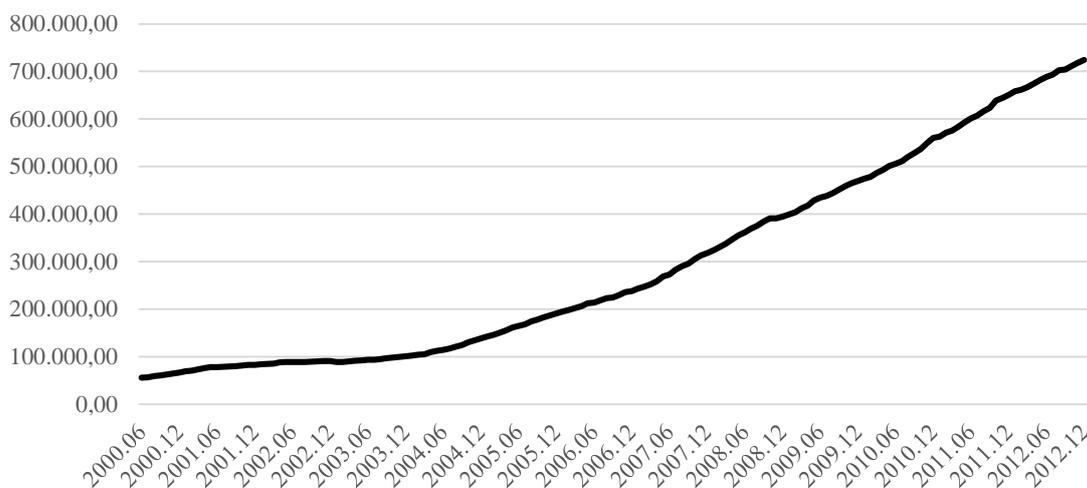
Assim, embora muitas dessas pessoas sintam que melhoraram de vida e demonstrem otimismo em relação ao futuro, esse sentimento se apoia num nível crescente de endividamento, geralmente impagável. Entretanto, esse esquema funciona como uma bomba relógio porque, se por um lado o mercado lança na praça facilidades de compra, produtos antes escassos e fatura com as altas taxas de juros ao consumidor, por outro há o risco de inadimplência generalizada, gerador de futuras consequências que, em relação aos pobres, não terão nada de assistenciais.

Por fim, é preciso salientar que o PBF não enfrenta o problema histórico da distribuição desigual de renda no Brasil. A elevação dos rendimentos das famílias extremamente pobres não se realizou às custas da diminuição da concentração de renda no topo da pirâmide social, como indicam autores dos bancos de ideias. O que ocorre é uma divisão diferente dos excedentes gerados pelo crescimento econômico, ligeiramente aumentada em direção à base da estrutura sem, no entanto, mexer significativamente na parte de cima. Enquanto, em 2001, a faixa dos 1% mais ricos concentrava 13,9% da renda nacional, em 2012 baixou para 12,6% (IPEADATA, 2014). No mesmo período, o crescimento da porção nacional da renda retida pelos 50% mais pobres cresceu 3,75%, atingindo 16,13%. Estes dados demonstram, de maneira inequívoca, o persistente abismo social brasileiro, responsável por colocar o país na quarta posição no ranking

das nações mais desiguais da América Latina, segundo cálculo do índice GINI<sup>48</sup> (ONU, 2012). Essa situação tem um fundo estrutural e histórico e, por isso, não pode ser combatida por ações pontuais como o PBF.

As contradições dessa política ficam mais evidentes analisando a ampliação do acesso ao crédito. O Gráfico 2 dimensiona o volume de operações de crédito públicas e privadas para pessoas físicas entre 2000 e 2012.

**Gráfico 2 - Operações de crédito para pessoas físicas (em milhões de R\$) 06/2002 – 12/2012**



Fonte: IPEADATA (2014, online).

Os números são contundentes. No primeiro mandato de Lula o crédito para pessoa física cresceu 169%; no segundo, 73%; e nos dois primeiros anos de Dilma, 53%. Para se ter uma ideia do que este número representa em termos de relação com o Produto Interno Bruto (PIB), em 2006 o crédito para pessoas físicas representava 7% do PIB, passando para 13% em 2010 e atingindo 16% em 2012. A agressividade na ampliação do crédito é tamanha que, mesmo com a gradual queda na taxa de crescimento do país, sua importância continua crescendo em relação ao PIB:

No início do Regime de Metas para Inflação, em junho de 1999, o saldo do crédito do sistema financeiro brasileiro correspondia a, aproximadamente, 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Em março de 2011, a participação atingiu 46,4%. Contribuíram para essa evolução do mercado de crédito, entre outros fatores, o empréstimo pessoal consignado em folha de pagamento, que não era representativo em 1999 mas que, em março de 2011, alcançou R\$143 bilhões de saldo, ou o equivalente a 67,5% de participação no crédito pessoal (que representava 18,8% do crédito livre). Também é notável a participação da modalidade de financiamento de veículos para pessoas

<sup>48</sup> Este coeficiente mede a desigualdade em um país ou uma cidade em função da distribuição individual de renda em uma escala de 0 a 1 na qual 0 equivale a uma distribuição equitativa e 1 é o máximo de desigualdade (ONU, 2012).

físicas, cujo saldo apresentou crescimento de 49% entre dezembro de 2009 e de 2010 e atingiu R\$149 bilhões em março de 2011 (13,0% do crédito livre). (BRASIL, 2010, p.89)

Um dos marcos do início do Governo Lula, em termos de expansão do crédito, foi a popularização do crédito consignado. Lançado a partir de Lei sancionada em dezembro de 2003, essa é uma modalidade de empréstimos pessoais na qual as parcelas são retidas diretamente na folha de pagamento. A vantagem desse mecanismo de financiamento é a redução de risco para as instituições financeiras, grandes beneficiadas por esse processo. Como o desconto em folha é um tipo de garantia para os pagamentos, é possível oferecer taxas de juros menores do que outras formas de empréstimo pessoal (BRASIL, 2010). Porém, isso não significa que seja uma taxa efetivamente baixa, considerando o alto nível de juros praticado no país. A facilidade para obtenção desse tipo de empréstimo é tanta que, normalmente, ele já está pré-aprovado, bastando o trabalhador solicitar o valor por meio de uma opção simples no caixa eletrônico ou no portal do banco na internet.

A política de acesso ao crédito não é uma invenção nacional, sendo fruto de uma recomendação do Banco Mundial de novembro de 2003 publicada em um trabalho intitulado “Brasil: Acesso a Serviços Financeiros”, com a colaboração do Banco Central (KUMAR, 2003). Logo no primeiro parágrafo desse documento um trecho chama atenção: “o acesso dos grupos desfavorecidos aos mercados financeiros é o resultado da importância estratégica da inclusão social e do desenvolvimento econômico e social. As falhas nesses mercados apresentam efeitos especialmente danosos à produtividade econômica e ao bem-estar social” (KUMAR, 2003, p.i). Basicamente, o texto divulga uma análise detalhada da situação do crédito no país e inclui sugestões de ações de melhoria que vão desde a facilitação no uso de garantias de crédito até o incentivo à formação de serviços simplificados, como a oferta de um pacote básico para indivíduos que recebem transferências de recursos públicos por programas sociais.

Não por coincidência, recentemente foi lançada uma linha de crédito especial para quem adquire um imóvel por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, destinado ao financiamento de habitações populares. Qualquer um que tenha comprado um imóvel pelo Programa recebe automaticamente um cartão de crédito da Caixa Federal com valor pré-aprovado de R\$ 5.000,00 para “mobilier e equipar a casa nova”, sendo que o valor total contratado nesta modalidade já ultrapassa R\$ 1 bilhão (BRASIL, 2013d).

Todo esse crédito tem somente uma função: ampliar o consumo. Segundo Dweck, Chaves e Chernavsky (2013, p. 6), “esta expansão foi decisiva para ampliar o acesso a bens de consumo durável, necessários à vida urbana, mas que eram inacessíveis a grandes parcelas da

população”. O reverso da moeda é o crescimento da inadimplência e o risco futuro que correm os indivíduos de baixa renda, com cada vez menos garantias sociais.

Outra dimensão importante é a simplificação e desoneração tributária com dois destaques: o simples nacional e o programa microempreendedor individual (MEI). O Simples é um regime de arrecadação de impostos unificado voltado para micro e pequenas empresas, criado em 1996 e ampliado em 2006, ano no qual passou a ser conhecido como Simples Nacional (BRASIL, 2008). Essa forma de arrecadação, unificada entre as esferas federais, estaduais e municipais, prevê tratamento diferenciado para as empresas que aderem ao regime, como acesso facilitado ao crédito e facilidades para vender ao governo e exportar. Já o MEI foi criado em 2008 durante o segundo mandato de Lula. Seu objetivo é incrementar o grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro, transformando os pequenos prestadores de serviços em pessoas jurídicas:

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. (BRASIL, 2008, online)

Desde sua criação, 3.644.998 de optantes já se registraram no MEI, a maioria deles concentrados na região sudeste, 49% e, respectivamente Nordeste, com 21% (BRASIL, 2008). Separados por setor de atividades, 75% tem negócios de comércio ou serviços, as mesmas duas áreas destacadas na criação de emprego e rotatividade, conforme apresentado neste Capítulo. Entre as ocupações específicas, destacam-se o comércio varejista de artigos do vestuário e calçado, com 10,4%, e os cabelereiros com 7,3%.

É inegável que esses programas representam avanços sociais para as pessoas que vivem na informalidade, porém, e mais uma vez é preciso insistir neste ponto, ainda são insuficientes em termos de criação de condições dignas de trabalho. A abertura de um negócio pode ser a única opção para indivíduos sem acesso à educação formal e, portanto, sem a possibilidade de concorrer por uma boa colocação no mercado de trabalho. Considerando os dados de uma pesquisa do Sebrae (2012) sobre o perfil dos usuários do MEI, apenas 16% possuíam grau superior completo, 48% nível médio ou técnico e 36% fundamental completo ou menos. Ainda, em termos de ocupação anterior, 25% eram empregados sem carteira assinada e 23% desempregados, além do que 26% tinham outra fonte de renda. Esses dados indicam que, para muitas pessoas, a escolha em se tornar um empreendedor individual não parte de uma vontade de superar sua condição de pobreza sendo seu próprio patrão, mas da necessidade de sobrevivência que determina a busca por alternativas ao mercado de trabalho convencional.

Neste sentido, Pereira (2012) considera que o incentivo público ao empreendedorismo é uma política compensatória à incapacidade de inserção no mercado formal, ação necessária para reduzir a pressão por proteções sociais para o trabalho. Por isso, “os governos têm apelado para ações empreendedoristas, de baixo custo e nível, para que até mesmo a singela responsabilidade pública de transferir renda básica aos pobres, de forma compensatória, seja substituída pelo labor impositivo dos mesmos”, fenômeno chamado pela autora de laborização (PEREIRA, 2012, p. 749).

Outro elemento fundamental para compreender a expansão do mercado de massa é a política de desoneração ao consumo. Este artifício foi empregado, pela primeira, vez durante a crise de 2008 como uma medida emergencial que deveria ser temporária.

As principais desonerações começaram já no final de 2008, quando o governo reduziu as alíquotas do IPI sobre os automóveis. Naquele momento a redução da oferta de crédito tinha ocasionado um grande acúmulo de estoques no setor automotivo e, portanto, era necessário adotar uma medida de estímulo às vendas para que a produção fosse retomada. A redução do IPI foi posteriormente ampliada para outros bens de consumo duráveis. (BARBOSA, 2013, p. 82)

Além da indústria automotiva, os setores da construção civil e da fabricação de produtos da linha branca foram os principais beneficiados pela redução de impostos. A Tabela 3 demonstra o expressivo montante que o Governo Federal deixou de arrecadar com desonerações tributárias entre 2008 e 2009.

**Tabela 5 - Medidas de estímulo ao consumo por desoneração fiscal**

Medidas fiscais	Estímulo entre 2009 e 2009 (em R\$ bilhões)
Desonerações de dezembro/2008	
IRPF	4,90
Redução do IPI - automóveis	1,00
Redução do IOF – crédito ao consumidor	2,50
Total	8,40
Desonerações de março/2009	
Postergação da desoneração do IPI automóveis	1,00
Cofins das motocicletas	0,10
Redução do IPI - construção civil	0,30
Recomposição da receita com IPI – fumo	0,80
Total	0,60
Desonerações de abril/2009	
IPI – construção civil	0,09
IPI – linha branca	0,10
Total	0,19
Desonerações de junho/2009	
IPI – bens de capital	0,40
Postergação do IPI automóveis	1,70
Postergação do IPI linha branca	0,20
Postergação do Cofins das motocicletas	0,05
Postergação do IPI da construção civil	0,60
Total	2,95
Total	3,74

Fonte: adaptado de Pires (2009, p. 18).

Seria esperado que superados os piores momentos da crise os impostos voltassem ao patamar praticado em 2008. No entanto, o que se viu nos anos seguintes foi uma sequência de anúncios de preservação das reduções em vigor somada a novos incentivos, como para os fabricantes de tablets, telefones celulares e móveis.

Por fim, a última tática utilizada para incentivar o consumo foi a expansão e melhoria dos serviços públicos. Segundo Dweck, Chaves e Chernavsky (2013, p. 4),

Na última década, os gastos com serviços públicos, especialmente em educação e saúde, cresceram fortemente, assim como os investimentos em habitação popular e em infraestrutura (transporte, saneamento, rodovias e ferrovias, etc.). Estes

investimentos não somente aumentam os rendimentos indiretos da população, especialmente daquela parcela de renda mais baixa, como fornecem uma fonte importante de demanda autônoma por bens e serviços que contribui para a manutenção da atividade econômica, o aumento dos salários e a realimentação do círculo virtuoso do crescimento.

A ampliação do acesso aos serviços públicos, da maneira como tem sido praticada, contribui para o crescimento econômico a partir do consumo. Os serviços públicos mercantilizados e oferecidos pelas vias do mercado, seguindo o receituário neoliberal, favorecem a acumulação de capital e a expansão da atividade econômica. Tudo se resolve pelas vias do mercado. Se faltam novas estradas ou dinheiro para mantê-las, são criadas concessões em troca de cobrança de pedágio; se faltam presídios, são firmadas parcerias público privadas; se é necessário melhorar o acesso ao ensino superior, são oferecidas bolsas públicas para que alunos estudem em faculdades particulares, como o Prouni.

Assim como foi evidenciado na Seção anterior, os dados sobre a política de incentivo ao consumo do Governo Federal são contraditórios, apresentando alguns avanços modestos, outros tantos retrocessos, e uma forte tendência de manutenção dos problemas históricos do país. Pensando na combinação entre as incertezas com relação ao futuro e políticas públicas mercantilizadas, existem enormes riscos no horizonte do trabalhador precarizado, definido por Vieira Pinto (2008) como não-consumidor. Para que ele continue consumindo e pagando suas dívidas precisa manter-se ocupado no mercado de trabalho, algo que foge de seu controle e abre espaço para a ampliação das relações de exploração.

Oportunamente, recorro o objetivo deste capítulo: problematizar a estratégia que organiza as transformações do consumo no conceito nova classe média, apontando suas insuficiências. Como foi demonstrado, a política de expansão do mercado de massa a partir de um suposto processo de inclusão social, da maneira como vem sendo efetivada no Brasil, não contribui para uma efetiva melhoria de vida para a população de baixa renda. As contradições da realidade apontam para a necessidade teórica e política de rejeitar a formulação de nova classe média defendida pelos ideólogos dos bancos de ideias, abrindo espaço para novos olhares sobre a transformação recente da estrutura social brasileira.

### **2.3 Sobre a rejeição da existência de uma nova classe média brasileira**

Nesta Seção argumento em favor de uma recusa teórica: a nova classe média não é uma classe social, mas um estrato. Demonstro, a partir da discussão sobre a teoria de classes sociais e da estratificação social, que a suposta nova classe média é uma faixa intermediária na distribuição de renda, organizada estrategicamente para conter em seus limites praticamente

metade da população brasileira. Se há algo realmente novo na estrutura social do Brasil, é a condição de consumo dos não-consumidores (VIEIRA PINTO, 2008) ampliada por meio de estratégias governamentais.

### 2.3.1 Classes e estratos sociais

Para aprofundar o debate sobre a rejeição da existência de uma nova classe média no Brasil, apresento uma discussão sobre a teoria das classes sociais, demonstrando como a formulação sobre a nova classe média é operacionalizada a partir da teoria da estratificação social, para a qual a noção de consumo é funcional.

Em termos de teoria de classes sociais, duas vertentes se destacam.

Na perspectiva marxista, classe social se refere à posição ocupada pelo trabalhador nas relações sociais de produção. De um lado, os capitalistas detentores dos meios de produção; de outro, o proletariado obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Na perspectiva inspirada no positivismo e na sociologia funcionalista<sup>49</sup> norte americana, a classe social é um estrato, um agrupamento mensurável a partir de variáveis.

A teoria das classes sociais surge no âmbito do pensamento marxista, apesar de ser conhecido o fato de Marx não a ter formulado de maneira explícita. O que ele escreveu diretamente sobre classes sociais foi apenas um manuscrito de duas páginas, intitulado ‘As Classes’, esboço de um capítulo inacabado do que seria o livro III de O Capital (MARX, 2013). Ainda assim, ao longo de suas obras, as classes sociais aparecem como recurso de análise para diferentes momentos históricos, deixando indícios suficientes para que seus comentadores e seguidores sedimentassem o conceito a partir de Marx, como apresentado a seguir (DOS SANTOS, 1987).

O sujeito, para o marxismo, é o ser social, “o indivíduo considerado em suas relações reais com os grupos, as classes e o conjunto da sociedade”, aquele que produz a realidade historicamente e a partir de suas relações sociais (LEFEBVRE, 1969, p. 9). Para esse ser de necessidades<sup>50</sup>, o trabalho é um processo vital, permitindo produzir aquilo que o satisfaz,

---

<sup>49</sup> “Com sua concepção racionalista de ciência, acreditam na inquisição objetiva capaz de fornecer conhecimento explicativo e verdadeiro sobre a realidade externa, pressupondo que as teorias científicas podem ser objetivamente avaliadas, tendo como referência a evidência empírica. Creem, ainda, que existem regras governando o mundo externo e que padrões de ciência externos e universais determinam o que constitui uma explicação adequada de um dado fenômeno” (CABRAL, 2004, p. 12).

<sup>50</sup> O ser humano é um ser de necessidades, pois depende, desde seu nascimento, de outros seres humanos para sobreviver. De certa forma, a história do desenvolvimento dos modos de produção, e, por conseguinte, da humanidade, tem relação direta com o desenvolvimento das necessidades, sempre atualizadas pelas próprias condições históricas materiais. Este tema será novamente abordado no Capítulo 3.

reproduzindo sua própria vida. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2009, p. 24) advertem que “os homens começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir seus meios de subsistência [...] e, ao produzirem seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente sua vida material”. Sejam quais forem as condições concretas do espaço e tempo, sempre que existir um grupo de seres humanos será necessário pelo menos produzir alimentos para interromper a tendência física de encerrar as possibilidades de reprodução da vida. A sociedade é, portanto, uma totalidade de relacionamentos sociais entre seres que cooperam em busca das condições para se manter e se desenvolver mutuamente, como um coletivo. Se os seres humanos entram em relacionamentos sociais pela natureza de sua atividade produtiva, não podem se separar deles, pois “sua própria existência depende deles, assim como a natureza de suas possibilidades” (LEFEBVRE, 2010, p. 63). O processo dinamizado pela marcha incessante das necessidades humanas explica porque “as relações fundamentais de toda sociedade humana, são, portanto, relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 1969, p. 61), seja das condições materiais para a manutenção da vida ou da própria consciência.

A produção ocorre a partir do trabalho. O trabalho, de maneira geral, pode ser compreendido como o dispêndio de energia humana na transformação da natureza em algo socialmente útil (ANTUNES, 2013). O trabalho produz valor de uso, pois cria um produto que carrega qualidades úteis para a satisfação das necessidades humanas, sejam elas físicas ou espirituais (MARX, 2011a). No capitalismo, o trabalho também cria, ao mesmo tempo, valor de troca, a magnitude de valor que serve como equivalente das trocas no mercado, sendo fundamental para a fixação do preço das mercadorias (MARX, 2011a). Essa é a dupla determinação da mercadoria que incorpora, a partir do trabalho e ao mesmo tempo, valor de troca e valor de uso. Além disso, “é a partir do trabalho que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas”, lutando para dominar a natureza e colocá-la à serviço da satisfação de suas necessidades (ANTUNES, 2013, p. 7). Esta luta é permanente e contraditória, pois ao mesmo tempo em que o homem depende da natureza para viver, a destrói e a modifica constantemente.

Segundo Foster (2011), para Marx, a natureza é uma extensão do homem, existindo uma relação metabólica entre os dois, uma relação mediada pelo trabalho. Todavia, a maneira como se desenvolve esta relação é um processo histórico mediado pela produção e seus instrumentos, ou, de maneira mais ampla, pelo desenvolvimento das forças produtivas<sup>51</sup>. Esse processo inclui

---

<sup>51</sup> As forças produtivas são constituídas por três elementos: as condições naturais, a técnica e a organização e a divisão social do trabalho (LEFEBVRE, 1969, p. 64).

o modo de cooperação e a quantidade dessas forças acessíveis aos homens, condicionantes da situação da sociedade e seu modo de produção<sup>52</sup> (MARX e ENGELS, 2009, p. 43). Marx (2011b, p. 43), nos Grundrisse, chamava atenção para esse fato, afirmando que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade”. A forma à qual se refere Marx diz respeito às relações sociais de produção e à divisão social do trabalho, particulares de cada modo de produção.

Segundo Marx (2011b, p. 43), “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas”. Em uma sociedade de produtores livres e associados, o trabalho é uma atividade social compartilhada na qual seres humanos empregam sua força de trabalho em prol da produção coletiva, acessando diretamente os meios de produção necessários à reprodução da vida. Neste contexto, a divisão do trabalho e as relações sociais de produção se fundamentam em torno da propriedade coletiva dos meios de produção. Já no capitalismo as coisas acontecem de outra maneira.

O capitalista é aquele que detém os meios de produção, controlando as fontes de geração de excedentes. Para aumentar sua parcela de lucro, ele acumula capital no desenvolvimento das forças produtivas, entre as quais encontra-se a força de trabalho comprada como uma mercadoria (MARX, 2011a). Para o trabalhador, vender sua força de trabalho surge como única alternativa para obter os meios de reproduzir sua própria vida e a vida de sua família. Assim, ele coloca seu tempo e energia à disposição de um capitalista em troca de salário, com o qual obtém valores de uso no mercado de consumo (HARVEY, 2013). Entretanto, ele não é remunerado por todo o tempo de seu trabalho, com parte dele sendo apropriada pelo capitalista<sup>53</sup>. Por esse motivo, o capitalismo é um modo de produção assentado em torno da exploração da força de trabalho, como será melhor explicado no Capítulo 3.

A propriedade privada dos meios de produção dinamiza a contradição central do capitalismo, a contradição entre capital e trabalho (MARX, 2011a). A divisão essencial de classes sociais no capitalismo é resultado, portanto, de um antagonismo entre burgueses detentores dos meios de produção, e proletários, “o assalariado que produz o capital e que o faz frutificar” (LEFEBVRE, 1969, p. 92).

A classe social, como definida por Marx (2011a) com contornos mais claros em “O Capital”, é uma categoria lógico formal abstrata, o que remete ao método de pesquisa utilizado pelo autor. Como ele buscava as leis gerais de funcionamento do capitalismo, partiu do concreto

---

<sup>52</sup> Compreendido pela relação entre a base do desenvolvimento progressivo das forças produtivas, da estrutura da divisão do trabalho, da propriedade e das funções sociais e das classes (LEFEBVRE, 1969).

<sup>53</sup> Este é o fundamento do conceito de mais-valia, desenvolvido no Capítulo 3.

real, se aprofundando em níveis cada vez mais abstratos, até atingir o plano das categorias teóricas essenciais inseridas na totalidade universal, em posse das quais o concreto se revela em sua essência (LEFEBVRE, 1969). O movimento incessante da dialética materialista trilha o caminho contraditório da aparência à essência, abstraindo categorias teóricas lógicas a partir do concreto aparente, para então compreender, a partir dessas categorias, a essência daquilo que é particular em um momento histórico (IASI, 2012). Marx (2011a), em “O Capital”, está a todo instante alternando entre os planos lógico e histórico, essencialmente indissociáveis, porém separados por ele como um recurso metodológico (HARVEY, 2013).

As classes sociais, como parte das relações sociais de produção capitalista, aproximam-se da lógica formal, existindo como um potencial histórico (IASI, 2012). No plano das leis gerais, as classes sociais antagônicas expressam a contradição da essência do capitalismo. Enquanto houver capitalismo existirão classes sociais, mesmo que em diferentes espaços e tempos. Em se tratando de uma categoria teórica abstrata, a classe social dificilmente será encontrada na realidade em seu estado puro, como alertou Marx (2013). Para melhor compreensão desse fato, a tradição marxista criou os termos classe em si e classe para si (IASI, 2012). As duas classes sociais fundamentais são classes em si, ou seja, existem a partir de determinações objetivas de um processo histórico em movimento, porém não são classes sociais para si, não se reconhecendo como tal, pelo menos enquanto não entrarem na arena política de um conflito polarizado (IASI, 2012).

Marx, junto com Engels (2006), previa que o capitalismo concorrencial seria minado pelo aprofundamento histórico da contradição entre as classes sociais, opondo, por um lado, a asseveração progressiva da concentração e acumulação de capital e, por outro, o aumento da exploração dos trabalhadores. “A ação continua e dialeticamente contraditória, ao mesmo tempo, destas tendências, conduziria efetivamente o capitalismo concorrencial a seu fim” (LEFEBVRE, 1969, p. 83). Quanto mais próxima deste momento a história estiver, mais nítidas se tornam as classes, se revelando com toda força como classes para si. Portanto, a classe social para Marx não é resultado de posições fixas e antagônicas em uma estrutura de divisão do trabalho, como muitos críticos interpretam erroneamente, fazendo sentido como categorias abstratas fundamentais para se compreender a dinâmica contraditória da história real.

Descendo para um plano de análise mais concreto, as frações de classe se modificam de acordo com o desenrolar de cada conjuntura histórica<sup>54</sup>. Segundo informa Marx (2013), nem

---

<sup>54</sup> O 18 Brumário de Luís Bonaparte é um exemplo da utilização de Marx (2011c) das categorias essenciais para realizar uma análise conjuntural. No livro, diversas classes sociais são referidas, específicas do momento histórico em análise, o que não invalida a existência de apenas duas classes essenciais no plano das determinações abstratas.

mesmo na Inglaterra, onde o capitalismo estava mais desenvolvido, as classes puras poderiam ser encontradas. Marx (2013, p. 231) afirma que “também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda parte as linhas divisórias [...] esse fato, contudo, não tem importância para nossa análise<sup>55</sup>” porque camadas médias, apesar de existirem em diversas conjunturas históricas<sup>56</sup>, não podem ser consideradas classes sociais em si, oscilando em sua posição nas relações sociais de produção. Por exemplo, trabalhadores com alta remuneração, proprietários de meios de produção de baixa renda, empresários que empregam força de trabalho familiar parcialmente remunerada, e muitas outras situações concretas compartilham elementos que se confundem na divisão do trabalho. Por esse motivo, essas classes intermediárias obscurecem o antagonismo entre as classes fundamentais, ocultando traços da diferença que evidencia o embate potencial capaz de minar o capitalismo em seus fundamentos. Se o conflito entre as classes sociais é o motor da história, como afirmam Marx e Engels (2006) no Manifesto Comunista, as camadas médias funcionam como amortecedores que suavizam as desigualdades.

É justamente a noção de conflito que desaparece no conceito de classe utilizado na perspectiva da estratificação social. Stavenhagen (1981, p. 133) ressalta que, "sobretudo na sociologia norte-americana, e, por extensão, na sociologia latino-americana, o conceito de classe social se identifica com o de estratificação social, chegando-se a uma completa fusão de fenômenos". Ou seja, o termo classe social recebe novo significado, designando agrupamentos hierarquizados determinados a partir de critérios escolhidos pelo pesquisador.

Todo procedimento de estratificação enfrenta alguns problemas essenciais, como a escolha da base pela qual se define a hierarquia, ou o status dos indivíduos na estrutura social. Se o objetivo é colocar as pessoas em uma escala de importância, os fatores utilizados devem ser capazes de diferenciar objetivamente os indivíduos. Variáveis como renda e educação podem ser manipuladas de maneira isolada, ou combinadas para criar índices mediante a cálculos estatísticos, dependendo mais das escolhas do pesquisador do que das condições objetivas das relações sociais<sup>57</sup>. Isso explica porque diferentes esquemas encontram quantidades diversas de estratos para representar uma estrutura social (STAVENHAGEN, 1981).

---

<sup>55</sup> Este não é um fato sem importância porque Marx desdenha ou duvida da existência de camadas entre as classes, mas é irrelevante para o nível de abstração daquele texto.

<sup>56</sup> Especialmente a partir da consolidação da indústria moderna, como afirmam Marx e Engels (2006).

<sup>57</sup> Este mesmo problema pode ser constatado na atualidade das ciências sociais brasileiras, conforme discutido na seção dedicada à formação do conceito de nova classe média.

Estas categorias, embora muitas vezes tratadas genericamente como classes, são apenas categorias estatísticas (isto é, uma série de pessoas que têm em comum um número determinado de características mensuráveis, ou seja, um status comum), ou de agrupamentos de pessoas caracterizadas por uma conduta semelhante, ou por atitudes e opiniões comuns, ou por certo grau de interação e associação mútuas. Em quase toda literatura sociológica contemporânea, o conceito de classes sociais tem esta significação: agrupamentos discretos, hierarquizados num sistema de estratificação. (STAVENHAGEN, 1981, p. 140)

Outro problema decorrente da transformação de classe social para estrato é seu distanciamento da totalidade e das suas relações. Um agrupamento estatístico, seja qual for a complexidade de variáveis utilizadas no modelo, é uma “descrição estatística que conduz a estereótipos e não à compreensão das estruturas sócias” (STAVENHAGEN 1981, p. 143).

Quando os estereótipos são erroneamente tomados como a própria realidade da distribuição social, a dinâmica dos indivíduos ao longo da amplitude dos estratos adquire a capacidade de pretender representar uma mobilidade social (STAVENHAGEN, 1981). As desigualdades sociais, percebidas a partir de hierarquias estratificadas, tendem a ser analisadas pelos seus utilizadores como "globalmente funcionais" para a sobrevivência da sociedade e radicadas em “capacidades individuais distintas” (ALMEIDA, 1984, p.188). A justificativa para este argumento é que conhecendo as causas imediatas da hierarquia social seria possível incentivar os indivíduos da parte de baixo a empreender uma escalada rumo ao topo, a partir do acúmulo de méritos individuais (DAVIS e MOORE, 1981). Esta suposta mobilidade social na sociedade contemporânea justifica um hipotético desaparecimento dos antagonismos de classe, fortalecendo a ideologia liberal burguesa que defende a igualdade de oportunidades e a meritocracia como valores fundamentais do capitalismo. “Consequentemente, as estratificações podem ser consideradas também como justificações ou racionalizações do sistema econômico existente, ou seja, como ideologias<sup>58</sup>” (STAVENHAGEN, 1981, p. 166)

A fórmula da teoria da estratificação, produzida no início dos anos 1960, antecipou o que ainda se observa na maioria dos estudos sobre classes sociais. O atual afastamento da teoria marxista de classes e a ênfase nas teorias de estratificação resulta de dois processos interligados: (1) a ascensão das teorias pós-modernas e da chamada virada cultural, ocorrida nos anos 1980, a partir da qual estudos sobre o indivíduo e sua identidade ganharam proeminência frente a conceitos coletivos, como o de classe social (STRANGLEMAN, 2008); (2) a transição para o modelo de acumulação flexível, "apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos

---

<sup>58</sup> Ideologia é um conceito polissêmico, porém, neste contexto, trata-se de uma expressão organizada e sistemática de uma particularidade que passa a ser percebida como universal, “com fins de dominação política de uma classe sobre outra” (IASI, 2012, p. 223)

mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo" (HARVEY, 1992, p.140). Em decorrência, a atomização social é bem vista e incentivada, sendo fundida como o conceito de alteridade, ou seja, existem múltiplas realidades individuais e ninguém está autorizado a falar por outrem, sendo o outro uma figura inacessível. Assim, nessa perspectiva pluralista e fragmentada, o conceito marxista de classe social, coletivo por essência, torna-se epistemológica, ontológica e, até mesmo, axiologicamente, inviabilizado.

A partir destas indicações fica mais fácil entender porque o conceito marxista de classe social vai ficando nas sombras. Como indica Harvey (1992, p. 112):

O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana.

É possível, portanto, inferir que a preferência contemporânea pela caracterização de estratos sociais como agrupamentos mensuráveis definidos por variáveis foi reforçada por esta perspectiva e pelos estudos culturalistas resultando, durante as décadas de 1980 e 1990, em estudos que utilizaram metodologias classificatórias com um "foco esotérico na estrutura de classes, mobilidade social e na elaboração de modelos estatisticamente precisos baseados em conjuntos de dados muito grandes" (STRANGLEMAN, 2008, p. 16).

Atualmente, o estudo das classes sociais mantém-se, predominantemente, neste domínio. A passagem a seguir, retirada de um recente livro bastante referenciado sobre a classe média brasileira, é um exemplo. Conforme Souza e Lamounier (2010, p. 14), "o mais comum é a superposição de camadas ou estratos identificáveis apenas em termos estatísticos, sendo a classe no sentido marxista não só um fato raro, mas de fato um caso-limite".

Essa lógica é costumeiramente encontrada nos estudos dedicados à classe média, principalmente naqueles que tem como foco a mobilidade social, tema preferencial nas pesquisas brasileiras contemporâneas. Recordo aqui o alerta de Marx (2013), para quem as camadas médias obscurecem as linhas divisórias. De acordo com Stavenhagen (1981, p. 168), "as categorias intermediárias tendem a diluir as oposições mais agudas que possam existir em seus estratos polarizados, na qualidade de classes", portanto "a estratificação desempenha um papel eminentemente conservador na sociedade".

Neste contexto, as classes sociais em contradição foram deixadas de lado e a estratificação tornou-se praticamente uma regra nos estudos sobre a classe média, como será demonstrado nas próximas seções do Capítulo.

### 2.3.2 Sobre os conceitos de classe média e de nova classe média

Tradicionalmente, os estudos sobre classe média utilizam uma subdivisão entre a classe média tradicional e a nova classe média. Enquanto a primeira é composta por "camponeses, artesãos e pequenos comerciantes"; a segunda refere-se aos trabalhadores assalariados não vinculados diretamente ao processo produtivo (SAES, 1984, p. 3). Ou seja, a classe média é, nos termos tradicionais, espelhada na pequena burguesia<sup>59</sup>, historicamente vinculada à consolidação do capitalismo; enquanto a nova classe média é um fenômeno moderno, associado à ascensão das grandes corporações e ao crescimento das estruturas diretivas e gerenciais.

A nova classe média é discutida desde a publicação do trabalho seminal de Wright Mills (1951) sobre os funcionários de colarinho branco (*white collars*). Nesse livro, Mills (1951) identifica, na modernização do capitalismo, o crescimento das grandes organizações burocráticas, do setor de serviços e da máquina do Estado. O autor observa o aumento significativo dos cargos intermediários dentro das grandes hierarquias, assim como o ingresso, nelas, de profissionais antes autônomos (tais como médicos, advogados e engenheiros). Esses fenômenos eram, então, novidades históricas, como a passagem abaixo evidencia:

O homem de colarinho branco do século vinte nunca foi independente como o fazendeiro costumava ser, nem tão esperançoso de uma grande chance como o antigo homem de negócios. Ele é sempre o homem de alguém, da corporação, do governo, do exército, e ele é visto como o homem que não cresce. O declínio do empreendedor livre e o crescimento do empregado dependente no cenário americano ocorreram em paralelo com o declínio do indivíduo independente e o crescimento do pequeno homem no imaginário de seu povo. Em um mundo povoado por forças grandes e feias, o homem do colarinho branco é prontamente identificado como possuidor de todas as supostas virtudes da pequena criatura. Ele pode estar na parte de baixo do mundo social, mas ele é, ao mesmo tempo, grato por ser de classe média. (MILLS, 1951, p. xii)

É perceptível no trecho acima a influência de Max Weber (1996), com a gaiola de ferro da burocracia pesando sobre os ombros do homem comum. A força das imagens narrativas presentes no texto de Mills (1951) representa a sociedade americana como "uma grande loja", "um enorme arquivo", "um cérebro incorporado", "um novo universo do gerencialismo e da manipulação" lembrando as metáforas utilizadas por Weber (1996) para analisar uma realidade que se transformava diante de seus olhos.

Alguns aspectos importantes da obra de Mills (1951) para esta tese devem ser ressaltados. Primeiro, a distinção entre a velha e a nova classe média corresponde à diferença

---

<sup>59</sup> A pequena burguesia como camada de classe é representada pelos altos assalariados ou pequenos proprietários de pequenos negócios que são chamados de classes médias. Segundo Marx (2011c) a pequena burguesia é uma classe de transição que se imagina acima das contradições de classes em geral.

entre os pequenos capitalistas que vivem de sua propriedade, e os não proprietários assalariados empregados na máquina social. Para distingui-los dos operários, Mills (1951, p. 65) se baseia na natureza do trabalho, caracterizando o profissional da nova classe média como aquele "cujas habilidades envolvem cuidar de papéis, dinheiro e pessoas". Assim, "uma coisa que eles não fazem é viver de fazer as coisas [produtos]; ao invés disso, eles vivem da máquina social que organiza e coordena as pessoas que fazem as coisas".

Em um salto histórico, a nova classe média recebe, desde a década de 2000, grande atenção por parte da mídia e dos acadêmicos. Nessa retomada, classe média e nova classe média são termos engenhosamente misturados no moinho conceitual da teoria da estratificação. O uso da palavra nova é apenas uma referência temporal, designando pessoas que recentemente ascenderam na estrutura social ou, mais precisamente, pessoas antes consideradas pobres, agora incluídas no mercado como consumidoras.

A ideia de que existe uma nova classe média em formação é amplamente reverberada a partir dos principais bancos de ideias transnacionais, importantes no estabelecimento de um senso comum sobre o tema. Alguns autores como Bhalla e Kahara (2013, p. 6), vinculados ao Banco Mundial, referem-se à ascensão da classe média em países como Brasil, China e Índia, como "um dos acontecimentos mais importantes do mundo moderno", tornando a distribuição de renda mundial "significativamente mais igualitária". Este estudo foi publicado em uma edição especial de setembro de 2013 da revista *Poverty in Focus*, editada pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>60</sup> dedicada à classe média emergente. Ela se junta a outras iniciativas similares da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)<sup>61</sup> (BRASIL, 2013e). A motivação para estudar o tema e promover eventos conjuntos é um indicativo de sua proeminência junto aos bancos de ideias. Em grande parte a explicação é econômica, sendo a nova classe média tanto um novo mercado para as empresas transnacionais (KAHARAS, 2010), quanto uma suposta garantia de efeitos positivos no crescimento, fonte de "empreendedorismo, poder de compra e estabilidade política e social" (SOLIMANO, 2009, p. 43).

A renovação do interesse pela classe média se relaciona com a crise econômica dos tradicionais centros do sistema capitalista, a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Frente a

---

<sup>60</sup> Especificamente pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, vinculado ao órgão.

<sup>61</sup> Na mesma data e evento, realizado dia 25 de setembro no Rio de Janeiro, além da edição especial da *Poverty in Focus* já mencionada, foram lançados: Desafios na Renda da Classe Média: escapando da armadilha pelo estímulo à competitividade – OCDE; Mudança Estrutural para a Igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento – Cepal; e Determinantes da Produtividade do Trabalho – SAE.

este contexto de instabilidade, o crescimento de uma suposta nova classe média nos países ditos emergentes representa um acréscimo significativo de consumidores potenciais para as empresas globais, sempre em busca da manutenção e expansão de sua demanda. Não à toa, a nova classe média mundial é caracterizada como "um motor para a economia global; um criador de empregos; um novo mercado consumidor" (WHEARY, 2009, p. 75).

Por vezes, as análises positivas sobre o crescimento da classe média tornam-se quase messiânicas, como demonstra o trecho abaixo, extraído de um documento do Banco Mundial (BM) de um Grupo de Pesquisa sobre o Desenvolvimento:

Uma maior parte do rendimento para a Classe Média, e uma baixa polarização étnica estão empiricamente associados com uma maior renda, maior crescimento, mais educação, melhor saúde, melhor infraestrutura, melhores políticas econômicas, menor instabilidade política, menos guerras civis (colocando as minorias étnicas em risco), maior "modernização" social, e mais democracia. (EASTERLY, 2000, p. 1)

Ao considerar o otimismo demonstrado por Easterly (2000) sobre a classe média no desenvolvimento econômico, é interessante retomar um debate de décadas passadas. Como indica Graciarena (1971), o que orientou historicamente as discussões sobre o papel da classe média na América Latina era saber se ela assumiria ou não o mesmo protagonismo que teve no desenvolvimento econômico dos EUA e da Europa, já que a tese do desenvolvimento do capitalismo a partir da ascensão da classe média,

se baseia na ideia de que as classes médias possuem uma vocação irrevogável para o capitalismo e a democracia liberal, e é por isso que se supõe que, ali onde as classes médias são numérica e funcionalmente importantes, as possibilidades do capitalismo e da democracia liberal são maiores. Então, o que indiretamente estivemos estudando, foi primordialmente a viabilidade do capitalismo e da democracia liberal. (GRACIARENA, 1971, p. 134)

As classes médias "chegaram a representar o papel de indicadores do capitalismo" (GRACIARENA, 1971, p. 135), como parece voltar a ocorrer, na atualidade. Todavia, na transição das discussões teóricas sobre a teoria das classes sociais para as teorias de estratificação, o problema da orientação política das classes médias foi colocado de lado<sup>62</sup>. Diferente das preocupações dos teóricos latino-americanos da primeira metade do século XX, em dúvida sobre o futuro do capitalismo na região (GRACIARENA, 1971), os pesquisadores contemporâneos têm diante de si um cenário de ampla consolidação do capitalismo em escala global ao qual aderem acriticamente.

---

<sup>62</sup> O problema político considerado em um sentido amplo, entendido como a orientação da classe média em termos de aliança com as classes fundamentais. Considerando o sentido estrito da política formal, a discussão sobre o apoio da classe média a este ou aquele partido está em alta.

Neste cenário não há razão para problematizar o tema da classe média, tudo já está resolvido:

Com as necessidades básicas atendidas, a classe média está livre para se focar em alvos maiores - de diversões triviais a novas aquisições, de negócios ao engajamento político. O resultado é um efeito dominó que é sentido ao redor do mundo. Pense na classe emergente como um grupo autoperpetuado. Quanto mais recursos seus membros tem, mais produtos e serviços eles compram. A demanda por estes produtos e serviços cria novos postos de trabalho e oportunidades de negócios que permitem outras pessoas a ingressarem na classe média. E assim continua o ciclo. (WHEARY, 2009, p. 76)

No Brasil, a euforia se repente. Para Ricci (2010, p. 74), por exemplo, a ascensão da nova classe média é “o fenômeno sociológico mais significativo por qual passou o país na primeira década do século XXI”. Todavia, autores como Luce (2013) contestam este tipo de afirmação. O debate prossegue a seguir.

### 2.3.3 A denominada nova classe média brasileira

Assim como observou Graciarena (1971) nos estudos latino-americanos, as pesquisas sobre a classe média brasileira produzidas nas décadas de 1960 e 1970 tinham como pano de fundo a discussão sobre o papel político da classe média, analisando de que lado da fissura social este estrato iria se postar: ao lado do proletariado ou da burguesia (ALBUQUERQUE, 1977; ARAÚJO, 1977; EVERS, 1973). Metodologicamente, a divisão entre classe média e classe proletária continuava sendo operacionalizada de acordo com Mills (1951), com base na natureza da ocupação: intelectual ou manual. Após essa primeira fase de pesquisas, diretamente vinculada ao transplante de modelos teóricos, verifica-se uma lacuna de estudos sobre este tema durante as décadas de 1980 e 1990, apesar da exceção representada por Quadros (1985 e 1991), que continuou a reproduzir o modelo teórico utilizado anteriormente. Na história do Brasil, concomitantemente com a ocorrência da virada culturalista<sup>63</sup>, essas duas décadas foram marcadas pelo aprofundamento da crise econômica, deixando o tema da classe média em segundo plano até a estabilização monetária e a chegada de Lula à presidência.

Nos anos 2000 renasce o interesse sobre a classe média, agora enfatizando a nova classe média. Essa retomada é marcada por uma transformação metodológica. Saem de cena as controvertidas discussões sobre a ocupação e a natureza do trabalho como variáveis definidoras e entram os conceitos de renda e poder de compra. Portanto, a nova classe média no Brasil não

---

<sup>63</sup> O culturalismo "refere-se a uma abordagem da análise social contemporânea que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando, assim [...] uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades que passou a ser conhecida como a —virada cultural" (HALL, 1997, p. 11).

tem a mesma conotação dos escritos de Mills (1951), sendo nova por representar um grupo de consumidores recém incluídos no mercado. Por hipótese, essa mudança de orientação parece acompanhar pelo menos duas tendências: a influência das metodologias utilizadas pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU); e a complexidade crescente para dividir claramente o que é trabalho manual de intelectual.

Com relação aos receituários do BM e da ONU para os países em desenvolvimento, observa-se um foco crescente no combate à desigualdade via inclusão dos pobres no mercado consumidor, principalmente inspirado nas teorias de Amartya Sen (2003). Esta tendência se aprofundou a partir de 1990, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma combinação entre longevidade, educação e renda/poder de compra. A inovação do IDH em termos de indicador de renda foi a criação do Paridade de Poder de Compra (PPC), um índice que elimina a diferença entre os custos de vida dos países. Como indica o próprio sítio da ONU, o IDH é utilizado pelo governo brasileiro na formulação das políticas públicas. Considerando a influência e a imbricação destas instituições nas universidades, assim como sua reverberação na mídia de massa, pode-se compreender porque suas metodologias e diretrizes direcionam os esforços da pesquisa acadêmica. Um bom exemplo é o trabalho do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas que, além de utilizar e se propor a melhorar as metodologias do Banco Mundial, realizou diversos seminários com a participação dos membros desta organização, como o Seminário sobre Classe Média e Mobilidade Econômica na América Latina, realizado em maio de 2011. A importância deste centro de pesquisa para o tema em debate será melhor explicada nas próximas páginas.

Em paralelo a este movimento, outro fenômeno que parece ter incentivado os pesquisadores a abandonar as discussões teóricas sobre a nova classe média a partir da estrutura de ocupações é a flexibilização do trabalho. Os processos de terceirização, cooperativismo, associativismo, inovações de empreendedorismo e sistemas de franquias, posicionam a chamada nova classe média no protagonismo de formas renovadas de acumulação capitalista (GRUN, 1998).

Seja como for, ao retirar das discussões questões sobre a natureza do trabalho da classe média, estudiosos da estratificação e mobilidade social suprimem, definitivamente, qualquer consideração sobre a natureza contraditória das relações de classe. Para Saes (1984, p.2), tratar a questão da classe média como uma estratificação social é filtrar os efeitos das relações sociais de produção, impedindo que "estas se manifestem diretamente e sem intermediações no plano ideológico e político".

Na atualidade, a discussão acadêmica em torno do tema tem se constituído a partir de duas posições: uma que aceita o conceito de nova classe média, debatendo suas características e disputando seu apoio político; outra que tece críticas ao conceito, negando sua existência no real.

Entre aqueles que defendem a existência de uma nova classe média, duas maneiras de defini-la sobressaem: uma quantitativa, relacionada com o poder de compra e a renda; e outra conhecida por sociológica, preocupada com aspectos socioculturais e psicológicos do pertencimento de classe (MACLENNAN, 2013). As duas abordagens não são excludentes, sendo comum separar os membros da classe média pela renda e depois analisar suas características sociológicas. Na prática, a renda é o critério utilizado na maioria dos estudos.

Existem, basicamente, duas formas de seccionar uma população em estratos de renda: uma relativa e outra absoluta. Na relativa, a classe média é definida como os estratos intermediários na distribuição de renda de uma determinada localidade; já na absoluta é proposta uma faixa de ganhos financeiros que poderia ser aplicada para qualquer lugar, independentemente de sua especificidade. Um exemplo da definição por critérios absolutos é a utilizada por Birdsall (2013). Ela define a classe média emergente como sendo composta por indivíduos com uma renda domiciliar per capita entre US\$ 10,00 e US\$ 50,00 por dia. A partir deste ponto de corte, a autora projeta que cerca de 15% da população dos países ‘em desenvolvimento’ pode ser considerada de classe média. Esta mesma linha de raciocínio é seguida por aqueles que realizam comparações internacionais ou estudos regionais. A matriz para estes estudos é o trabalho de Lopez-Calva (2013), do Banco Mundial. Segundo ele, o problema de grande parte das medidas absolutas é a falta de um lastro de funcionalidade para o conceito que, então, torna-se arbitrário. Assim como a definição da linha de pobreza está relacionada com a nutrição mínima, a nova classe média teria como balizador a vulnerabilidade, ou seja, para ser de classe média um indivíduo precisaria estar minimamente protegido de voltar à pobreza.

Enquanto isso, no Brasil, o conceito mais utilizado é o definido por uma comissão formada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), do Governo Federal, em 2012. Apesar de também se basear no grau de vulnerabilidade, conforme sugerido pelo Banco Mundial (FERREIRA et al., 2012), os limites do estrato foram definidos de maneira relativa. A população brasileira foi dividida em 100 pedaços de acordo com a renda familiar per capita, e a classe média foi definida como aquele com pessoas com renda classificada entre o 34º e o 82º percentil, ou seja, entre R\$ 291,00 a R\$ 1.019,00 mensais de renda familiar per capita (BRASIL,

2012b). Isso representa 53% da população brasileira, ficando abaixo dos 20% mais ricos e acima dos 27% mais pobres.

O relatório não explica, de maneira convincente, porque foi escolhida a forma polarizada e relativa de operacionalizar a divisão em estratos, informando apenas que 30 metodologias foram testadas e que o critério de vulnerabilidade é o mais indicado. Mesmo aceitando esse argumento, resta saber porque não foi simplesmente adotada a faixa absoluta proposta pelo Banco Mundial, já que esse órgão é a referência explicitada no Relatório da Comissão liderada pela SAE. O estrato do Banco Mundial (FERREIRA et al., 2012), entre US\$ 10,00 e US\$ 50,00 per capita dia, considerando a taxa corrente de conversão do dólar, equivalente a cerca de R\$ 2,20, elevaria os limites da classe média para a faixa entre R\$ 462,00 e R\$ 2.310,00<sup>64</sup>, ou seja, 62% acima da definição da SAE. O que se pode dizer, com certeza, é que a escolha da SAE tem como impacto imediato o crescimento do número de pessoas classificadas como classe média, aumentando a expressão do fenômeno.

Para compreender melhor como se formou o senso comum em torno da nova classe média brasileira, é importante a leitura do trabalho de Marcelo Neri, pesquisador que deixou o CPS/FGV, anteriormente mencionado, para juntar-se aos quadros do Governo Federal, agora à frente do IPEA e da própria SAE. Afastando a crença na coincidência, tal fato é revelador da organização de um estratagem em torno da suposta existência de uma nova classe média.

Enquanto Neri esteve em seu comando, o CPS/ FGV publicou, entre 2008 e 2012, 10 estudos sobre a nova classe média que são fundamentais para a definição oficial hoje utilizada pelo Governo Federal. No primeiro deles, Neri (2008) inicia equiparando a nova classe média à classe C, “a classe central, abaixo de A e B e acima de D e E, ou seja, indica que o termo nova classe média é um novo rótulo para a classe C, definida como a faixa dos que ganham entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00 de renda familiar mensal. No texto, esse estrato é caracterizado como um protagonista econômico do Brasil na época, sendo fruto da recuperação do mercado de trabalho e dos programas de transferências de renda.

Nas conclusões desse estudo, Neri (2008) se defende previamente das críticas de que a nova classe média foi definida em um nível de renda muito baixo: “para aqueles que acham que a renda da classe seja baixa, acordem, pois ela é a imagem mais próxima da sociedade brasileira” (NERI, 2008, p. 48). A simplificação é marcante: a estrutura de renda é o fundamento para o corte que situa a classe média no centro da distribuição de renda, e a classe média é média por se encontrar no meio da estrutura de renda. Ou seja, se constitui em uma

---

<sup>64</sup> Considerando apenas 21 dias úteis de trabalho mensal.

redundância: é assim e será classificado como é. A operacionalização da estratificação social, como demonstrado nesse exemplo, é um recorte da realidade delimitado a partir de critérios supostamente científicos, porém escolhidos pelo pesquisador, naturalizando um conveniente agrupamento entre sujeitos, como já discutido anteriormente a partir de Stavenhagen (1981).

Nesse caso, a tautologia presente na explicação de Neri é uma demonstração do tipo de artifício utilizado para criar uma imagem positiva do país em uma estratégia que reafirma o status quo, mesmo com importantes contradições internas. Aceitar a forma de estratificação proposta por Marcelo Neri implica em rejeitar o próprio nome pelo qual ele batizou o estrato social, impossibilitando logicamente a utilização do prefixo nova antes de classe média. Se a dita nova classe média é tão somente a classe C, localizada na estrutura de renda entre AB e DE, ela sempre existiu, independente da maneira como se distribuiu a renda em determinado momento histórico. A única diferença marcante é que a fixação dos limites que definem o estrato pode se movimentar de acordo com a conveniência do pesquisador, nesse caso, vinculado à organização de um estratagema que defende o modelo de crescimento econômico e o Partido no poder.

No ano de 2008 foi publicado outro estudo: “Miséria e a Nova Classe Média na Década da Redução da Desigualdade”. O foco é a suposta redução da desigualdade ocorrida na última década, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) de 2007 e reforçando o estudo anterior (NERI e CARVALHAES, 2008).

Já o ano de 2009 foi movimentado no CPS/FGV, com a publicação de mais quatro pesquisas. Nos lançamentos de fevereiro e abril o tema foi a crise mundial e a chamada nova classe média, com foco na extensão em que a crise econômica afetaria o fluxo de renda da classe C. Para Neri (2009a) e colaboradores, a crise mundial seria amortecida pela existência de um mercado interno aquecido, “simbolizado pela nova classe média” (NERI, 2009a, p. 74). Nas conclusões, o autor recomendou que o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fossem ampliados, garantindo o aquecimento da economia e da demanda, fazendo referência ao Keynesianismo<sup>65</sup>.

O documento de Abril de 2009, o segundo sobre a crise econômica, foi lançado sem agregar novidades significativas, apenas atualizando as informações a partir da nova Pesquisa Mensal de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (NERI, 2009b).

---

<sup>65</sup> Keynes é um economista que trabalhou com a noção de crises tendenciais do capitalismo como consequência da economia deixada a cargo do livre mercado. Para evitar essa tendência, o autor defendia o papel do Estado como responsável por intervenções, principalmente no sentido de incentivar a demanda (MALLORQUIN, 2005).

Em setembro do mesmo ano mais dois estudos foram a público. O primeiro dedicado a compreender as diferenças de renda e padrão de gastos nas distintas regiões do país, especialmente nas capitais (NERI, 2009c), também sem apresentar novidades significativas e reforçando o argumento recorrente de que a nova classe média estava em alta e em crescimento. O outro estudo foi uma atualização dos dados da PNAD com a pesquisa de 2009, no qual pela primeira vez a nova classe média apareceu como o maior estrato, com 53,2% da população (NERI, 2009d). Nesta pesquisa foi introduzida uma novidade analítica, a separação em duas dimensões de análise: consumidor e produtor. Na dimensão do consumidor é estudado o potencial de consumo das famílias; na de produtor, o potencial de geração de renda ao longo do tempo. Este traço é importante, pois já demonstrava uma adequação à literatura internacional produzida nos órgãos multilaterais na valorização do conceito de vulnerabilidade: a probabilidade de um indivíduo que ascendeu de estrato voltar à sua posição original.

No ano de 2010, em um cenário no qual Marcelo Neri já havia se tornado uma espécie de referência oficial sobre a suposta nova classe média, apenas um estudo foi lançado: “A Pequena Grande Década: Crise, Cenários e a Nova Classe Média” (NERI, 2010). Nesse documento foi exaltado o fim da crise iniciada em 2008, com a retomada dos índices de desempenho anteriores à sua ocorrência. Em uma analogia duvidosa<sup>66</sup>, Neri (2010, p. 36) reafirma a importância da nova classe média: “podemos dizer que a demanda doméstica foi nosso verdadeiro Pelé contra a crise, embora este Pelé tenha se contundido em janeiro de 2009, ele se recuperou depois”. O texto segue com o reconhecimento de que o Brasil estava seguindo o caminho do meio, ou seja, “combinando programas sociais com respeito às regras de mercado”. Em outras palavras, o Brasil tem respeitado a dinâmica contemporânea do capitalismo. Neste estudo, Neri (2010) demonstrou claramente sua posição de propagandista e importante ideólogo nas trincheiras governistas.

Após um ano de hiato, mais três publicações em 2012 encerraram a série de estudos sobre a nova classe média produzidos diretamente pelo CPS/FGV. O primeiro, “De Volta ao País do Futuro”, dá o tom da pesquisa logo no segundo parágrafo: “Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, segundo os economistas a parte mais sensível da anatomia humana” (NERI, 2012a, p. 4). Esse estudo marca uma inflexão metodológica em relação aos critérios de estratificação utilizados até então, passando da renda

---

<sup>66</sup> A série de estudos de 2012 faz referência ao disco “The Dark Side of The Moon” da banda Pink Floyd, utilizando na capa a mesma linha gráfica com os dizeres: “The Bright Side of the Poor”.

familiar para a renda familiar per capita, ou seja, o rendimento do lar dividido pelo número de habitantes. Isso fez com que a faixa de renda familiar crescesse um pouco, chegando a R\$ 1.124,00 de limite inferior e R\$ 4.854,00 de limite superior, abrangendo 50,45% da população (NERI, 2012b).

Outro ponto importante foi o surgimento do empreendedorismo como um suposto valor da nova classe média, ideia debatida por Jessé Souza (2010) em seu livro sobre os “batalhadores”, analisado a seguir. Esse traço mantém-se importante nos estudos sobre a nova classe média realizados pela SAE (BRASIL 2013d), sendo tema recente de um caderno especial lançado em 2013. O que a literatura chama de empreendedorismo, na prática, é uma estratégia para obter renda, alternativa ao mercado de trabalho, com base na prestação de serviços e no estabelecimento de pequenos negócios, como discute Souza (2010).

Em outro estudo do CPS/FGV, de 2012, foi chamada atenção para “as prescrições políticas para a nova classe média brasileira”. Segundo Neri (2012c, p.11), “é preciso “dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando, pelas vias da queda da desigualdade, “demos os pobres aos mercados (consumidores)”. Essa afirmação, de um pragmatismo assustador, indica claramente qual a prioridade das políticas sociais: garantir o crescimento econômico custe o que custar. Alia-se a isso uma preocupação política, pois como a chamada nova classe média corresponde a mais da metade da população nacional, ela “não só inclui o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas ela poderia sozinha decidir um pleito majoritário” (NERI, 2012c, p.86).

As análises de Neri e do CPS/FGV formam a base do que se tornou o entendimento oficial sobre a nova classe média, condensado em um livro lançado no final de 2011 (NERI, 2011). Em um discurso de 2012, a presidenta Dilma Rousseff elogiou e recomendou publicamente “A Nova Classe Média”. Segundo a Presidenta, o livro apresenta “um dos estudos mais bem feitos a respeito deste processo”, sendo motivo de agradecimento por ser “uma inspiração para melhoria de nossos programas” (DILMA ROUSSEFF RECOMENDA O LIVRO "A NOVA CLASSE MÉDIA", 2012, online). Para Dilma, Neri “é um grande colaborador do Governo Federal, dos governos dos estados da Federação e é um dos brasileiros que ajudaram a combater a pobreza”. Meses depois, Neri assumiu a presidência do IPEA e, mais recentemente, tornou-se Ministro de Estado, coordenando a pasta da SAE.

Este caso é emblemático no sentido de demonstrar qual a posição ocupada por Marcelo Neri nas disputas em torno do conceito de nova classe média. Ele, na figura de ideólogo do banco de ideias, ocupa espaço privilegiado em termos de acesso ao poder e influência, sendo presença constante na mídia e pautando grande parte das discussões que organizam o

estratagemas da formulação do conceito nova classe média. Não existe espaço para contradições em suas pesquisas, nem para questionamentos ou problematizações. Outro exemplo no mesmo sentido é Rudá Ricci, professor de sociologia e antigo assessor da CUT e de Lula, autor do livro chamado “Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira” Segundo Ricci (2010, p. 74), o governo do PT “foi o vetor de um novo processo de modernização, capaz de gerar a inserção de amplas massas despossuídas ao mercado do consumo de classe média”.

Neri e Ricci falam de uma posição que defende a existência da suposta nova classe média e tentam reverter essa afirmação em favor do Partido no poder. Isso se estende aos debates ocorridos na SAE, hoje com Marcelo Neri à sua frente. A publicação de uma série de estudos chamados Vozes da Classe Média (BRASIL, 2012a), voltado para o levantamento de informações sobre este estrato, é uma tentativa de garantir sua adesão por meio de políticas públicas.

A disputa política pelo apoio da denominada nova classe média se estende à trincheira política da oposição com o trabalho de Souza e Lamounier (2010), que resultou de um projeto de pesquisa patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria, com objetivo de entender o futuro do mercado interno. Comparando a emergência da nova classe média com “o surgimento da classe média dos países mais industrializados”, os autores caracterizam esse estrato como o de milhões de brasileiros que puderam aumentar seu poder de compra nos últimos anos.

Após uma explanação sobre as aspirações de consumo e a busca por educação como forma de melhorar o status social e a posição no mercado de trabalho, o livro toma uma direção político partidária. Segundo Souza e Lamounier (2010, p. 94), “o estatismo que impregna o imaginário da sociedade, em todas as classes, é um dos principais entraves ao desenvolvimento do espírito empreendedor no Brasil”. Ou seja, apesar dos indivíduos terem um impulso empreendedor, o ambiente de negócios penaliza as pequenas e médias empresas, especialmente “pela forte presença governamental, a qual se faz sentir, sobretudo, pela alta carga tributária que pesa sobre a economia” (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 159). A conclusão a que chegam os autores, demonstrando certo espanto com as opiniões favoráveis à presença maior do Estado em áreas essenciais, é que existe uma mentalidade estatista arraigada, “mercê do sucesso das privatizações do passado” (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 100).

No capítulo sobre Atitudes Políticas e Democráticas, a classe média é reputada como fonte de demanda por governos estáveis, replicando o entendimento das agências internacionais sobre o tema já abordado anteriormente (EASTERLY, 2000). Segundo Souza e Lamounier (2010), sem a pressão política desta camada social, os governos ficariam reféns do populismo,

do financiamento inflacionário de políticas públicas e do patrimonialismo, beneficiando amigos e correligionários.

De fato, é relevante indagar se a classe média poderá ser um agente fundamental na desejada revisão de valores sociais e fonte de apoio político para frear, quem sabe, a escalada da transgressão, aí incluídos tanto os pequenos delitos e infrações como os crimes hediondos e a corrupção. Ideologicamente heterogênea, mas possuidora de recursos políticos apreciáveis, poderá ela vier a exercer real influência nesse sentido? (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 110)

Em outras palavras, a discussão se concentra na preocupação com a posição política da classe média. O objetivo deste projeto é retirar o PT do poder, buscando argumentos para convencer a classe média, segundo eles mais propensa a se indignar com a corrupção, a exercer “seu papel histórico” e defender uma suposta moralidade (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 161). Neste caso, lutar contra a corrupção deve ser entendido como se posicionar contra o governo no poder.

Esta mesma tendência de análise foi seguida por Fernando Henrique Cardoso em um artigo publicado em 2011. O ex-presidente, uma espécie de líder emérito da oposição, afirma que a luta da direita para voltar ao poder deveria se focar na nova classe média, pois a população de baixa renda já está ao lado do projeto do PT, especialmente por causa das políticas públicas de transferência de renda.

Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os “movimentos sociais” ou o “povão”, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos. Isto porque o governo “aparelhou”, cooptou com benesses e recursos as principais centrais sindicais e os movimentos organizados da sociedade civil e dispõe de mecanismos de concessão de benesses às massas carentes mais eficazes do que a palavra dos oposicionistas, além da influência que exerce na mídia com as verbas publicitárias. Sendo assim, dirão os céticos, as oposições estão perdidas, pois não atingem a maioria. Só que a realidade não é bem essa. Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe c” ou de nova classe média [...] É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmo, no Congresso e nos governos. (CARDOSO, 2011, p. 2)

Como se percebe, a suposta nova classe média se encontra no centro de uma disputa política também travada no campo acadêmico. As pesquisas de Marcelo Neri (2011) e de Souza e Lamounier (2010) apresentam dados descritivos muito similares, partindo da mesma definição do que seria a nova classe média. Todavia, suas análises apontam em direções que evidenciam o interesse político eleitoral de cada perspectiva, tentando cooptar a denominada nova classe média para seu projeto.

Disputas eleitorais à parte, do ponto de vista da análise teórico empírica, é ponto comum o silêncio com relação às contradições em torno da ascensão dessa suposta nova classe média. Como demonstram os dados já apresentado, a ideia de que há uma nova classe média no Brasil, e de que isso significa que o país está em vias de resolver seus problemas históricos, é uma falácia. Nesse sentido, apresento a seguir um conjunto de autores que problematizam o tema a partir desse ponto de vista.

As análises que rejeitam o conceito de nova classe média não são homogêneas, partindo de uma sutil mudança de nomenclatura e contexto analítico até a negação da possibilidade de existência de uma nova classe média no capitalismo dependente.

Começando pelas disputas originadas dentro do próprio PT, analiso a posição de Márcio Pochmann. Todo Partido, assim como todo Governo, é constituído por uma série de coalizações, alianças, tensões e disputas. Nesse sentido, a adoção pelo Governo Federal do conceito nova classe média cunhado por Marcelo Neri causou reações dentro de suas próprias trincheiras.

Márcio Pochmann foi diretor do IPEA entre 2007 e 2012, antes de Marcelo Neri. Em seu livro sobre a nova classe média, publicado em 2012, meses antes da divulgação do conceito oficial da SAE, o autor inicia com um texto introdutório com um forte tom de crítica, sinalizando que: “o que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil” (POCHMANN, 2012, p. 8). Entretanto, toda essa veemência desaparece ao longo de suas análises sobre as transformações do emprego e da renda no Brasil nas últimas quatro décadas. O trecho abaixo finaliza o segundo capítulo do livro:

Em síntese, constata-se que os trabalhadores de salário de base durante o período recente ampliaram sua dimensão e tornaram-se protagonistas de um importante movimento de mobilização da estrutura social brasileira. A alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada da elevação real das remunerações, capaz de potencializar a mobilidade social e a inclusão no mercado de bens e consumo (POCHMANN, 2012, p. 46).

Fundamentalmente, não existem diferenças entre a análise de Neri e Pochmann. Aliás, o trecho transcrito acima poderia fazer parte de qualquer publicação do CPS/FGV sem causar estranheza. A intenção de Pochmann (2012) não é criticar a existência de uma nova classe média expondo a precariedade das condições de vida desse estrato. Seu verdadeiro embate é travado com Marcelo Neri pelo protagonismo na interpretação das transformações sociais

recentes, entendidas pelos dois de maneira praticamente idêntica. Conforme Pochmann afirmou em entrevista, o termo nova classe média de Neri, apesar de equivocado, foi incorporado no discurso dominante “porque teve a originalidade de ser uma das primeiras interpretações e midiaticamente foi muito bem trabalhado” (RODRIGUES, 2012, online). Por isso, o que Pochmann (2012) sugere é simplesmente substituir o termo nova classe média por *working poor*, por se tratar de um fenômeno de transformação nos padrões de vida dos trabalhadores ocupados que recebem salários de base.

Passo agora para outro crítico brando, o professor Jessé de Souza (2010). No livro “Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?” o autor mostra o retrato de uma classe localizada entre a classe média tradicional e a pobreza, chamada por ele de batalhadores. A categoria, aliás, expressa muito bem o viés de sua análise. Os batalhadores são, para Souza (2010, p. 10), uma classe de pessoas que “lutam, ativamente, com energia e engenho para escapar da ralé e entrar no rol da pequena burguesia empreendedora e emergente”.

Para construir seu argumento, Souza (2010, p. 23) nega tanto a visão liberal, baseada na teoria da estratificação, quanto a visão Marxista, “restrita ao economicismo”, propondo a ideia de classe a partir “da transferência de valores imateriais e de seus privilégios no tempo”. Como se percebe há uma grande valorização da cultura no argumento do autor, como se os bloqueios para a ascensão social fossem reproduzidos socialmente por meio de valores e hábitos. Partindo dessa ideia, ele caracteriza os batalhadores como uma classe que está incluída no sistema econômico, seja como produtora, trabalhadora ou consumidora, porém excluída do acesso a bens imateriais, como o conhecimento e as redes de relacionamento.

Para Souza (2010), essa nova classe trabalhadora é fruto e parte das transformações na lógica do capitalismo, saindo de um modelo de linha, fordista taylorista, para uma produção flexível. Tal movimento determinou uma modificação nos mecanismos de controle, deixando de lado aparatos hierárquicos coercitivos em prol de uma regulação comunicativa em rede. Por isso, nas novas empresas baseadas na produção flexível “o novo trabalhador deve ser desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos de pertencimento à sociedade maior. É esse trabalhador que vai poder ver na empresa o lugar de produção de identidade, de autoestima e de pertencimento” (SOUZA, 2010, p. 37). Em outro momento, ele complementa afirmando que o capitalismo triunfou, pois agora é possível acumular cada vez mais, “sem luta de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limites de horas de trabalho e com ganho máximo do capital” (SOUZA, 2010, p. 57)

A análise de Souza (2010) tem como ponto alto o reconhecimento de que as disputas em torno do conceito de nova classe média são travadas, especialmente, na arena política. Como

aliás, a análise dos ideólogos apresentada anteriormente não deixa dúvidas. O grande problema do livro de Souza (2010), muito bem caracterizado por Braga (2012), é o abandono completo da resistência ativa do trabalhador contra o capital, como se não houvesse mais nenhum tipo de ofensiva dos explorados contra os exploradores e as pessoas estivessem dispostas a se submeter a qualquer coisa para aumentar seu consumo.

As manifestações e greves que vêm ocorrendo demonstraram concretamente o erro de avaliação de Souza (2010). A flexibilidade do capitalismo contemporâneo é uma realidade ligada a um processo amplo de financeirização e flexibilização das relações trabalhistas, o que dificulta, mas não impossibilita, as mobilizações e as lutas sociais. Souza (2010) chega a essas conclusões por causa de sua ênfase individualista. O batalhador é tratado quase mitologicamente, como uma pessoa responsável por sua própria sorte, sozinha, lutando bravamente por uma condição de vida melhor. A dimensão associativa parece ter sido deixada de lado pelo autor, ávido por comprovar sua tese de que o batalhador é um homem que ascende por seus próprios méritos.

Para Braga (2012), Souza (2010) errou ao enxergar o apaziguamento momentâneo da classe trabalhadora como um reflexo do momento do capitalismo, e não como resultado da hegemonia do PT. Braga (2012, p. 15) caracteriza o movimento de ascensão de um contingente de pobres para o mercado de trabalho como a formação de uma classe proletária precarizada, constituída por três tipos de trabalhadores:

A população flutuante seria formada pelos trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas. A população latente seria composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria. Por sua vez, a população estagnada já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência.

A categoria “precariado”, proposta por Braga (2012), é outra maneira de tratar os movimentos recentes na estrutura social brasileira, especialmente a inserção no mercado de trabalho de um grande contingente de pessoas em novas posições, em sua maioria temporárias e mal remuneradas. Para ele, a única maneira encontrada por Lula e pelo PT para “pilotar o modelo de desenvolvimento pós-fordista no país, sem romper com o ciclo da valorização financeira, foi pacificando as fontes do trabalho barato, daí uma modesta desconcentração de renda na base da pirâmide salarial a fim de garantir uma severa concentração de capital financeiro no cume do regime de acumulação” (BRAGA, 2012, p. 225). Apesar da preocupação do autor, nesse livro, estar concentrada na análise das lutas dos trabalhadores e dos sindicatos

no período da hegemonia lulista, sua contribuição é muito importante no sentido de um aprofundamento da crítica à formulação sobre a nova classe média.

Para avançar nessa crítica recorro a dialética do consumo (VIEIRA PINTO, 2008) e à teoria marxista da dependência, segundo Ruy Mauro Marini, abordagem crítica que rejeita a possibilidade do desenvolvimento econômico, político e social nos países periféricos no sistema capitalista (MARINI, 1991a). Apesar de ambas terem sido escritas décadas antes do fenômeno em discussão nessa Tese, seu cuidado em tratar a realidade brasileira tal qual ela é, inserida em uma totalidade que apresenta problemas e contradições históricos, faz com que sobrevivam ao teste do tempo, com as devidas mediações e atualizações.

A categoria superexploração do trabalho é central para a Teoria Marxista da Dependência, conforme proposta por Ruy Mauro Marini (1991a). Ela representa uma violação do valor da força de trabalho, equivalente ao salário, utilizada pelo capitalista de uma nação dependente para compensar as perdas de valor nas trocas desiguais com os países centrais. A partir da superexploração do trabalho, o trabalhador é subtraído de parte de seu fundo de consumo pela apropriação capitalista, trabalhando mais e sendo remunerado abaixo do que deveria.

Este tema será melhor desenvolvido ao longo do próximo Capítulo, bastando agora indicar que Luce (2013, p. 185), partindo da TMD, demonstra que a denominada nova classe média é uma camada social superexplorada:

Mas se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho.

Neste sentido, reforço o papel do consumo no estratagema que aparenta progresso, enquanto oculta os mecanismos persistentes típicos de um país de capitalismo dependente.

Nas palavras de Viera Pinto (2008, p. 184-5),

A rejeição da noção de “classe” e de seu papel na história resume, portanto, a lição suprema da sociologia alienada. Com isso, fica automaticamente trancado o rumo da desalienação do pensamento do povo subdesenvolvido que pretende empreender o projeto de libertação. Terá de fundá-lo na restituição às classes sociais antagônicas de seu exato papel, estudá-lo nas atividades, relações externas e internas que ligam os indivíduos em cada uma e separam os dois blocos na oposição inconciliável que os coloca como adversários. A importância do restabelecimento do conceito de “classe” no centro do pensamento político consiste em que só então ganhará contornos verídicos a imagem do processo social efetuado mediante contrastes e saltos. Do contrário, a desarmonia real poderá ser reconhecida até mesmo pelos poderosos e dominadores, mas não receberá a significação que lhe é imanente.

A partir dos dados e do mapeamento das disputas travadas no campo teórico e político fica claro que é preciso rejeitar a ideia de que existe uma nova classe média em formação no Brasil, retomando o debate sobre o aumento recente do consumo da classe que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2000) por outra perspectiva teórica, construída a partir de Vieira Pinto (2008) e Marini (1991a). O primeiro oferece um olhar para a caracterização desse grupo social; o segundo proporciona um marco teórico para compreender as contradições que emergem de sua estratégia organizadora. Começo por Vieira Pinto (2008).

#### **2.4 Os não-consumidores e a dialética do consumo<sup>67</sup>**

Deixando para trás o estratagema que organiza a estratégia de expansão do mercado de massa sob o conceito de nova classe média, resgato o pensamento de Vieira Pinto (2008) com o intuito de compreender o consumo em sua relação dialética com o trabalho e a produção.

Álvaro Vieira Pinto foi um erudito e um intelectual controverso. Sua primeira graduação foi em medicina, tendo sido pesquisador em um projeto que buscava a cura do câncer por 16 anos. Durante essa experiência no laboratório, cursou graduações de matemática e física. A partir do insucesso com as pesquisas em biomedicina, motivado por uma grande inclinação filosófica, cursou filosofia e foi passar uma temporada na Sorbonne, em Paris. Na volta, além de ministrar a disciplina de história da filosofia, deu aulas de lógica matemática, escrevendo diversos livros e artigos (SAVIANI, 2010).

Álvaro Vieira Pinto ficou marcado como professor e como um dos mentores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros<sup>68</sup> (ISEB), grupo que foi um dos mais importantes centros irradiadores da teoria do nacional-desenvolvimentismo. "Para esses intelectuais, o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização. A política de desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, a única capaz de levar à emancipação e à plena soberania" (ABREU, 2012, p. 1). O ISEB foi extinto em 1964, depois da deposição do então Presidente João Goulart pelo regime ditatorial que levou Álvaro Vieira Pinto a um exílio na Iugoslávia e, posteriormente, no Chile (SAVIANI, 2010).

---

<sup>67</sup> Uma versão preliminar dessa seção aparece no artigo de Abdala e Misoczky (2012), intitulado A Nova Classe Média e a Dialética do Consumo, apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), edição 2012.

<sup>68</sup> "O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional" (ABREU, 2012, p. 1).

Em termos de referências, a trajetória intelectual do autor ficou marcada pelo ecletismo e pelo culto ao livre pensar. Esta postura causava, e ainda causa, estranheza aos pesquisadores, pois seus textos e livros não contém referências, “radicalizando a singularidade e o isolamento de cada obra” (CÔRTEZ, 2003, P. 71). Álvaro Vieira Pinto tinha o costume de sentar e escrever, ou se pôr a filosofar, como ele dizia (FÁVERI, 2008). O resultado é um texto bem escrito, original, porém muitas vezes contraditório, já que o autor modificava conceitos ao longo de uma mesma obra, como observa Côrtes (2003) na análise de “Consciência e Realidade Nacional”. Isso impõe alguma dificuldade para leitura de seus textos<sup>69</sup>. Talvez, como afirma Gadotti (1990), fosse este mesmo o objetivo de Álvaro Vieira Pinto, provocar seus leitores fazendo-os refletir sobre a necessidade imperativa de serem autênticos em suas formulações, mesmo que isso signifique perder parte do rigor.

Em seus diferentes livros, o intelectual refletiu sobre temas diversos como educação, demografia, tecnologia e ciência. Porém, o assunto que mais o fascinava era a questão nacional, ou, mais especificamente, a necessidade de pensar um projeto para o Brasil levando em consideração sua realidade material, sua miséria, seu subdesenvolvimento, sua submissão (FREITAS, 1998). Não à toa, sua obra principal, “Consciência e Realidade Nacional”, trata sobre a distância entre a realidade do país e a consciência construída em torno do senso comum, associada com as elites submissas à culturas e ideias alienadas<sup>70</sup>. Essa consciência, que se afasta dos problemas reais do lugar onde vive, perde sua essência e, junto com ela, “a sociedade perde suas características de autonomia, de capacidade criadora de si, material e culturalmente”, se submetendo a outra sociedade (VIEIRA PINTO, 2010, p. 56). Portanto, a consciência ingênua não se encontra ligada a seu país e sua realidade autêntica, problema que se agrava quando um de seus portadores tenta modificar a realidade na qual vive por meio de procedimentos que não são próprios de seu mundo, mas importados de outra realidade, distante e alheia.

Para ele, somente os sujeitos dotados de consciência crítica seriam capazes de assumir o protagonismo do desenvolvimento nacional, afastando a alienação e criando teorias próprias para dar conta dos problemas reais da nação subdesenvolvida. Assim, seria possível desobstruir o caminho do desenvolvimento, entendido como um processo capaz de trazer condições dignas

---

<sup>69</sup> Importante esclarecer que a escrita livre de Álvaro Vieira Pinto em nada se assemelha com uma falta de profundidade ou de conhecimento teórico, pois conteúdo e leitura nunca faltaram a ele, erudito, autodidata e poliglota.

<sup>70</sup> Para Vieira Pinto (2010, p. 55), a alienação, “em sua expressão mais geral, filosófica, é um conceito que define a condição de um ser que se encontra privado de sua própria essência, ou porque se encontre separado dela ou porque ela não se realiza completamente, perfeitamente em tal ser”.

de vida para toda uma população autônoma, formando um país soberano (VIEIRA PINTO, 2008).

Importante ressaltar que ao ler Álvaro Vieira Pinto é preciso considerar a distância entre o momento atual e a época de suas formulações. Todavia, o alerta de Gadotti (1990, p. 3) é fundamental:

O pensamento de Vieira Pinto não pode ser considerado como obra datada, uma referência do passado, ligada apenas ao período desenvolvimentista. As teses de Vieira Pinto são muito atuais. O nacionalismo tão bem apresentado aqui não é, como alguns o entendem, sinônimo de isolamento, de cultivo do próprio umbigo. O que encontramos aqui é a busca de uma nação que ainda não é, mas pode ser, uma afirmação no contexto das nações com uma fisionomia própria, que não é a nação formada falsamente pela representação social das elites, mas que nasce encharcada pela cultura de constituição da nação brasileira encontra sentido na integração latino-americana, na construção de novas alianças com os nossos vizinhos. E isso é muito atual.

De fato, em que pese as mediações necessárias, o pensamento de Álvaro Vieira Pinto continua servindo como referência para compreender a realidade nacional. Não obstante, apesar de sua importância para o pensamento social brasileiro, as ideias de Álvaro Vieira Pinto nunca foram devidamente aceitas e reconhecidas, fato marcado por sua morte no ostracismo em 1987 (CÔRTEZ, 2003). Hoje, o autor é mais conhecido por ter influenciado Paulo Freire e feito parte do ISEB do que por suas próprias ideias. Felizmente, nos últimos anos tem sido feito um esforço no sentido de resgatar seu pensamento, com alguns livros póstumos publicados e indicações de um interesse pela releitura de sua obra.

Um exemplo é “Sociologia do Países Subdesenvolvidos”, texto publicado pela primeira vez em 2008 e escrito em 1975 na forma de cadernos, o último de Álvaro Vieira Pinto antes de sua morte, elaborado “no isolamento e no anonimato” (FÁVERI, 2008, p. 11). Aliás, essa publicação tem uma história interessante. Durante a realização de uma Tese de Doutorado sobre Álvaro Vieira Pinto, José Ernesto de Fáveri fez um trabalho de investigação de dois anos que o levou à sobrinha do falecido autor, com quem estava o manuscrito deste então inédito livro, guardado em uma prateleira de seu apartamento. Segundo o relato de Fáveri (2008, p. 15):

Quando peguei o último [de alguns livros de Vieira Pinto em posse da sobrinha], encontrei dois cadernos, um maior, outro menor, escritos à mão. Olhando para a capa, li o título Sociologia dos Países Subdesenvolvidos. Não tive mais dúvidas de que estava diante de um dos manuscritos de Vieira Pinto, uma obra rara. O coração disparou: tudo o que eu queria era encontrar esse material para agregá-lo à minha pesquisa. Tive que controlar a emoção e o entusiasmo.

Apesar da extensa e rica obra brevemente introduzida acima, é esse o livro que embasa essa Tese, especialmente por conter uma grande seção dedicada à análise do consumo em uma situação de subdesenvolvimento.

Em termos de conteúdo, o texto Sociologia dos Países Subdesenvolvidos é construído em torno da ocultação do "vale das lágrimas", figura de linguagem utilizada por Álvaro Vieira Pinto para definir as desigualdades sociais intransponíveis no contexto do país subdesenvolvido, ou seja, trata sobre a maneira como a "ciência" atua no sentido de suprimir o "vale" da aparência. Analisando diferentes perspectivas disciplinares, como a psicologia, a ciência política, a economia e a sociologia, Vieira Pinto (2008) demonstra que estas diversas áreas se sustentam no pensamento construído nos países centrais, replicando os modelos teóricos que analisam o mundo a partir do prisma do dominador.

Essa falta de originalidade é um desrespeito à situação específica dos países subdesenvolvidos, merecedora de teorias próprias. Sem um contexto concreto que considere a realidade do subdesenvolvimento, definida por Vieira Pinto (2008) como a ausência generalizada de soberania, o trabalho intelectual ajuda a esvaziar a luta pela transformação das condições de vida indignas de grande parte da população, habitantes do "vale das lágrimas". O desenvolvimento funciona como uma grande narrativa da ocultação, mantida pelo corolário progressista e evolutivo que entende o subdesenvolvimento como uma etapa rumo ao desenvolvimento, como se o futuro fosse necessariamente melhor do que o presente. Este pressuposto é mantido e reforçado por uma profusão de dados estatísticos, fruto do trabalho meticuloso de ideólogos, "cientistas" sociais e outros "intérpretes" da realidade que trabalham, de maneira consciente ou não, na ampliação e manutenção das bases que formam o alicerce para a estrutura da dominação (VIEIRA PINTO, 2008).

Entre as estratégias que ocultam as diferenças sociais está o consumo, termo com entendimento com livre trânsito no senso comum e que, aparentemente, dispensa definição. No entanto, para compreender seu conteúdo lógico implícito é preciso reconhecer que o entendimento corrente se expressa por meio de estatísticas e outros termos matemáticos e econômicos. Para Vieira Pinto (2008), as operações descritivas quantitativas não são um problema *à priori*, mas somente na medida em que pressupõem a adoção de alguma definição teórica. Nesse sentido, o pesquisador que não faz suas escolhas acaba reforçando a alienação e o senso comum, mesmo que por ignorância de sua consciência ingênua. Para superar esta simplificação Vieira Pinto (2008) propõe uma análise dialética do consumo.

Para compreender a dialética do consumo, o ponto de partida é o conceito de bem, ligado a definição do que é valor. Para Vieira Pinto (2008, p. 305), o valor só pode ser entendido socialmente. Assim como o *eu* só se reconhece em contato com o *outro*, o bem "é o que vem a ser reconhecido como qualidade positiva porque [o homem] o compara com a situação dos que não o possuem, ou o perderam, e por isso se regozija em estar na posse dele" Assim, a formação

do valor de um bem é um fato social e histórico, não sendo imanente, mas um produto das condições materiais objetivas, refletindo a realidade particular de cada sociedade e sua maneira de valorizar suas criações materiais. Por sua vez, o valor contido em um bem se desloca, no consumo, do objeto valorado para seu possuidor, fazendo com que aquele que tem um bem seja necessariamente "bom", a julgar por uma moral do consumo.

Portanto, o que se convencionou chamar de bem também é uma expressão do senso comum, um uso vulgar de um termo que nunca chega a ser de fato explicitado. Para Vieira Pinto (2008, p. 311) isso "deve-se ao caráter inevitavelmente ideológico da noção de "bem" a qual [...] a economia trata como [...] aquilo que a ética trata como bom", fazendo com que o significado de um bem seja sempre positivo, "bom" para o homem que consome. Todavia, adverte o autor, os "bens" vinculam-se ao conceito de classes sociais.

Indo mais fundo, como quem dita os valores incorporados aos bens é a classe dominante, em seu papel de classe consumidora ela goza do direito de se apropriar dos valores que ela mesma produz. Desse modo, o consumo torna-se uma forma de manutenção dos privilégios de classe que, aparentemente, não existem, visto que os bens parecem conter o bem geral de todos. Como só faz sentido consumir uma mercadoria que é um bem, a teoria moral se encarrega, por meio da ideologia, de denominar e justificar os valores, ou seja, aquilo que a publicidade divulga como um bem (VIEIRA PINTO, 2008). Para que essa ideologia se dissemine e se justifique, a operação envolve procedimentos bem conhecidos, como o culto fetichista aos índices e números como expressão da "realidade". Estes dados são manipulados de maneira que a fotografia apresentada seja a da abundância, dando a ideia, tanto quanto possível, de uma sociedade farta na qual conceitos incômodos, como subdesenvolvimento, parecem deslocados.

O consumo, para Vieira Pinto (2008, p. 306), indica o "avanço do domínio do homem sobre as forças da natureza, pelo conhecimento dos fenômenos que aí se passam e das ideias que os regem", um processo que tem como ponto de partida a exigência da vida em se conservar. Consumir é, antes de tudo, satisfazer necessidades. Assim, desde os primórdios, o termo consumo "condensa a ação primordial que se acha na base dele, a de *consumar*". Ou seja: "sem o conhecimento, derivado da ação sobre a natureza do animal que enveredou pelo caminho da antropogênese, seria impossível *consumar* o bem que vai ser *consumido*". Assim, o consumo compõe-se dialeticamente por dois momentos antagônicos e contraditórios: (1) as ações humanas que ficam abrangidas e praticamente ocultadas pelo substantivo *consumo* que as engloba, assumindo primeiro plano e as deixando-as na sombra, e (2) o procedimento dialético legítimo que deve realizar-se do fundo para a superfície, "partindo das ações para as relações, do verbo para o nome", do *consumar* para o *consumir* (VIEIRA PINTO, 2008, p. 305).

Por isso, para ampliar o conceito de consumo é necessário adentrar em sua essência material, composta por momentos dialéticos representados por dois verbos: as ações humanas envolvidas no *consumar*, no fabricar, fazer o objeto, o bem, a mercadoria consumível; e o *consumir*, que “representa a aniquilação, a negação do consumado pelo aproveitamento que dele o homem faz, com isso destruindo-o, obrigando-o a fabricar outro objeto igual ou melhor do que o anterior” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 307-8). Não há como consumir sem consumir, nem há motivos para consumir sem consumir.

Portanto, subjacente à dialética do consumo se encontra o trabalho, que possibilita simultaneamente os atos negativo e positivo. A atividade positiva do trabalho é produzir os bens para consumo; já sua atividade negativa é possibilitar, a partir do salário, o consumo que aniquila a mercadoria, fazendo-a desaparecer. Portanto: “o ciclo compra-consumo-sumiço-fabricação-de-outro-exemplar-venda-compra é sustentado pelo trabalho e revela outro importante aspecto que a análise filosófica do processo explicita, a saber, o caráter humano, tanto o positivo, o fazer, quanto o negativo, o desfazer, o consumir” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 309).

A relação dialética entre consumo e trabalho explicita outra relação: gastar e desgastar. Consumir é desgastar o objeto no uso, dar sumiço. Porém, para que seja possível desgastá-lo, é necessário antes gastar valores econômicos. Gastar para desgastar. Todavia, para obter dinheiro, é preciso desgastar a si mesmo no processo de trabalho, consumindo a própria existência. Este ato de negação de si mesmo é positivamente remunerado com dinheiro na forma de salário. Por sua vez, o salário é gasto para obter o direito de desgastar um objeto que some, dando origem a uma nova necessidade de consumir, produzir novamente (VIEIRA PINTO, 2008).

Por conter a essência da dinâmica econômica em si, o consumo aparenta ser uma forma de declaração de abundância de uma determinada sociedade que se julga farta. Para o autor, os defensores dessa ideia se esquecem da diferença entre as classes sociais, ignorando o fato de que o conceito de consumidor não é universal. Sobre a relação dialética entre consumo e classes sociais, Vieira Pinto (2008, p. 321-2) elabora a distinção entre o consumidor e o não-consumidor:

É evidente que numa sociedade declarada farta, que sacralizou o consumo, dele se orgulhando, porque o julga o rasgão do firmamento por onde desce a voz da divindade que abençoa, repetimos, é evidente que em tal meio não pode ser o mesmo o conceito de consumo imaginado pelo consumidor e o que nasce no espírito do infeliz não-consumidor. [...] O consumidor para quem o consumo é um hábito social que exerce continuamente e em relação a tudo quanto lhe apetece, considera-se naturalmente instalado nessa condição em virtude de um direito que lhe é inerente e que pratica livremente, sem indagar se todos os homens dele gozam igualmente. [...] O não-consumidor, para quem o consumo é um ato excepcional, para quem a compra de um objeto, às vezes de uso banal ou imperceptível para a classe dominante, reveste-se de

um estado psicológico de esperança, de ansiedade e frequentemente de dúvida sobre a sensatez da decisão, tem de ser, obrigatoriamente, o indivíduo que não está tranquilamente consciente do direito de consumo de tal coisa.

A relação entre os consumidores e os não-consumidores sintetiza, a partir do consumo, a dicotomia entre as classes sociais antagônicas. A classe burguesa, detentora dos meios de produção, tem o maior interesse em que o consumo da população se expanda ao máximo possível, pensando na maior utilização de sua capacidade de produção, aumentando a extração de lucros e mais-valia. Entretanto, para que isso possa se realizar de maneira generalizada, é necessário aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores, solução que o capitalista logo percebe ser essencialmente contraditória à seus interesses de classe, visto que aumentar o salário implica em reduzir sua parte na acumulação de renda (VIEIRA PINTO, 2008, p. 323).

Nesse dilema está a essência da insolúvel contradição do sistema capitalista. O industrial não pode produzir sem haver consumidores e em número constantemente crescente, como é de seu interesse. É incapaz, porém, de engendrar os compradores, a não ser conferindo-lhes, ele próprio, os meios financeiros para tanto. Sendo estes meios em princípio propriedade dele, da sua classe, o círculo de poderosos fabricantes e financistas se vê constrangido a tirar de sua substância, de própria carne, uma parte, que sempre prega lhe fazer falta, ou que se vê despojado com lágrima.

Essa contradição, expressa na relação dialética entre produção e consumo, remete à contradição fundamental do capitalismo, a cisão entre capital e trabalho. Decorre dessa contradição que o produtor privado necessita do consumidor privado, sem, no entanto, poder dar para ele o que ele realmente quer, ou seja, o direito amplo ao consumo. O consumidor, portanto, não dispõe dos meios necessários para influir sobre sua própria condição de consumidor, constrangido a não consumir o que quer, nem tanto quanto quer.

Neste fato reside o que Vieira Pinto (2008) chama de suprema ironia do capitalismo: o consumidor privado está realmente privado daquilo que não consome. É o pobre, que consome somente o necessário para reproduzir a própria vida, quem entra em contradição com uma sociedade que se orgulha de seu consumo. Se alguém não consome bens, não é bom, sendo uma vítima da contradição: devendo consumir, não consome. Torna-se assim uma anomalia, alguém à margem da sociedade, expulso para fora dela por não ter o acesso ao consumo. Essa ironia se estende também para o lado do capitalista, que facilmente aceita a condição de privação do consumo mínimo por parte dos pobres. Entretanto, só pode fazer isso de maneira relativa e parcial, e não absoluta, como gostaria. O seu íntimo desejo é aniquilar os pobres, deixando no mundo somente pessoas de bem, as pessoas possuidoras de bens, mas isso não é possível porque necessita deles para continuar existindo. As palavras de Vieira Pinto (2008, p. 327) colorem

com força o drama dessa contradição, na qual todos padecem da sua maneira, mas claro, quem sofre mais são os miseráveis:

Por isso, segundo ensina a dialética, o consumidor exige, como antítese, que não pode dispensar, a que está constantemente colado, para se definir como o ser que é, o não-consumidor relativo, a classe operária, com a qual tem que conviver em ambiguidade existencial. Não a pode eliminar sob pena de eliminar a si mesma, e também não a assimila sob igual pena, porque então, do mesmo modo, desapareceria como classe com perfil específico. Assim, o subconsumo do trabalhador tem que ser mantido, porque é condição de vida para as duas classes antagônicas. (VIEIRA PINTO, 2008, p. 327)

O consumo, analisado desse modo, expressa a contradição fundamental do capitalismo. Essa contradição não pode ser superada pelos que estão no poder, sob pena de destruir o próprio sistema que governam. Assim, o antagonismo entre as classes, além de expressar a contradição fundamental entre capital e trabalho, é funcional para a reprodução do modo de produção capitalista, como demonstra a visão dialética da realidade. Por esse mesmo motivo, o desenvolvimento social pleno que resulta em uma sociedade capitalista igualitária é impossível dentro de seus marcos. Pensar em avanços sociais e na construção de uma sociedade justa, com igualdade de direito ao consumo é uma impossibilidade lógica dentro desse modo de produção.

Portanto, a dialética do consumo, elaborada por Álvaro Vieira Pinto (2008), possibilita novo entendimento sobre a transformação no consumo da última década, superando a noção economicista e arbitrária forjada por meio da teoria da estratificação. A denominada nova classe média é melhor caracterizada como um grupo de não-consumidores, aqueles para quem o consumo não é um direito, mas uma possibilidade exercida apenas nos momentos economicamente favoráveis.

Elaborando em torno das transformações do consumo dos não-consumidores no Brasil, quanto mais alguém consome e desgasta diferentes mercadorias, mais necessita gastar. Quanto mais necessita gastar, mais dinheiro precisa ter. Para ter mais dinheiro, o ser humano se desgasta mais e mais, sacrificando sua própria condição de vida e sua saúde. Faz isso em troca de garantir o fluxo acelerado de consumo que propulsiona sua realização pessoal a partir da sensação de incorporação do valor dos bens que possui. Ou seja, consumir é adquirir o valor de um bem, mas também é consumir a si mesmo nesse processo, o que, a partir de certo nível, se potencializa. Na tentativa de antecipar o prazer produzido pelo consumo, o indivíduo faz empréstimos, pagando juros. Como uma montanha russa que acumula energia, o juro da dívida, ou o desgaste reproduzido continuamente sem nenhum tipo adicional de consumo, garante a reprodução ampliada da negação de si mesmo, sem que este consumo de si tenha como contrapartida a energia repositora, psíquica ou física, do consumo da mercadoria. A dívida é

um desgaste do ser pelo trabalho, agindo em condição inercial, até ser parada pelo pagamento, o que representa adiar um possível consumo imediato. Em outras palavras, a dívida potencializa o lado negativo do consumo em troca de permitir o prazer adiantado pela incorporação do bem, antecipando a renda do trabalho que ainda não se consumou. Portanto, a dialética do consumo (VIEIRA PINTO, 2008) demonstra como os não-consumidores, ao consumirem mais, se esforçam para ter valor perante a sociedade, ao mesmo tempo em que aprofundam as contradições de sua própria condição precarizada, renovando a superexploração do trabalho. Sem modificar as bases da estrutura que reproduz a desigualdade, o consumo não pode ser um caminho para proporcionar autonomia e condições de vida dignas para toda população.

Para concluir o Capítulo, relembro a Tese que defendo nesse estudo: **a estratégia de expansão mercado de massa oculta, através do conceito de nova classe média, as contradições do capitalismo dependente e renova a superexploração do trabalho no consumo de não-consumidores.**

Nesse Capítulo discuti como foi constituída e operacionalizada o estratagema que organiza as transformações do consumo no conceito nova classe média, indicando, por meio de dados e de reflexões teóricas, que essa formulação deve ser rejeitada. Por fim, concluí que olhar para esse mesmo fenômeno como uma transformação do consumo dos não-consumidores insere o objeto de estudos na totalidade social, ampliando o entendimento da realidade. Dessa forma, o consumo no Brasil passa a ser entendido como parte de uma relação que só adquire sentido quando se situa em sua dinâmica indissociável com o trabalho, a produção, as classes sociais e as especificidades históricas do capitalismo dependente. Essa perspectiva abre caminho para uma discussão nos termos da Teoria Marxista da Dependência, realizada no Capítulo seguinte.

Para finalizar, transcrevo as palavras de Vieira Pinto (2008, p. 324), escritas em 1974, porém muito atuais considerando a ciência da ocultação organizada em torno da existência de uma suposta nova classe média.

Na palavra "consumo", contém-se a chave para a percepção das diferenças na psicologia das classes inimigas. Para o pobre, o consumo é uma ambição - ambiciona comprar uma habitação, um bem de conforto -, para o rico é um direito. O primeiro só o pratica limitada e penosamente no momento de ascensão do "balanço", que logo retorna, por força do movimento pendular, à fase descendente, aquela em que o comprador se vê esmagado pelas dificuldades de pagamentos de prestações escorchantes, quando já passou a ilusória euforia do momento de aquisição. Para o rico, o "balanço" tem outra significação. Por sinal, e por estranho que pareça, é um balanço que não balança, porque, sendo o "balanço" que sua contabilidade registra, nele não há oscilações pendulares, mas apenas constante ascensão, unicamente, no pior dos casos, marcada por diferenças de aceleração.

### 3 DEBATES SOBRE DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: A RENOVAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

*A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial (MARINI, 2012, p. 47).*

A frase transcrita acima talvez seja a melhor síntese do núcleo central da Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida a partir de um grupo de autores que inclui Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. A preocupação central da TMD é compreender as especificidades e contradições do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, particularmente na América Latina, implicando na necessidade de “integrar, em uma única história, a perspectiva da expansão capitalista nos países atualmente desenvolvidos e seus resultados nos países por ela afetados” (DOS SANTOS, 2012, p. 399). Esta perspectiva “revela a articulação entre as pressões externas e a dinâmica interna como parte do fenômeno histórico mundial”, considerando a economia como elemento central, porém compreendendo sua articulação dialética com as dimensões política e histórica (MISOCZKY e IMASATO, 2014, p. 5).

O marco teórico da TMD contribui para uma compreensão ampliada do fenômeno em estudo nessa Tese, possibilitando uma análise do aumento do consumo dos não-consumidores como parte da dinâmica contemporânea do capitalismo dependente. Como será discutido, os dados apontam para a persistência e ampliação da superexploração do trabalho a partir da política de incentivo ao consumo, o que implica, em termos teóricos, em uma renovação do potencial explicativo da TMD.

O esforço inicial da TMD se concentrou nos anos 1960 e inclui a polêmica com duas vertentes de interpretação: o estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL<sup>71</sup>) e o entendimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre a via da revolução nacional pela aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional (BAMBIRRA, 1977). Apesar das duas correntes defenderem pontos de vista de classes antagônicas, naquele momento histórico, marcado por uma aguda crise do capitalismo dependente iniciada no final dos anos 1950, suas propostas convergiam em torno da necessidade de uma coalização de classe em prol de uma revolução burguesa e democrática (BAMBIRRA, 1977). Ambas acreditavam

---

<sup>71</sup> A CEPAL foi “uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento gestada nos Estados Unidos e na Europa no pós-guerra” e sua tese central era que o desenvolvimento econômico é um *continuum*, “no sentido que o subdesenvolvimento constitui uma etapa inferior do desenvolvimento pleno” (MARINI, 1994, p. 2).

que através dessa aliança seria possível encontrar os meios de superação do subdesenvolvimento, entendido como resultado de um atraso no processo evolutivo das forças produtivas que a industrialização seria capaz de desobstruir.

Segundo Bambirra (1977, p. 9), a TMD é uma resposta aos esquemas que propõem a possibilidade do desenvolvimento nacional autônomo na América Latina:

A meu juízo a teoria da dependência deve ser entendida como a aplicação criadora do marxismo-leninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis de movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos, cuja economia e sociedade, conformadas depois da destruição das sociedades indígenas, foram produtos do desenvolvimento do modo de produção capitalista primeiro na Europa, em seguida nos Estados Unidos, e são redefinidas em função das possibilidades estruturais internas, vale dizer a diversificação do aparato produtivo.

As condições materiais e históricas da década de 1960<sup>72</sup> demonstraram a impossibilidade da aliança nacional e progressista, com a relação dialética de forças entre a dinâmica interna e as pressões externas pendendo contra o projeto nacional autônomo. A partir de então, o capital estrangeiro deixou de ser visto como um problema, tornando-se um elemento obrigatório sem o qual não seria possível pensar o desenvolvimento: “Reduzida à relação entre acumulação de capital e modernização dos padrões de consumo, a problemática do desenvolvimento transforma-se em problemática do desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 2012, p. 701).

No entanto, na última década há um resgate do tema do desenvolvimento nacional em um novo contexto. Segundo Bielschowsky (2013), a discussão atual sobre desenvolvimento e expansão do consumo seria uma retomada das teses de Celso Furtado e do debate dos anos 1960. Essa suposição é defendida por alguns ideólogos filiados ao banco de ideias que definem a estratégia econômica brasileira atual como expressão de um novo, ou social, desenvolvimentismo<sup>73</sup>, uma suposta alternativa ao neoliberalismo que preconiza a coalizão de classes e a associação com o capital internacional, enquanto busca “conservar a autonomia nacional e promover o crescimento com mais rapidez do que os países ricos” (BRESSER-PEREIRA e FURQUIM, 2012, p. 13).

---

<sup>72</sup> Não à toa, o período mais intenso de formulação da TMD ocorreu no Chile durante a ditadura civil militar nos anos 1960. A convergência de intelectuais que se exilaram naquele país foi determinante para a efervescência do período (BAMBIRRA, 1977).

<sup>73</sup> Sampaio Jr. (2012, p. 673) ajuda a compreender, em termos abrangentes, a noção de desenvolvimentismo. Para ele trata-se de: “um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população.”

Já tratei, no Capítulo anterior, da falácia da defesa da retomada de um desenvolvimento nacional, uma vez que o Brasil se orienta por uma política continuísta de cunho novo neoliberal que aprofunda as relações entre dinâmica interna nacional e capital internacional. Por um lado, isso pode ser comprovado a partir do peso dos investimentos estrangeiros diretos (IED). O Brasil é o sétimo colocado mundial em um ranking de volume de IED referente ao ano de 2013 e responsável por 47% do total na região latino-americana (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2013). Além disso, a política externa brasileira tem sido marcada por um aprofundamento do papel subimperialista do país na América Latina, revelado a partir de uma política econômica expansionista e seletiva, relativamente autônoma com relação aos centros de acumulação, de algumas empresas locais que se transnacionalizam com apoio do Estado (MISOCZKY e IMASATO, 2014), como será melhor explicado nas próximas Seções. Nesse contexto, defender a busca por um nível de crescimento nacional maior que o dos países centrais, capaz de melhorar a posição do país em uma suposta linha evolutiva do desenvolvimento, como defendem Bresser-Pereira e Furquim (2012), não passa de mais uma tática da ciência da ocultação. O mesmo ocorre com a defesa do mercado interno como suposto centro de resultados da economia nacional, uma impossibilidade lógica em nações dependentes.

Ainda assim, frente à centralidade do debate em torno do novo desenvolvimentismo e sua relação com o objeto dessa Tese, é preciso “limpar” essa discussão antes de ingressar nas contribuições da TMD. Para problematizar essa suposta retomada será discutida a proposta original de Celso Furtado, evidenciando a falta de consistência dos que defendem que a política de desenvolvimento atual representa um resgate de seu pensamento. De fato, a referência a seu nome serve como instrumento de legitimação do modelo de desenvolvimento em curso, conforme já debatemos em Abdala e Goulart (2012, 2013).

Sendo assim, o recurso discursivo ao desenvolvimentismo é uma estratégia legitimadora de um modelo de crescimento econômico que, alegadamente, se baseia na expansão do consumo de massa e nos investimentos em infraestrutura, quando, na realidade, se fundamenta no aumento do consumo do não-consumidor via crédito, na superexploração do trabalho, no subimperialismo e na dependência renovada; muito diferente da busca por mudanças estruturais, como postulado pela proposta desenvolvimentista de 1950 e 1960. Sendo assim, defendo neste Capítulo a existência de uma relação falaciosa entre crescimento do mercado interno e desenvolvimento, retomando a tese de que o desenvolvimento em países dependentes é o desenvolvimento da dependência. Essa discussão encaminha a última parte do argumento desta

Tese: o aumento do consumo dos não-consumidores, ao invés de atenuar as contradições do capitalismo dependente, as aprofunda, renovando a superexploração do trabalho.

Em termos de organização do restante do Capítulo, primeiro apresento o debate sobre o desenvolvimentismo em seu contexto de emergência, demonstrando as contradições internas do argumento que defende sua retomada; em seguida, introduzo a Teoria Marxista da Dependência, a figura de Ruy Mauro Marini e sua economia política da dependência; por fim, realizo uma aproximação entre a TMD e uma análise da conjuntura atual do Brasil, discutindo como a dependência se renova e se aprofunda, entre outros meios, pela persistência e renovação da superexploração do trabalho dos não-consumidores.

### **3.1 Celso Furtado e a legitimação do modelo de desenvolvimento brasileiro**

Para entender o pensamento de Celso Furtado, é necessário, minimamente, saber quem foi este paraibano, acadêmico, economista e intelectual, reconhecido como um dos mais importantes intérpretes do Brasil. Furtado foi um homem pragmático, dedicado a compreender o subdesenvolvimento em busca de meios de superá-lo. Enquanto teve forças, lutou por esse ideal de maneira incansável, seja na academia ou engajado no aparelho de Estado, sempre norteado pelo projeto de transformar o país em uma nação autônoma e soberana. Esse traço teve impacto marcante em sua obra intelectual, voltada para a interpretação e teorização como subsídio à transformação da realidade dentro da ordem. Tal postura explica as mudanças de conceitos presentes ao longo de sua obra<sup>74</sup>. Enquanto a realidade se modificava ele tentava acompanhar, fato que obriga alguém disposto a entendê-lo a contextualizar seus escritos.

A trajetória intelectual de Celso Furtado começa no Rio de Janeiro onde estudou Direito, curso que concluiu em 1944. Segundo Mallorquin<sup>75</sup> (2005), na época ele já não estava mais interessado pela magistratura, mas sim pelas teorias organizacionais e pela economia. Em 1948 tornou-se doutor em economia pela Sorbonne de Paris, realizando uma tese sobre a economia colonial do Brasil. No ano seguinte integrou a recém-formada Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas sediado em Santiago do Chile,

criado para desenvolver a indústria dos países da América Latina e utilizar ao máximo seus enormes recursos naturais para elevar o nível de vida de seus habitantes, ajudar a resolver os problemas econômicos de outros continentes, atingir um melhor equilíbrio econômico mundial e intensificar o comércio internacional. A comissão

---

<sup>74</sup> Sobre isso, é exemplar a transformação do conceito de desenvolvimento que entre 1950 e 1960 era sinônimo de crescimento econômico; em 1970 passa a ser visto como a possibilidade de criar melhores condições de vida para a população; até ser entendido como uma evolução cultural da sociedade na fase sociológica de sua obra nos anos 1980.

<sup>75</sup> O livro de Mallorquin (2005) é a referência central para a história das ideias de Furtado. Ele respeita e apresenta de maneira cuidadosa as transformações teóricas do autor ao longo de sua obra.

ainda deveria estudar as medidas necessárias para facilitar uma ação conjunta destinada a favorecer o progresso econômico dos países da América Latina e elevar seu nível de atividade econômica, assim como manter e estreitar os vínculos econômicos que ligam seus países entre si e com o restante do mundo, além de participar na aplicação dessas medidas. (SANTA CRUZ, 1995, p. 22)

O ingresso na CEPAL e o contato com Raúl Prebisch, um dos mestres de Furtado e diretor da Comissão a partir de 1950, influenciaram-no profundamente (MALLORQUIN, 2005). Raúl Prebisch foi um economista argentino engajado desde jovem na busca pela mudança social a partir de um ideal reformista (HALPERIN, 2010). Para ele, seria papel do Estado intervir de maneira significativa na economia a partir da instalação de uma tecnoburocracia, melhorando as condições gerais da sociedade. Furtado também defendia posição similar, postulando a articulação política e a reforma das instituições como um meio de proporcionar as condições para o desenvolvimento e para a melhoria de vida da população.

Raúl Prebisch, em 1935, com apenas 31 anos de idade, tornou-se gerente do Banco Central argentino. Da experiência no cargo, Prebisch retirou uma lição importante que foi mais tarde incorporada aos fundamentos da CEPAL. Na situação latino-americana era necessário se distanciar da doutrina econômica da teoria do desenvolvimento forjada nos países centrais, orientando a ação do Estado de acordo com a realidade local (HALPERIN, 2010). Surgiu daí a ideia de que era preciso desenvolver uma teoria econômica própria para a América Latina, capaz de dar conta de sua situação específica no sistema capitalista mundial. Esse objetivo nunca foi plenamente atingido, apesar de ser perseguido obstinadamente pela CEPAL e por Celso Furtado, já que o compromisso de classe do órgão, próximo das burguesias industriais e das agências internacionais, nunca os deixou se desvencilhar completamente das teorias do desenvolvimento (MARINI, 1994).

Ainda assim, em que pese suas limitações, deve ser reconhecido o mérito do pioneirismo da CEPAL e de Celso Furtado em tentar criar uma maneira própria de compreender a situação social e econômica latino-americana (HALPERIN, 2010). O método histórico-estruturalista formulado por Prebisch e Furtado é o resultado desse esforço. Ele é o fundamento da escola econômica do estruturalismo latino-americano, sendo uma perspectiva que analisa a formação histórica das estruturas sociais e econômica do país subdesenvolvido almejando encontrar formas de destravar seu desenvolvimento.

Bielschowsky (2010, p.186) sintetiza:

o esquema analítico de Prebisch e Furtado é uma análise histórico-estrutural das persistentes heterogeneidades produtivas e insuficiência na diversificação da estrutura produtiva, e é uma análise das consequências dessas duas características no crescimento, emprego e na distribuição de renda, que devem ser tomadas como referências centrais para formular e instrumentar agendas de reforma e de desenvolvimento.

A primeira fase da obra de Celso Furtado, correspondente à década de 1950 e início dos anos 1960, foi marcada por sua passagem pela CEPAL. A principal ideia defendida pelo órgão era que a configuração do comércio internacional entre os países periféricos - produtores de bens primários - e os países centrais - produtores de bens industrializados - trazia desvantagens para os primeiros (MALLORQUIN, 2005). Esse fenômeno, identificado por Prebisch, foi caracterizado como uma deterioração dos termos de intercâmbio. Para interromper tal processo desigual seria necessário executar, nos países periféricos, uma política de industrialização por substituição de importações, principal bandeira defendida pelo que ficou conhecido como fase desenvolvimentista da CEPAL, uma busca por “criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 2012, p. 674).

No entanto, o golpe civil militar de 1964 pôs fim ao projeto de busca pela soberania nacional. A ditadura abriu espaço para uma inundação de capital estrangeiro, descaracterizando a discussão sobre as possibilidades do desenvolvimento nacional autônomo. No exílio, Furtado inaugurou uma nova fase em sua trajetória. Revendo os acontecimentos enfrentou conflitos existenciais expressos em livros pessimistas como “Dialética do Desenvolvimento” (MALLORQUIN, 2005).

Gradualmente, a partir do “Mito do Desenvolvimento Econômico” (FURTADO, 1974), o autor vai deixando de lado o pessimismo e a percepção de que o país estava parado, desmentida pelo milagre econômico<sup>76</sup>, substituindo o niilismo por uma problematização dos custos sociais que o desenvolvimento estava deixando. Nesse ponto, Furtado começa uma crítica ao estruturalismo que ele próprio ajudou a fundar, incluindo em sua teoria a noção de totalidade mundial e uma percepção cada vez mais sistêmica do subdesenvolvimento. No entanto, como demonstra Mallorquin (2005), a crítica ao estruturalismo não se traduziu em uma ruptura, mas em uma agregação de conceitos e análises da sociologia de origem weberiana, principalmente com relação aos tipos de racionalidade<sup>77</sup>. O livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” (FURTADO, 1978) é a obra exemplar desta fase. Nela, elementos

---

<sup>76</sup> As altas taxas de crescimento econômico que se configuraram no país a partir de 1968.

<sup>77</sup> Furtado (1981, p. 22) explica que, desde Weber, o processo de racionalização pode ser ordenado em dois eixos: ação do homem e fins que ligam o homem à vida, ou racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. “A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos ou fins previamente definidos. Ela nos dá a técnica. A invenção ligada aos fins, aos desígnios últimos, nos dá os valores, os quais podem ser morais, religiosos, estéticos, etc”.

como a cultura são agregados para tentar explicar os motivos da persistente desigualdade e miséria do povo brasileiro.

Lessa (2005, p. 12) sintetiza a trajetória de Furtado em dois momentos: “a chave para entender a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A da obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro”.

Após essa exposição sintética de caráter contextual, a próxima Seção é dedicada a apresentar o núcleo do pensamento histórico-estruturalista de Furtado, demonstrando as contradições de sua referência com relação ao modelo atual de desenvolvimento.

### 3.1.1 Celso Furtado e a busca pelo desenvolvimento autônomo nacional: do desenvolvimentismo ao incentivo do mercado interno

Desde o começo de sua vida intelectual, Celso Furtado teve como preocupação central os problemas nacionais, talvez uma consequência de sua infância no semiárido paraibano, como especula Lessa (2005). Academicamente, isso começou a se manifestar em suas pesquisas a partir do ano de 1949, quando ele defendeu sua tese de doutorado sobre a economia colonial<sup>78</sup>. A partir de então, a ciência econômica foi sua maior paixão, junto com a política, como as décadas seguintes demonstrariam.

O contexto da emergência de Furtado no campo da economia foi marcado pela hegemonia dos teóricos liberais, alinhados à Teoria do Desenvolvimento e crentes na linearidade do progresso e na ideia de que os países subdesenvolvidos deveriam seguir o mesmo caminho trilhado pelos países centrais. Para Dos Santos (2000, p. 16), “a teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos a plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente dessa sociedade ideal”. Celso Furtado criticava essa perspectiva por considerá-la inexecutável na América Latina, porém, de maneira ambígua, aproveitava-se de alguns de seus elementos conceituais, criando uma espécie de teoria do desenvolvimento latino-americana<sup>79</sup> (MALLORQUIN, 2005).

---

<sup>78</sup> É interessante que não exista uma precisão de registro histórico sobre os estudos formais de Celso Furtado, com informações desencontradas entre seus comentadores, como observa Mallorquin (2005).

<sup>79</sup> Mallorquin (2005, p.335) demonstra, ao contrário do que é geralmente aceito, que o processo de construção do pensamento estruturalista não foi imediato. Para ele, “o discurso estruturalista de Furtado adquire sua forma metodológica específica entre 1958 e 1962”.

No esforço de formular sua própria teoria, Furtado lançou-se no estudo da história, publicando “A Economia Brasileira”, gênese do que se tornou o aclamado “Formação Econômica do Brasil”, livros surgidos no calor de um debate entre as ideias da CEPAL, representadas por Prebisch e Furtado, e os defensores da economia ortodoxa na Fundação Getúlio Vargas, liderados por Eugênio Gudin<sup>80</sup> (MALLORQUIN, 2005). O eixo central desses estudos é “o problema de crescimento dos países subdesenvolvidos” (MALLORQUIN, 2005, p. 50), a partir dos quais Furtado conclui que “o subdesenvolvimento é o produto de uma situação histórica” determinada pelo fato de que “as premissas históricas que viabilizam o desenvolvimento não estão presentes nas economias subdesenvolvidas” (SAMPAIO JR, 2003, p. 6).

Apresento agora o raciocínio que o levou a tais conclusões.

Segundo Furtado (1981<sup>81</sup>), nas economias centrais, na fase primitiva do processo de acumulação capitalista, as transformações tinham lugar “simultaneamente nas estruturas econômicas e na organização social” (FURTADO, 1981, p.89). Isso significa que, na medida em que a indústria avançava, os ganhos de produtividade eram transferidos para a sociedade na forma de salários, criando uma tendência de homogeneização social<sup>82</sup> que manteve o mercado interno diretamente relacionado com o sistema produtivo. Essa dinâmica é explicada por meio da lei dos rendimentos decrescentes, segundo a qual, no centro, “à medida em que a economia cresce, os capitalistas empregam mais trabalhadores, o que reduz o exército industrial de reserva, tende a elevar os salários e promover uma redução da taxa de lucros” (LEITE e VIANNA, 2009, p. 14). Todavia, em um movimento contrário, o capitalista insere inovações no processo produtivo para reduzir o uso de mão de obra, reconquistando níveis mais altos de lucratividade. Com a continuidade do crescimento econômico, o novo padrão produtivo leva o ciclo a se repetir, o que, em sequência histórica, explica o desenvolvimento a partir da ligação entre as formas de consumo e produção, entre a homogeneização social e a força dos mercados internos. Em outras palavras, a evolução produtiva é acompanhada de uma melhor organização

---

<sup>80</sup> Eugênio Gudin é considerado um dos mais importantes economistas conservadores do Brasil, sendo defensor obstinado do liberalismo. Combateu as ideias da CEPAL por acreditar que para estudar o subdesenvolvimento não era necessário abandonar as teorias clássicas. Seu debate com Prebisch foi travado em periódicos da época (para um panorama de sua obra ver BIELSCHOWSKY, 2001).

<sup>81</sup> Está sendo utilizado como base o livro Pequena Introdução ao Desenvolvimento, escrito em 1981, como uma síntese da teoria do subdesenvolvimento formulada nas duas décadas anteriores. Portanto, apesar do livro ser dos anos 1980, sua explicação para a formação do subdesenvolvimento é a mesma de 1960.

<sup>82</sup> Entendida como um nível de vida no qual todos têm acesso às condições mínimas, com salários em crescimento e renda bem distribuída (FURTADO, 1981).

social, em um processo que se retroalimenta (LEITE e VIANNA, 2009). Por isso, para Furtado (1981), nos países desenvolvidos a produção é a mola mestra do desenvolvimento.

Porém, na periferia a situação é diferente. Os países latino-americanos exportavam bens primários e importavam bens manufaturados, dinâmica considerada normal, segundo a doutrina clássica da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo<sup>83</sup>. Todavia, a CEPAL, na figura de Prebisch, entendeu que essa relação configurava uma deterioração dos termos de intercâmbio. Ao exportar produtos de baixo valor agregado e importar produtos de alto valor agregado, os países periféricos estavam, na realidade, transferindo excedentes para o exterior. Essa constatação levou a CEPAL a defender o modelo de industrialização por substituição de importações como forma de eliminar as trocas desiguais, promovendo um desenvolvimento autônomo voltado para dentro (FURTADO, 2008). Esse é o núcleo duro da proposta desenvolvimentista brasileira defendida durante os anos 1950 e começo dos 1960.

Segundo Fonseca (2003, p.13), o processo histórico de substituição de importações iniciou nos anos 1930, sendo “um fenômeno histórico bem determinado, [...] sujeito a avanços, recuos e crises, circundado por motivações políticas e decisões humanas, governamentais ou de mercado”. Já a substituição de importações como modelo de desenvolvimento foi defendida principalmente pelos economistas da CEPAL, crenças na força propulsora da industrialização acelerada, capaz de vencer os obstáculos do desenvolvimento. Para isso, “fazia-se necessário um Estado atuante, capaz de planejar, antever e investir para evitar os pontos de estrangulamento que apareceriam à medida que o processo fosse avançando” (FONSECA, 2003, p. 27).

O esgotamento do modelo de substituição de importações nos anos 1970, obrigou Furtado a reavaliar a história em busca dos fatos que levaram à derrocada de sua proposta. Essa autoanálise levou o autor a reforçar sua teoria do subdesenvolvimento com a compreensão de que existiam bloqueios estruturais sociais, econômicos, políticos e culturais para o desenvolvimento do país. Ou seja, Furtado (1974), em sua fase madura, entendeu que sem reformas estruturais profundas, capazes de enfrentar problemas históricos como a desigualdade social, não seria possível impulsionar o desenvolvimento.

Para chegar a essa conclusão, sua análise partiu da oposição centro periferia, preconizando que, diferentemente da expansão capitalista no centro, construída sobre a

---

<sup>83</sup> David Ricardo, economista clássico Inglês, formulou em 1817 a teoria das vantagens comparativas, teoria básica para o comércio internacional. Segundo Ricardo, se os países se especializassem na exportação de um determinado conjunto de itens no qual são mais eficientes na produção que os demais, importando aqueles nos quais são menos eficientes, haveria uma tendência de redução de custos para todos envolvidos (RICARDO, 1996).

expansão da produção, a particularidade do desenvolvimento capitalista na periferia se explica a partir de seus padrões de consumo (FURTADO, 1981). Durante a fase exportadora, no princípio da divisão internacional do trabalho, os países periféricos obtiveram certo nível de excedentes sem alterações significativas em sua estrutura produtiva, apenas gravitando em torno do centro e de suas demandas por produtos primários. O excedente gerado por essa relação comercial se concentrou nas mãos de uma minoria que se beneficiou com as exportações. Essa elite, dependente culturalmente<sup>84</sup>, foi seduzida pelas benesses do capitalismo industrial do centro, tornando-se desejosa de consumir produtos modernos. Como na periferia ainda não havia um núcleo industrial capaz de fabricar esse tipo de produto, recorreu-se a importação, formando uma demanda por produtos modernos sem uma estrutura produtiva correspondente (FURTADO, 1983).

Essa dinâmica implicou, mais tarde, durante o auge do modelo de substituição de importações, no surgimento de uma indústria voltada para atender a uma demanda pré-existente importada de outra realidade social. Por isso, para Furtado (1974), a dependência cultural é um componente chave na compreensão do subdesenvolvimento, visto que a importação de uma maneira de consumir não condizente com as estruturas social e produtiva existentes na periferia aprofundaram o descolamento entre uma e outra.

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos meios produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações ou por meio do aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (FURTADO, 1974, p. 81)

Em decorrência da modernização, “a estrutura econômica subdesenvolvida pode ser descrita como um desequilíbrio no nível dos fatores de produção, isto é, um desajustamento permanente entre oferta e procura” (FURTADO, 1983, p. 149). O consumo, portanto, tem papel fundamental na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, explicando, em grande parte, o arrocho das formações sociais latino-americanas.

O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação desta disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva. [em síntese] A característica básica da economia periférica consiste, portanto, numa dissimetria entre o sistema produtivo e a sociedade. (FURTADO, 1981, p.89)

---

<sup>84</sup> “São dependentes as sociedades que introjetam valores criados fora delas mesmas, que se transformam, de preferência, sob pressão de fatores exógenos, que reproduzem mimeticamente padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais e, muitas vezes, sem correspondência com sua base material” (FURTADO, 1974, p. 63).

Ademais, em seu balanço, Furtado (1981) conclui que a evolução do modelo de substituição de importações, supostamente voltado para a construção de uma economia nacional forte e autônoma, terminou facilitando a entrada no Brasil de indústrias multinacionais, atraídas pelas altas taxas de retorno e pela baixa concorrência (FURTADO, 1981). O alinhamento entre a tecnologia necessária para fabricar o tipo de produto demandado (os mesmos fabricados e vendidos no centro) com o tamanho reduzido do mercado interno tornava o custo relativo de operação muito alto, criando um cenário ideal para a proliferação do capital internacional, um golpe nas crenças de Furtado, envolvido no projeto de construir um país soberano. O trecho a seguir, extraído do livro “Mito do Desenvolvimento Econômico”, expressa seu desencanto:

O desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferias nunca serão desenvolvidas, no sentido similar às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p. 75)

Apesar dessa constatação, Celso Furtado nunca desistiu de lutar pelo desenvolvimento possível. É fato que o projeto desenvolvimentista havia se transformado e se tornado mais difícil, porém ele nunca deixou de habitar o horizonte intelectual de Furtado. O centro de suas reflexões sempre foi e continuou sendo a maneira de desatar os nós para expandir as forças produtivas e solucionar problemas fundamentais da população brasileira. Entretanto, o caminho que Furtado vislumbrava como possível não era mais o salto de industrialização, mas o incentivo ao consumo das massas. Se, em sua teoria, foi por meio do consumo que o subdesenvolvimento se formou, seria também a partir do consumo que ele poderia ceder. Isso explica porque as propostas de Celso Furtado para a superação do subdesenvolvimento, a partir do final dos anos 1960, são calcadas na expansão do mercado interno e baseadas em reformas estruturais para melhorar a distribuição de renda (busca por homogeneização social). Ele acreditava que uma modificação no perfil da demanda, pelo incremento de renda, seria capaz de dinamizar um núcleo industrial ligado ao mercado interno que seria um vetor preferencial na busca pela superação dos problemas estruturais da economia brasileira, ou, a forma mais fácil de desenvolvimento (FURTADO, 1968). Segundo ele, isso levaria a uma estrutura produtiva mais ligada à realidade nacional, atenuando os efeitos da modernização e da dependência cultural, expandindo o consumo para todas as classes sociais e aumentando o mercado interno:

O problema fundamental consiste em identificar os fatores capazes de influenciar o perfil da demanda. Trata-se de promover a expansão da renda disponível para

consumo tendo em conta a necessidade de ampliar o mercado formado pelos detentores de rendas médias e altas, a expansão global do emprego e o equilíbrio externo. (FURTADO, 2008, p.115)

A ação [do Estado] visando a condicionar o perfil da demanda dos consumidores parece ser a única forma de conciliar a preservação de um sistema de incitações apoiado na descentralização das decisões, com uma orientação das transformações do sistema econômico capaz de assegurar o desenvolvimento. (FURTADO, 1968, p. 53)

Assim, se o Estado fosse capaz de criar programas para aumentar a massa salarial e diversificar a demanda, poderia atuar no sentido de compatibilizar produção e consumo e dar um ritmo consistente ao desenvolvimento. Uma alteração inicial no comportamento de consumo seria capaz de gerar um efeito positivo em cadeia que pressionaria no sentido de alterar a estrutura da economia e a organização social para um patamar mais desenvolvido e equitativo. Portanto, para Furtado (2002, p. 2), não se trata de aumentar o consumo a qualquer custo, mas de compreender que “o crescimento econômico deve ser visto como um meio de aumentar o bem-estar da população e de reduzir o grau de miséria que pune parte dela”.

### 3.1.2 Desenvolvimentismo e políticas de incentivo ao consumo no pensamento de Celso Furtado

A análise do pensamento de Celso Furtado em comparação com o modelo de desenvolvimento atual, sistematizado por Dweck, Chaves e Chernavsky (2013), permite inferir aproximações e afastamentos entre ambos.

Algumas expressões se repetem, como a expansão do mercado interno como via para o desenvolvimento, a distribuição de renda, a busca pela alteração no perfil da demanda, e o papel ativo do Estado como planejador. Para alguns autores, como Bresser-Pereira e Furquim (2012), estaria ocorrendo uma retomada das teses desenvolvimentistas, com o resgate de uma soberania nacional perdida nos anos de neoliberalismo. Não obstante, uma análise mais atenta da obra de Furtado em relação ao que vem sendo praticado no Brasil demonstra as insuficiências e contradições internas por trás dessa associação. A transposição para a atualidade de ideias produzidas em outro contexto histórico não pode ser realizada de maneira direta, sem as devidas mediações. Para Furtado (1968), o fortalecimento do mercado interno seria um ponto de partida para causar alterações produtivas e estruturais com a incorporação de tecnologias que gerariam emprego, aumentariam os salários e o consumo, e trariam desenvolvimento e autonomia para o país. Entretanto, da maneira como vem sendo tratado, o mercado interno é sinônimo de mais consumo, uma política que não atua na causa dos problemas estruturais da economia nacional, como preconizado por Celso Furtado, e não altera, por exemplo, a distribuição desigual de renda. O aumento do consumo, na atualidade, é menos resultado de reformas estruturais do que

reflexo imediato de uma política que combina concessão agressiva de crédito, desonerações fiscais e ações para incrementar minimamente a renda. Em outras palavras, o modelo está direcionado para manter o ritmo de consumo e do crescimento econômico, independente da realização de transformações sociais, o grande objetivo de Furtado.

A própria formulação do conceito nova classe média possivelmente seria alvo de críticas de Celso Furtado, que, em 1984, de maneira precoce, afirmou que "a nova classe média em rápida expansão é vista como simples fator de ampliação do mercado, sem vinculação maior com a esfera política" e, por isso, "a sociedade civil foi reduzida ao papel passivo de massa consumidora" (FURTADO, 1984, p. 11). Tais pensamentos são encontrados no prefácio de "Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise", um dos últimos livros originais de sua carreira, pouco comentado e citado. É interessante que Furtado, há mais de duas décadas, já percebia o movimento tendencial da história que indicava o surgimento de uma camada social emergente para o consumo, mas não para os direitos sociais e a consciência política.

Portanto, é necessário apontar o anacronismo de creditar a Celso Furtado, ou mesmo ao pensamento tradicional da Cepal, a política de incentivo ao consumo como solução para os problemas nacionais, sem considerar sua ligação com a esfera produtiva, o mercado de trabalho e a estrutura da distribuição de renda. Para ele, somente uma alteração estrutural capaz de socializar os ganhos do crescimento econômico, poderia proporcionar desenvolvimento, "entendido como satisfação crescente das necessidades básicas da população e redução das disparidades sociais" (FURTADO, 1984, p.11).

Em 2002, ao receber o título de Doutor Honoris Causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Furtado (2002, p. 2) deixou claro seu descontentamento com o que ocorria em seu país:

Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes superior à renda da época em que comecei a refletir sobre o nosso subdesenvolvimento. Nem por isso diminuíram as desigualdades sociais; nem por isso fomos bem sucedidos no combate à pobreza e à miséria. Cabe, pois, a pergunta: o Brasil se desenvolveu? A resposta, infelizmente, é não. O Brasil cresceu. Modernizou-se. Mas o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando beneficia o conjunto da sociedade, o que não se viu no país.

Trazendo o debate para os termos desta Tese, a política atual se foca no aumento do consumo do não-consumidor, sem, no entanto, retirá-lo dessa condição. Se algo permanece similar ao tempo das formulações de Furtado, é a persistência da dependência e da superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo brasileiro, impossibilitando a busca do desenvolvimento autenticamente nacional. Sua referência na atualidade por meio do termo novo, neo ou social desenvolvimentismo é mais uma manobra da ciência da ocultação.

Diferente do contexto original das formulações, quando havia esperanças e apostas na possibilidade do Brasil vir a ser um país soberano, hoje os desígnios dos formuladores de política são uma tentativa de exaltar o crescimento e a modernização dos padrões de consumo “como fins de transformar o vício em virtude” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680). Por fim, percebe-se que a associação entre o pensamento de Furtado e o que vem ocorrendo no Brasil não se sustenta pela ausência de coerência, sendo melhor entendida como um argumento para garantir adesão a um modelo de desenvolvimento do que pelo peso que seu nome confere.

A citação Sampaio Jr. (2013, p. 685) é longa, porém necessária concluir essa discussão.

A distância entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo é proporcional ao fosso que separa duas épocas históricas radicalmente distintas. A economia política da Cepal representava a crítica da ordem e a aposta na possibilidade de mudanças estruturais que criassem as condições objetivas e subjetivas para que se pudesse conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional. Ao transformar o Brasil em modelo, o neodesenvolvimentismo não passa de uma tosca apologia da ordem. A perspectiva do velho desenvolvimentismo é um esforço de mostrar a necessidade inescapável de “reformas estruturais” que desatem a dupla articulação responsável pelo caráter particularmente selvagem do capitalismo na periferia do sistema capitalista mundial. O neodesenvolvimentismo naturaliza a dupla articulação responsável pelo capitalismo dependente. Suas formulações ficam limitadas a elucubrações sobre a possibilidade de arquiteturas alternativas de política econômica para administrar as estruturas. A perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do status quo. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas.

Dito isso, é importante deixar claro que não pretendo realizar uma espécie de redenção do pensamento desenvolvimentista gestado na CEPAL com a importante participação de Celso Furtado. As críticas de Ruy Mauro Marini dirigidas ao pensamento da CEPAL, especialmente notáveis por terem sido formuladas no momento em que os fatos se desenrolavam nos anos 1960, invalidam a defesa do desenvolvimentismo como única interpretação possível naquele período histórico. Portanto, ainda que feitas as devidas ressalvas sobre as apropriações indevidas do pensamento de Celso Furtado e reconhecido seu inestimável valor para o pensamento social brasileiro, isso não o exime de ter fornecido armamento ideológico para o banco de ideias filiado à ciência da ocultação. Em parte, isso se explica por sua crença no poder transformador da burguesia progressista nacional. Conforme ele afirmou em discurso de 2002, já nos anos 1950 ele estava convencido “de que a classe industrial nascente podia assumir um papel histórico, trabalhando os instrumentos capazes de lhe facilitar a tarefa” (FURTADO, 2002, p. 3). Possivelmente, esse compromisso de classe o tenha impedido de analisar os elementos que se colocavam como impasses estruturais e históricos insuperáveis na busca por

uma autonomia nacional, tais como o padrão de acumulação por superexploração do trabalho, fundamento da dependência, explicado na Seção seguinte.

### **3.2 A Teoria Marxista da Dependência segundo Ruy Mauro Marini**

A categoria de superexploração do trabalho ajuda a compreender como e porque o aumento do consumo dos não-consumidores aprofunda e renova as contradições do capitalismo dependente no Brasil.

De acordo com Bamberger (1977), a TMD não se constitui em um conjunto de conhecimento unificado, mas em uma abordagem multifacetada que tem como ponto comum a crítica, o posicionamento político de esquerda e a categoria dependência. Dos Santos (2012, p. 401) entende a dependência como “uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a própria está submetida”. A base dessa dinâmica é a divisão internacional do trabalho, que possibilita aos países dominantes se expandir a partir do controle sobre uma série de recursos, como a tecnologia, enquanto os dominados só podem fazer isso de maneira limitada, restritos e integrados à dinâmica de acumulação dos dominantes.

Dos Santos (2000, p. 27) sintetiza em quatro pontos comuns os diferentes autores da TMD:

- (1) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- (2) desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- (3) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- (4) a dependência não é só um fenômeno externo se manifestando sob diferentes aspectos na estrutura interna (social, política e ideológica).

A escolha em trabalhar com a teoria da dependência de base marxista é explicada pelo menos por dois motivos: os traços do fenômeno em estudo, com as evidências reforçando e elaborando categorias teóricas da TMD; e, não menos importante, meu posicionamento no campo como pesquisador crítico. Entre os autores da TMD, a definição em focar no pensamento de Ruy Mauro Marini é compreensível, visto que ele é considerado o principal e mais original formulador da TMD, especialmente reconhecido por sua interpretação da formação histórica, social e econômica da América Latina. Sua competência e rigor o levaram a se tornar uma referência para uma economia política formulada a partir dos países dependentes.

Antes de prosseguir, cabe ressaltar que parte das ideias da TMD apresentadas nas próximas duas Seções foram desenvolvidas em outro período histórico, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Como expliquei anteriormente ao apresentar o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, não se trata de adotar de maneira direta e acrítica teorias produzidas em outros contextos históricos, mas de respeitar a necessidade de mediações para o presente. Ainda assim, grande parte das categorias centrais da TMD mantém sua capacidade explicativa da realidade, especialmente considerando que os elementos fundamentais que originaram suas análises permanecem os mesmos. Isso fica claro na última Seção do Capítulo, na qual a conjuntura brasileira atual é analisada por meio de aproximações com as categorias centrais da TMD, possibilitando uma interpretação da política de aumento do consumo como uma face renovada da dependência.

### 3.2.1 Ruy Mauro Marini

Ruy Mauro Marini, militante e intelectual, é um dos expoentes da TMD, reputado por muitos como seu mais importante formulador. Antes de apresentar suas principais ideias, vou narrar brevemente o contexto de sua vida, tarefa facilitada por um texto autobiográfico elaborado para cumprir uma exigência quando de seu ingresso na Universidade de Brasília (MARINI, 1992).

O primeiro momento de sua carreira intelectual, conforme recordado por Marini (1992), foi o estudo na recém fundada Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), na qual teve no sociólogo Alberto Guerreiro Ramos o grande influenciador de sua aproximação com as ciências sociais. Após a conclusão do curso passou dois anos na França, 1958 e 1959, período reconhecido como “o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil”. Naquela época, já com alguma formação marxista, Marini (1992, p. 4) observou que as teorias do desenvolvimento, “em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização”. Essa percepção marcaria, desse ponto em diante, seu afastamento do pensamento Cepalino, levando-o a se aproximar do Partido Socialista. De fato, Marini, muito mais do que um acadêmico, foi um militante, sendo parte da constituição

da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP<sup>85</sup>), primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina.

Em 1962, após alguns anos trabalhando como jornalista e concursado em um órgão público, Marini ingressou como assistente de ensino na recém formada Universidade de Brasília (UNB), juntando-se a nomes como Darcy Ribeiro, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank. Marini (1992) se reporta a esse período, compreendido entre a fundação da UNB e o golpe civil militar, como uma das mais ricas experiências de sua vida acadêmica.

Com o golpe civil militar, Marini foi demitido junto com outros 12 professores, sendo mais tarde preso e forçado a seu primeiro exílio no México. Lá ministrou aulas, até 1969, no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, dividindo parte do seu tempo com a tradicional Universidade Autônoma do México (UNAM). Durante esse período, publicou uma série de artigos analisando o caso brasileiro, sendo o mais importante “Subdesarrollo y revolución en América Latina”, texto que foi republicado em diversos idiomas, constituindo, mais tarde, o livro “Subdesenvolvimento e Revolução” (MARINI, 2012), no qual realiza uma análise da situação brasileira ao final dos anos 1960. Segundo Marini (1992, p. 11), esse ensaio é reflexo das investigações que o autor vinha realizando, dedicado “a demonstrar que o subdesenvolvimento é simplesmente a forma particular que assumiu a região [América Latina] ao se integrar ao capitalismo mundial”. Foi nessa época que o autor desenvolveu a categoria subimperialismo, central a suas formulações, conforme explicado na próxima Seção.

Em novembro de 1969, Marini desembarcou no Chile, depois do ambiente tornar-se conturbado para ele no México, reencontrando velhos conhecidos e futuros parceiros intelectuais, como Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. Em Concepción, onde assumiu uma vaga de professor oferecida quando ainda estava no México, se deparou com um clima efervescente de militância. Segundo ele, “num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias” (MARINI, 1992, p. 15).

Ao final de 1970, com a ascensão de Salvador Allende à presidência do Chile, Marini mudou-se para Santiago, assumindo um cargo de docente no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile: “O CESO foi,

---

<sup>85</sup> A POLOP, desde 1961 até 1967, “procurou aglutinar os insatisfeitos com a orientação reformista do Partido Comunista Brasileiro” [...] procurando “apresentar novas propostas aos trabalhadores para que, na medida em que fossem orientados por estas teses, trilhassem um caminho revolucionário” (OLIVEIRA, 2007, p. 53).

em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários” (MARINI, 1992, p. 16).

Em 1972, ainda na Universidade do Chile, publicou “Dialética da Dependência” (MARINI, 1991a): “tal como ficou, ‘Dialética da Dependência’ era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana” (MARINI, 1992, p. 17). Nele surge, pela primeira vez, a categoria superexploração do trabalho, fundamental para a compreensão da dependência, como será discutido no decorrer deste Capítulo.

O ensaio causou algumas reações imediatas, sendo a principal delas uma crítica de Fernando Henrique Cardoso que inaugurou uma polêmica e uma injustiça histórica com Ruy Mauro Marini. Segundo Prado (2011), o riquíssimo debate sobre a dependência, ocorrido na maioria dos países latino-americanos nos anos 1960 e 1970, não chegou ao Brasil, marcado, até pouco mais de uma década, por uma leitura unilateral das contribuições da teoria da dependência na vertente de Cardoso e Falleto<sup>86</sup> (1977). Durante os anos da ditadura civil militar, os autores marxistas que trabalhavam a dependência, muitos deles brasileiros, publicaram diversos textos e livros no exterior que não foram editados no Brasil.

No contexto do não-debate, Fernando Henrique Cardoso, autor de várias obras sobre o tema, tornou-se uma referência. Além de textos originais, Cardoso escreveu alguns ensaios criticando os intelectuais marxistas, um deles endereçado diretamente a Marini: “As Desventuras da Dependência”, escrito em parceria com José Serra (CARDOSO e SERRA, 1978). Utilizando um procedimento duvidoso, Cardoso e Serra transformaram citações e alteraram argumentos de Marini, que nem mesmo teve chance de se defender em seu próprio país. Enquanto em sua primeira publicação na Revista Mexicana de Sociologia o texto foi acompanhado pela resposta de Marini, denominada “*Las Razones del Neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso e J. Serra)*”, em sua versão divulgada no Brasil, na revista do CEBRAP, somente o texto de Cardoso e Serra estava presente (PRADO, 2011). A citação abaixo, retirada da resposta de Marini (2008, p. 166), foi deixada em espanhol propositalmente, para dar a dimensão da indignação do autor com relação à índole de seus críticos, que além de forjar argumentos, fugiram do debate de ideias:

---

<sup>86</sup> Os autores defendem o desenvolvimento dependente, ou desenvolvimento associado, como ficou conhecido por seus comentadores, postulando o desenvolvimento em condições de dependência a partir de um sistema de alianças políticas entre as classes dominantes e o capital internacional.

*En su conjunto, constituye un texto desaliñado y truculento, que deforma casi siempre mis planteamientos para poder criticarlos, manipula los datos que utiliza (o no utiliza) y que brilla por la falta de rigor, la torpeza e incluso el descuido en el manejo de hechos y conceptos. El lector lo entenderá mejor si toma en cuenta que va dirigido fundamentalmente a la joven generación brasileña, que conoce poco o casi nada de lo que he escrito. Esto es lo que lleva a los autores no sólo a “exponer” mi pensamiento, sino también a permitirse adaptarlo libremente a los fines que se han propuesto. Seguramente habrían procedido de otra manera si se dirigieran a un público más familiarizado con las tesis en cuestión.*

Assim é que, durante longos anos, a maioria dos brasileiros somente conheceram a TMD a partir da crítica injusta de Cardoso e Serra (1978), pautando uma espécie de pensamento único muito propício à ciência da ocultação. Anos depois, Marini (1992, p. 32) diria que o texto de Cardoso e Serra (1978) foi, “sem dúvida, a coisa mais grosseira que escreveram sobre mim”. Sem me alongar demais nesse debate, resta dizer que nos últimos dez anos tem sido feita justiça ao pensamento de Marini e dos demais intelectuais da vertente marxista da teoria da dependência, com textos originais republicados e diversos livros, artigos e teses em produção (para um panorama completo ver Prado e Castelo, 2013).

Retomando a história da vida de Marini, em 1973, após o violento golpe militar chileno, ele embarcou para o Panamá. Depois de uma breve estadia nesse país foi para a Europa e passou a integrar a Sociedade Max Planck, um tradicional centro de pesquisas localizado em Munique. Em 1974 retornou para o México e para a UNAM, dividindo seu tempo entre os dois países até 1976, quando renunciou ao posto na Alemanha. Naquele período, dedicou-se também ao jornalismo, com colunas regulares em periódicos mexicanos.

Em 1979, com a anistia política, visitou pela primeira vez o Brasil desde o golpe civil militar, retornando a viver definitivamente no país em 1984, após longos 20 anos de exílio. O que Marini encontrou em seu regresso foi um ambiente acadêmico que cultuava, mais do que antes, as teorias importadas da Europa e dos Estados Unidos, virando-se de costas para a efervescência intelectual latino-americana. Até 1987 o autor ficou ligado à Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), órgão secundário da gestão estadual no qual Theotonio dos Santos ocupava cargo de diretoria.

Em 1987, o novo reitor da UNB, Cristovam Buarque, convidou Marini a se reintegrar aos quadros da Universidade, na qual teve uma participação ativa como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, membro do Conselho Acadêmico do Programa de Doutorado em América Latina e membro do Conselho Editorial da Universidade de Brasília. Marini continuou produtivo até o final de sua vida, em 1997 no Rio de Janeiro. Porém, conforme ele mesmo indica, em meados dos anos 1990 acabou se institucionalizando no sistema técnico-científico brasileiro, se afastando cada vez mais da militância e das

preocupações centrais do momento mais fértil e original de sua produção intelectual, localizado nos anos 1960 e 1970.

Para concluir essa Seção trago a conclusão própria de Marini (1992, p. 40), presente no texto de balanço sobre sua vida e obra:

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo pela primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallenstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine. A pobreza teórica da América Latina, nos anos 80, é, numa ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo sistema mundial que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros.

### 3.2.2 Vigência e renovação da dependência

Nos últimos anos, a obra de Ruy Mauro Marini tem sido retomada e debatida em círculos acadêmicos de todo o Brasil. Em 2013 completaram-se 40 anos da publicação original de “Dialética da Dependência”, o que motivou edições especiais sobre a obra de Marini, como a reedição do livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, um número especial da revista *Pensata* e um livro eletrônico sobre o autor organizado a partir de uma cátedra do IPEA. Fora isso, multiplicam-se artigos e teses debatendo e tentando atualizar a TMD e o pensamento de Marini, como demonstram Prado e Castelo (2013). Esse resgate busca a constituição de um pensamento crítico sólido, capaz de interpretar nosso período histórico marcado por uma crise generalizada do modo de vida na sociedade capitalista<sup>87</sup> e acirrado por todo o tipo de contradições.

A obra de Marini é vasta, totalizando 10 livros, 21 capítulos de livros e 32 artigos em periódicos científicos. Em termos temáticos, Martins (2013, p. 16) propõe uma classificação do conjunto de sua obra em quatro grandes blocos:

Em primeiro lugar, a economia política da dependência, que, a partir dos anos 1990, se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória tem presença destacada na obra do autor. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa na década de 1990, tendo-se em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI.

---

<sup>87</sup> Machado Araóz (2013) adverte que vivemos um processo civilizatório baseado na exploração de bens minerais que articula uma crise energética, uma crise ambiental, uma crise econômica, uma crise alimentar e uma crise humana em nome de um processo civilizatório chamado desenvolvimento.

Entre essas temáticas, a economia política da dependência é a que se aproxima do objeto desta Tese, delimitando o conteúdo de Marini a um conjunto de obras escritas entre 1969 e 1979, conforme indica Martins (2013), sendo elas: “*Dialéctica de la Dependencia*” (MARINI, 1991a), publicado originalmente em 1973; “*Las Razones del Neodesarrollismo: respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra*” (MARINI, 2008), de 1978; “*Plusvalía Extraordinária y Acumulación de Capital*” (MARINI, 1979a), de 1979; “*El Ciclo de Capital em la Economía Dependente*” (MARINI, 1979b), de 1979; e “Subdesenvolvimento e Revolução” (MARINI, 2012), de 1969. Acrescento a essa lista “*En Torno de la Dialéctica de la Dependencia*” (MARINI, 1991b), de 1973, um texto escrito para esclarecer alguns equívocos interpretativos quando da recepção de “Dialética da Dependência”.

Para apresentar o pensamento de Marini sobre a economia política dependente, me inspirei na estrutura narrativa de “Dialética da Dependência”, uma análise do processo de formação da dependência em diferentes momentos históricos, contendo todas suas categorias centrais<sup>88</sup>. Conforme relata o próprio Marini (1992), esse ensaio foi originalmente escrito com base na análise de uma série de dados e fatos históricos ligados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na América-Latina, suprimidos da versão final em prol de um texto sem referência direta a conjuntura deste ou daquele país. Trata-se, portanto, de uma análise do real abstraída, o que explica sua capacidade persistente de interpretação da realidade. Não obstante, como foi publicado pela primeira vez em 1973, sendo a base de um esforço de pesquisa que se consolidou somente no final da década de 1970, os demais textos citados no parágrafo anterior foram utilizados para aprofundar as categorias teóricas apresentadas, especialmente aquelas que ainda estavam incipientes na obra fundamental. Em alguns momentos também foi necessário recorrer a Marx (2011a) e a formulação original das categorias, assim como a alguns comentadores atuais, como Osório (2013) e Martins (2013).

Em “Dialética da Dependência”, Marini (1991a) utiliza um método de exposição que parte da circulação<sup>89</sup>, demonstrando as perdas impostas às nações latino-americanas na esfera das trocas; adentra na produção, explicando como se compensam essas perdas; e volta para a circulação, elucidando suas especificidades a partir das particularidades da produção. Por esse caminho, Marini (1991a) demonstra que a integração da América Latina no mercado mundial, processo estruturado em torno de uma divisão internacional do trabalho que articula os países

---

<sup>88</sup> Nesse ensaio, Marini lançou as bases do que veio a se tornar o programa de pesquisa da TMD (OURIQUES, 2012).

<sup>89</sup> Respondendo às críticas de autores marxistas que afirmavam que seu pensamento era circulacionista, pois partia da circulação, Marini (1991b) advertiu que o método respeita o processo histórico, além de ser rigorosamente o caminho seguido por Marx (2011a) em O Capital.

dependentes com as nações de economia com um nível de acumulação superior, configura a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1991a, p. 3).

A compreensão da dependência conforme proposta por Marini (1991a), se fundamenta no entendimento da essência do capitalismo postulada por Marx (2011a). Isso leva Marini (1991a) a explicar a relação de dependência a partir do fio condutor da lei do valor, iniciando sua formulação com o entendimento de que a integração da América Latina nos circuitos internacionais do capitalismo marca a configuração de uma relação de troca na qual os países de economia avançada expropriam valores produzidos nos países dependentes. Por isso, para compreender a TMD é crucial voltar à lei do valor de Marx (2011a). Apesar do tema já ter sido abordado no Capítulo 2 para explicar a formação das classes sociais, o contexto de sua aplicação criativa na formulação da TMD requer aprofundamentos.

Marx (2011a, p. 58) abre o primeiro capítulo de “O Capital” analisando a mercadoria, forma dominante das trocas e elemento mais evidente do modo de produção capitalista. Ele explica que toda e qualquer mercadoria tem valor-de-uso, as qualidades úteis de um bem que se realizam no seu consumo e satisfazem necessidades, sejam elas físicas ou espirituais. O valor-de-uso é uma forma de valor que transcende um modo de produção específico, existindo de forma bruta e não transformada na natureza, encontrado, por exemplo, no ar e na água de um rio. No capitalismo, “o valor-de-uso é um veículo material do valor-de-troca”, a expressão quantitativa da magnitude pela qual um tipo de valor-de-uso pode ser trocado por outro no mercado. Para ter valor-de-troca, um item deve ter valor-de-uso para outros além de seu possuidor ou produtor, convertendo-se assim em uma mercadoria. Portanto, toda mercadoria tem um duplo caráter e incorpora, simultaneamente, valor-de-uso e valor-de-troca.

Avançando na explicação, Marx (2011a) demonstra a origem do valor. Para que duas mercadorias sejam trocadas é preciso existir um equivalente, algo que as iguale socialmente, já que o valor-de-uso é único e expressa uma relação qualitativa direta do objeto com a pessoa. Por exemplo, um calçado é muito útil para proteger os pés, assim como o milho é útil para saciar a fome. Quando o produtor de calçados, saturado de valor-de-uso de sapatos e com fome, encontra o produtor de milho, sem fome porém descalço, ambos podem entrar em uma relação de troca, transformando seus valores-de-uso em valores-de-troca. Nesse instante é preciso determinar qual a relação de troca entre calçados e milhos, chegando-se a conclusão, por exemplo, que um par de sapatos equivale a dez quilos de milho. Se um milho vale dez unidades

de dinheiro, isso significa que o sapato vale cem. O dinheiro, portanto, não pode explicar essa equivalência, sendo apenas uma ferramenta para expressá-la. O trabalho é o elemento que Marx (2011a) introduz como equivalente entre duas mercadorias, ainda que a simples admissão desse fato seja insuficiente para resolver o problema. Como relacionar, por exemplo, o trabalho de um agricultor que planta milho com o trabalho do fabricante de sapatos? Enquanto trabalho útil e concreto, trabalho que produz valor-de-uso, os dois são únicos e incomparáveis. Porém, enquanto produtores de valor-de-troca, ambos se reduzem a uma unidade comum, o trabalho humano abstrato. É o dispêndio de força de trabalho humana sem consideração pela forma específica como foi empregada, que incorpora valor nas mercadorias, sendo o tempo de trabalho médio sua categoria síntese: “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valor-de-uso” (MARX, 2011a, p. 61).

Por motivos práticos, o trabalho socialmente necessário precisa ser expresso na forma de um equivalente universal que facilite as trocas, papel cumprido pelo sal e pelo ouro em momentos passados da civilização e hoje desempenhado pela forma dinheiro. O dinheiro é, portanto, uma expressão do valor incorporado nas mercadorias pelo trabalho, sendo o preço uma representação do valor. Neste trecho, Marx (2011a, p. 129) sintetiza a lei do valor:

A magnitude do valor da mercadoria expressa uma relação necessária entre ela e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, relação que é imanente ao processo de produção de mercadorias. Com a transformação da magnitude do valor em preço, manifesta-se essa mercadoria dinheiro, de existência extrínseca à mercadoria com que se permuta. Nessa relação, pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos, de acordo com as circunstâncias. A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude de valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é, assim, inerente à própria forma preço. Isto não constitui um defeito dela, mas torna-a a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor através da média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente.

Marx (2011a) expõe, nessa passagem, alguns elementos primordiais para a compreensão das formulações da TMD e para afastar alguns mal entendidos. Ele afirma que o valor é um equivalente do preço que é uma expressão do valor, porém em momento algum diz que os dois devem necessariamente se igualar, pois, como discute Harvey (2013), ele não ignorava nem o efeito das leis de mercado na economia, com suas flutuações de preço a partir de oferta e demanda, nem a possibilidade de que em alguns momentos, como nas crises e nas épocas com excesso de oferta de força de trabalho, a relação entre valor e preço poderia se alterar. Ainda assim, e isso fica claro, atrás da aparente oscilação de preços há uma lei essencial que determina que na média e ao longo do tempo os preços sejam a expressão equivalente do valor das

mercadorias. Aqui é importante lembrar o alerta feito no Capítulo anterior quando apresentei a teoria das classes sociais. Marx, em “O Capital”, trabalha em um nível profundo de abstração, buscando compreender os fundamentos do capitalismo. Esse recurso metodológico permite a ele perceber que há algo além da imediata variação de preços percebida no mercado, um elemento essencial que adquire o caráter de uma lei geral do modo de produção capitalista, a lei do valor. Sobre isso, Osório (2013, p. 57) acrescenta que, em Marx, “as abstrações são mais reais que o sentido comum, porque nos proporcionam as ferramentas conceituais para conhecer as relações sociais e suas formas”, afastando as aparências que encobrem a essência, como o preço e o salário. Por isso, Marx (2011d) afirma que o elemento essencial do capitalismo não é a produção de mercadorias, mas a produção de mais-valia.

Na TMD, a compreensão da lei do valor ajuda a elucidar a importância da configuração de um mecanismo de transferência de valor em direção ao centro já nos primórdios da integração mundial latino-americana. Esse mecanismo, iniciado com a exportação de produtos primários agrícolas pelas então recentes ex-colônias para a Europa e com a importação de bens manufaturados da Europa para as ex-colônias, se consolidou a partir da Revolução Industrial nas primeiras décadas do século XIX. Para a América Latina, esse momento correspondeu à independência política de seus países, o que significou deixar de ser colônia para gravitar em torno da influência inglesa, centro de poder da configuração do capitalismo de então. Essa dinâmica comercial garantiu uma abundante oferta de alimentos latino-americanos na Europa, garantindo a reprodução de sua força de trabalho e “permitindo aos países avançados concentrarem-se na produção de matérias-primas industriais” (MARINI, 2008, p. 173). De outra forma, não teria sido possível para esses países empregar extensivas massas de trabalhadores na indústria, o que frearia sua especialização produtiva manufatureira.

Porém, muito além de atender a requerimentos físicos e materiais que possibilitaram a acumulação de valor no centro, a dinâmica proporcionada pela inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho permitiu o deslocamento do eixo de acumulação dos países industrializados da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. A abundante oferta de alimentos proporcionada pela produção latino-americana fez com que seus preços caíssem, reduzindo o valor da força de trabalho. Tal situação se agudizou com o passar dos anos mediante à expansão industrial europeia que abriu espaço para a América Latina tornar-se também fonte de matérias-primas industriais, elemento importante para o barateamento dos bens manufaturados consumidos no centro, reforçando a tendência de queda do valor da força de trabalho (MARINI, 1991a). Esse elemento é indispensável para compreender a relação de dependência e requer maior detalhamento.

Marx (2011a) demonstra que a mais-valia corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador em sua jornada de trabalho e o valor restituído a ele na forma salário. A partir da compreensão da lei do valor é sabido que o preço do trabalho, o salário, corresponde ao valor da força de trabalho, sendo “determinado, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, e, por conseguinte, a sua reprodução” (MARX, 2011a, p. 200). Para se reproduzir, uma pessoa necessita meios de subsistência (MARX, 2011a) e elementos mínimos para atender suas necessidades sociais (MARINI, 2008). Como no capitalismo praticamente todas as necessidades são supridas por meio de mercadorias, o valor da força de trabalho equivale a uma quantidade de bens necessários para a reprodução da vida em condições normais, ou seja, com um nível de consumo que permita ao trabalhador retornar para o trabalho todos os dias com o mesmo nível de vitalidade. Em torno desse valor é ajustado o preço do trabalho, medida fundamental para a determinação da mais-valia, estimada pela diferença entre a quantidade total de valor produzido pelo trabalhador em sua jornada de trabalho e a parte que corresponde ao necessário para sua reprodução (MARX, 2011a). Por isso, o capitalismo é essencialmente um regime de exploração no qual a classe trabalhadora produz uma quantidade de valor que é majoritariamente apropriada pela classe capitalista na forma de mais-valia. A magnitude da exploração da força de trabalho equivale ao tamanho da diferença entre o tempo total de trabalho e o tempo no qual o trabalhador produz para reproduzir-se.

Existem duas maneiras pelas quais a mais-valia pode ser ampliada: absoluta ou relativa.

A mais-valia absoluta corresponde à forma clássica e extensiva de expansão da exploração do trabalho, sendo composta pelo aumento da jornada de trabalho sem um aumento proporcional do salário, ampliando o tempo destinado à produção de mais-valia; ou pelo aumento da intensidade do trabalho sem a incorporação de tecnologia, o que não altera o valor unitário de cada mercadoria, já que o tempo de trabalho por item permanece o mesmo, mas aumenta a massa total de valor produzido na mesma jornada de trabalho. Marini (2008) relembra que, segundo Marx (2011a), qualquer elevação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho aumenta o desgaste do trabalhador, ampliando sua necessidade de consumo e, conseqüentemente, o valor de sua força de trabalho. Imagine um padeiro que trabalha 6 horas por dia. Digamos que 2 horas correspondem ao valor de sua força de trabalho, em torno do qual é fixado o salário, e as outras 4 horas se destinem à produção de mais-valia. Se sua jornada de trabalho subir para 7 horas sem que se altere seu salário, ele produzirá uma hora adicional de mais-valia às custas de um maior esforço físico. Essa forma de expansão de mais-valia é considerada clássica, pois foi a primeira a ser empregada durante a emergência da indústria, conforme demonstra Marx (2011a), sendo atenuada por meio da luta de classes e da

reivindicação organizada dos trabalhadores nos países de economias avançadas. De fato, como o grau de visibilidade dos métodos empregados para expandir a mais-valia absoluta são pouco convenientes ao capitalista por evidenciarem o desgaste físico do trabalhador, isso explica, em parte, o direcionamento histórico nesses países para a mais-valia relativa, meio indireto e menos perceptível de exploração. Esse traço é corroborado pela análise de Osório (2013) da obra de Marx, afirmando que ele percebia uma inclinação do capitalismo para formas de exploração e dominação do trabalhador que se escondem por trás de uma aura de liberdade e de escolha individual. Contraditoriamente, um dos principais traços da superexploração do trabalho, fundamento da dependência, é a persistência generalizada da mais-valia absoluta, sendo essa uma das especificidades do capitalismo dependente (MARINI, 1991a).

Por sua vez, a expansão da mais-valia relativa é explicada por meio do aumento de produtividade (MARX, 2011a). A produtividade ampliada, seja pela introdução de maquinaria ou por novos métodos de organização do trabalho, permite produzir mais mercadorias no mesmo tempo, sem o aumento do desgaste da força de trabalho, reduzindo assim o valor individual incorporado em cada mercadoria (MARX, 2011a). Enquanto somente um ou alguns capitalistas conseguem atingir uma produtividade maior do que a socialmente compartilhada, aquela que é generalizada para um determinado setor econômico, se configura uma mais-valia extraordinária. Esse privilégio se prolonga pelo tempo no qual os capitalistas de maior produtividade venderem suas mercadorias por um preço acima de seu valor. No momento em que a inovação é socializada para todos os participantes do setor, o valor social da mercadoria é reduzido, diminuindo seu preço. Por princípio, esse é um mecanismo que tem efeitos restritos aos setores nos quais atua, dinamizando constantemente o processo de desenvolvimento tecnológico. No entanto, se a mercadoria em questão é um bem-salário, as consequências são sentidas na economia como um todo, já que a redução do valor de uma mercadoria que compõe a cesta de consumo do trabalhador reduz o valor da força de trabalho (MARINI, 2008). Isso significa que com a mesma jornada de trabalho é ampliado o tempo no qual o trabalhador produz mais-valia, não pelo prolongamento do tempo total de trabalho ou da intensidade, como no caso da mais-valia absoluta, mas pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para reprodução da força de trabalho (MARX, 2011a).

Fechando esse parêntese retorno à dependência. Como já comentando, Marini (1991a) entende que a integração da América Latina no mercado mundial teve grande contribuição no deslocamento do eixo de acumulação nos países industrializados da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. A ampla oferta de bens-salário proporcionada pela produção latino-americana teve como efeito o rebaixamento do valor da força de trabalho nos países centrais.

Essa mudança foi determinante para que a busca pela melhoria da produtividade e da técnica se tornassem elementos fundamentais no desenvolvimento produtivo dessas economias, reforçando a tendência de avanço de suas forças produtivas (MARINI, 1991a). Importante ressaltar que hoje, no contexto de uma crise generalizada, se observa o crescimento da exploração do trabalho nos países centrais, com uma retomada importante das estratégias de aumento da mais-valia absoluta, ainda que isso não signifique uma mudança no padrão de acumulação, como aponta Osório (2013).

A consolidação do processo de industrialização nos países europeus, durante as primeiras décadas do século XX, fortaleceu a expansão do mercado mundial, consolidando uma divisão internacional do trabalho na qual os países latino-americanos se posicionavam de maneira dependente. A transferência, naquela fase, operava a partir de dois mecanismos: a maior produtividade dos países centrais, que permitia obter mais-valia extraordinária; e o fato de que as nações do centro conseguiam fabricar bens fora do alcance do sistema produtivo das nações dependentes, com a formação de monopólios tecnológicos e de capital, o que permitia que burlassem a lei do valor à seu favor, fixando sistematicamente o preço das mercadorias acima de seu valor. Ambos os procedimentos fortaleciam a transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes na direção das centrais, tornando-a parte constitutiva da dinâmica socioeconômica dos países latino-americanos<sup>90</sup> (MARINI, 1991a). Com o avanço do comércio internacional, essa tendência se aprofundou cada vez mais, uma vez que os resultados obtidos pelos capitalistas exportadores dos países dependentes eram investidos, prioritariamente, em produtos manufaturados importados, ampliando a transferência de valor (MARINI, 2012).

Presos a essa dinâmica, os países latino-americanos se mantiveram impossibilitados de buscar o equilíbrio dos termos de troca, movimento para o qual necessitariam realizar saltos tecnológicos e de produtividade inatingíveis em um mundo demarcado pela divisão internacional do trabalho reforçada pelos monopólios tecnológicos. Essa configuração levou os capitalistas dos países dependentes a buscar a compensação parcial das perdas de valor nas

---

<sup>90</sup> Neste ponto reside uma polêmica de Marini (1994) com a Cepal. Enquanto Marini (1994) reconhece que a formulação da deterioração dos termos de intercâmbio por Raul Prebisch foi uma contribuição importante e original para a compreensão da dependência na América Latina, ele critica os autores da CEPAL por limitarem sua análise aos mecanismos de mercado, evitando a teoria do valor que os conduziria até os problemas da exploração do trabalho. Osório (2013) entende que esta escolha foi proposital e teve o intuito de poupar a burguesia local por sua parcela de responsabilidade na situação de pobreza da região, exteriorizando o problema para o mercado internacional.

trocas internacionais desiguais dentro de sua esfera de produção<sup>91</sup>. Como existiam importantes barreiras para a expansão da mais-valia relativa, os esforços se direcionaram para uma maior exploração do trabalho (MARINI, 1991a). De fato, alguns fatores contribuíram para reforçar essa dinâmica, como o grande contingente do exército de reserva e a baixa articulação das forças que defendiam os interesses do trabalhador, sendo mais recompensador para o capitalista ampliar a exploração do trabalho do que investir em ganhos de produtividade. Sobre isso, Marx (2011a) adverte que o capitalista só troca força de trabalho humano por máquinas quando há uma compensação entre o valor que ele deixa de produzir, ao reduzir a quantidade de trabalho humano empregado na produção, e o aumento da produtividade, que cria uma maior quantidade de valor total a partir de mercadorias de menor valor unitário. Portanto, o investimento em capital constante somente torna-se compensador quando a relação entre o valor da força de trabalho e o preço dos equipamentos industriais atinge um determinado estágio. Como nos países dependentes o preço dos bens industriais e de tecnologia era alto e o valor da força de trabalho era baixo, o padrão de acumulação pela exploração do trabalho apresentava-se como a melhor decisão para os capitalistas.

A configuração particular desse processo nas economias dependentes foi chamada por Marini (1991a) de superexploração da força de trabalho, um mecanismo pelo qual o capitalista aumenta a produção de mais-valia à custa de uma maior exploração física do trabalhador, remunerando-o abaixo do necessário para repor seu desgaste na produção. Para Marini (1991b), a superexploração do trabalho é o fundamento do capitalismo dependente, sendo uma forma particular de exploração que tem como especificidade a transgressão do valor da força de trabalho, “reduzindo o fundo de vida do trabalhador em favor do fundo de acumulação do capitalista” (OSÓRIO, 2013, p. 49).

Os principais mecanismos da superexploração do trabalho apresentados em “Dialética da Dependência” são o aumento da jornada de trabalho sem o acompanhamento da remuneração, o aumento da intensidade do trabalho e a remuneração abaixo do valor da força de trabalho (MARINI, 1991a). Ao longo de sua obra, Marini (2008) acrescenta o aumento do valor da força de trabalho sem o acompanhamento da remuneração como outro mecanismo da superexploração do trabalho. Ainda que discutido de maneira secundária em seus textos originais, esse último procedimento ganha importância na atualidade.

---

<sup>91</sup> Aqui Marini (1991a) chega ao segundo momento de seu método de exposição, demonstrando como as perdas impostas na esfera da circulação são atenuadas na esfera da produção.

O primeiro mecanismo, o aumento da jornada de trabalho sem o acompanhamento da remuneração, amplia extensivamente a mais-valia absoluta, expandindo o tempo em que o trabalhador produz além do socialmente necessário para sua reprodução e aumentando o esgotamento do indivíduo (MARINI, 1991a). Quanto menor a compensação salarial<sup>92</sup> pelo aumento da jornada, mais o trabalhador fica destituído dos meios para sua reprodução, comprometendo sua capacidade de trabalhar no dia seguinte com o mesmo nível de saúde e energia do dia anterior e reduzindo, ao longo do tempo, sua expectativa de vida (OSÓRIO, 2013).

Já o aumento da intensidade do trabalho é uma estratégia que pressupõe a supressão dos tempos mortos do processo produtivo sem a incorporação de tecnologia, ou seja, à custa de um maior desgaste físico do trabalhador. Esse procedimento contribui para a criação de uma maior massa de valor na mesma jornada de trabalho, sem alterar a magnitude de incorporação de trabalho por mercadoria, já que o tempo socialmente necessário para sua produção permanece inalterado. Neste ponto, é importante ressaltar um problema enfrentado por Marini (1991b). Uma das críticas dirigidas a ele por Cardoso e Serra (1978) é que sua proposição de superexploração do trabalho não contempla a mais-valia relativa. Em resposta, ele afirma que quando um nível mais alto de intensidade do trabalho se generaliza socialmente há um incremento de mais-valia relativa (MARINI, 1991b). A leitura de Marx (2011d, p. 597) sobre as maneiras pelas quais se amplia a mais-valia pode dar a impressão que Cardoso e Serra (1978) estavam certos, pois o aumento da intensidade do trabalho é definido por ele como uma forma de aumentar a massa de mais-valia, alterando “a magnitude do valor criado, independentemente da natureza do artigo em que esse valor se corporifica”. Ou seja, não se trata de mais-valia relativa, já que não altera o valor individual das mercadorias, mas de mais-valia extraordinária. No entanto, é preciso lembrar que Marini (1979b) está se utilizando do marxismo de maneira rigorosa, porém criativa, o que se evidencia quando ele desfaz o mal entendido ao analisar os esquemas de reprodução da economia dependente. Marini (1979b) adverte que só é possível entender como a mais-valia extraordinária se converte em mais-valia relativa pelo aumento da intensidade do trabalho quando se analisa o conjunto do ciclo econômico, incluindo a relação dialética entre produção e circulação. O aumento da intensidade do trabalho em setores que produzem bens-salário gera uma contradição. Por um lado, expande a quantidade de valores-de-uso em circulação; enquanto, por outro, reduz a proporção do valor da força de trabalho com

---

<sup>92</sup> A jornada estendida, mesmo com o acompanhamento da remuneração, encontra seu limite a partir do ponto no qual o consumo proporcionado pelo salário não é mais capaz de repor as energias gastas no processo produtivo, ou seja, encontra seu limite na própria natureza do ser humano (MARX, 2011a).

relação ao valor total produzido, especialmente nos casos em que o aumento da intensidade não é compensado pelo aumento do salário, como é típico nos países dependentes. O efeito combinado desses dois movimentos ocasiona problemas de realização da mais-valia extraordinária, já que mais valor é produzido e levado à circulação sem um correspondente aumento da demanda. Esse processo força a conversão da mais-valia extraordinária em mais-valia relativa a partir da redução do valor social das mercadorias, rebaixando seu preço e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho.

Por fim, o último mecanismo de superexploração do trabalho apontando por Marini (1991a) é a remuneração do trabalhador abaixo do valor de reprodução de sua força de trabalho, obrigando-o a entregar parte de seu fundo de consumo para o fundo de acumulação capitalista. Para Osório (2013, p. 61), essa é a forma predominante de superexploração, além de ser a “mais grosseira e menos oculta maneira de violar o valor da força de trabalho”. Esse mecanismo força, ao mesmo tempo e em direções contrárias, a remuneração e o trabalho excedente, tendo efeito imediato tanto para o lucro do capitalista quanto para a trágica batalha do trabalhador por sua sobrevivência.

Uma das principais críticas dirigidas à TMD é sobre a suposta inexistência de avanços importantes na análise do capitalismo dependente de Marini com relação à análise do modo de produção capitalista de Marx. Tal tentativa, voltada a desqualificar a originalidade da TMD, se fundamenta tanto na incompreensão das particularidades do padrão de acumulação baseado na superexploração do trabalho, quanto no desconhecimento da lei do valor de Marx. O que marca a superexploração do trabalho nos países dependentes é o fato de que ela “se define melhor pela maior exploração da força física do trabalhador” (MARINI, 1991b, p. 5). Marx (2011a, p. 201) observou que “a força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, dispense-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc., que é preciso renovar. Ao aumentar o dispêndio, torna-se necessário aumentar a remuneração”. Portanto, o aumento da exploração do trabalho sem o incremento proporcional do salário é uma maneira de transgredir a lei de valor, com a fixação constante do preço da mercadoria trabalho abaixo de seu valor, impondo ao trabalhador uma remuneração inferior ao que seria socialmente necessário (MARINI, 1991a). Osório (2009), mesmo admitindo que Marx (2011a) sabia que a transgressão da lei do valor era uma contradição própria do capitalismo em determinados momentos históricos, afirma que a particularidade do pensamento de Marini é a compreensão de que a superexploração do trabalho no capitalismo dependente adquire regularidade, tornando-se um fundamento, e não uma exceção. Ademais, entender que a superexploração do trabalho é a base do padrão de acumulação dependente não

significa negar o aumento da produtividade, mas saber que “uma vez em marcha, o processo econômico sobre a base da superexploração, se transforma em um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de mitigar-se, é acentuada quando a economia dependente recorre ao aumento da produtividade mediante o desenvolvimento tecnológico” (MARINI, 2008, p. 11).

Após apresentar a categoria superexploração do trabalho, elemento essencial para compreender a etapa de produção no ciclo do capital da economia dependente, é possível voltar para a esfera da circulação. Para Marini (1991a), o padrão específico de acumulação baseado na superexploração do trabalho engendra um modo próprio de circulação, uma adaptação frente ao fato de que os trabalhadores superexplorados têm um papel mais importante como produtores de valor do que como consumidores (OSÓRIO, 2013).

A base real sobre a qual essa se desenvolve [a dependência] são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista cujo eixo de acumulação está constituído pelos países industrializados, centrada, portanto, no mercado mundial, a produção latino-americana não depende de sua capacidade interna de consumo para sua realização. Se opera assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital, a produção e a circulação de mercadorias, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica, na economia latino-americana, a contradição inerente a produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe capitalista e trabalhador como vendedores e compradores de mercadorias. (MARINI, 1991a, p. 12)

Nos países centrais, a contradição do duplo papel do trabalhador como consumidor e produtor desaparece na fase de circulação das mercadorias. Segundo Marx (2011a), no capitalismo há dois tipos de consumo: o consumo produtivo, consumo de forças produtivas, incluindo a força de trabalho; e o consumo individual ou improdutivo, consumo de mercadorias para atender às necessidades individuais. Durante a fase de produção, interessa ao capitalista aumentar o consumo produtivo do trabalhador, desvalorizando seu consumo individual por meio do rebaixamento de seu salário. Essa contradição aparente termina no momento em que a mercadoria circula em busca de realização, necessitando de uma demanda, instante no qual o consumo individual do trabalhador torna-se tão importante quanto seu consumo produtivo. Nos países centrais, no contexto das disputas em torno da fixação dos salários, os dois tipos de consumo tenderam historicamente a se complementar, superando a condição inicial de oposição. Esse é um dos motivos pelos quais a dinâmica de acumulação nesses países se estruturou em torno da mais-valia relativa, implicando na redução de preço das mercadorias que o trabalhador consome, pois tem um salário suficiente para tal, aproximando produção e realização a partir da formação de um mercado interno (MARINI, 1991a).

Na economia latino-americana foi diferente. A circulação e a produção se encontram parcialmente separadas desde sua integração na economia internacional, modificando suas

formas particulares de acordo com cada momento histórico. Marini (1991b, p. 2) aponta que “esse divórcio ocorre a partir das condições peculiares que adquire a exploração do trabalho nessas economias, denominada superexploração”, configurando “uma economia industrial com graves problemas de realização”, na qual o consumo individual do trabalhador interfere pouco na realização de mercadorias, apesar de ser importante para determinar a mais-valia (MARINI, 1991a). Nesse contexto, uma pequena redução no preço de grande parte das manufaturas, especialmente os bens suntuários, não seria suficiente para alterar a mais-valia relativa em favor do capitalista, dispensando a busca pelo aumento da produtividade e reforçando a superexploração do trabalho. Por outro lado, a contradição entre o aumento da oferta de mercadorias e a redução do poder de compra dos trabalhadores, superexplorados, também não causaria impacto significativo na demanda, já que a maior parte da produção era voltada para o mercado externo. A consequência é que o capital busca explorar o trabalhador tanto quanto possível, sem se preocupar com a reposição do valor da força de trabalho, essencial para formação de um mercado interno de bens de consumo.

Paralelamente, os capitalistas, com os ganhos ampliados pela superexploração, criaram expectativas de consumo que não podiam ser satisfeitas com a produção interna, abrindo espaço para a importação de bens suntuários (MARINI, 1991a). A separação entre o consumo do trabalhador e do capitalista criou uma estratificação no mercado interno, originando duas esferas de circulação: uma baixa, movimentada pelo salário dos trabalhadores; e outra alta, movimentada pela extração de mais-valia.

A harmonia aparente que se estabelece entre a exportação de matérias primas e alimentos Latino-Americanos e a importação de bens de consumo manufaturados Europeus encobre a dilaceração da economia Latino-Americana, expressada pela divisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. Quando, chegando o sistema capitalista mundial a um certo grau de desenvolvimento, a América Latina deve ingressar na sua etapa de industrialização a partir das bases criadas por sua economia exportadora. A profunda contradição que caracterizou o ciclo de capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidiram, de maneira decisiva, no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentaram. (MARINI, 1991a, p. 13)

Nesse ponto, o ensaio “Dialética da Dependência” chega à análise do processo de industrialização. Mesmo que alguns países latino-americanos, como Argentina, Brasil e México, tenham desenvolvido capacidades produtivas industriais durante sua formação capitalista, foi somente quando a crise econômica mundial obstaculizou a exportação e importação dos países centrais, entre as duas grandes guerras, que se acelerou a formação de um moderno parque industrial latino-americano. Isso fez com que a alta esfera de circulação tivesse seu consumo reorientado, da importação de produtos manufaturados para a produção

interna, dando a impressão de que a dependência cedia espaço para um desenvolvimento autônomo. Segundo Marini (1991a), foi sobre essa base que surgiram as correntes desenvolvimentistas, como o pensamento da Cepal e de Celso Furtado nos anos 1950, crenças que a aceleração do capitalismo na periferia, por meio da política de substituição de importações, seria suficiente para a superação do subdesenvolvimento. Conforme análise de Marini (2012, p. 60), o fracasso dessa estratégia foi a “impossibilidade da indústria se sobrepor ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde os primeiros passos”. A indústria, formada para atender ao consumo das classes dominantes utilizava tecnologia produtiva importada dos países centrais, desenvolvida com o objetivo de poupar mão-de-obra, o que ampliou o exército de reserva e reforçou a superexploração, reduzindo ainda mais o mercado interno.

Durante os anos 1950, a intensificação do assédio do capital estrangeiro, cada vez mais presente no país por meio de investimentos diretos associados a empresas locais, expandiu “a integração direta com os capitalistas imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical do que a anterior” (MARINI, 2012, p. 62). Portanto, a reorientação do consumo da alta esfera para a produção interna, durante a aceleração do processo de industrialização nos países latino-americanos, criou um mercado interno com características distintas das economias clássicas, repercutindo na forma em que assumiria a economia dependente (MARINI, 1991a).

Nas economias centrais, a formação do mercado interno foi uma contrapartida da acumulação de capital, acompanhando seu ritmo. Quando, em um determinado momento, a oferta encontrou a demanda, os problemas de realização foram resolvidos por meio da conversão dos bens suntuários em bens populares, expandindo o mercado interno. O próprio fato de que os países dependentes proporcionaram uma oferta de bens-salário por preços baixos aumentou a parte do consumo individual do trabalhador destinada à compra de manufaturas:

É por isso que a produção industrial nesse tipo de economia centra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e, portanto, - na medida em que as condições nas quais ocorre a luta entre trabalhadores e patrões tendem a aproximar os salários desse valor - na cota de mais-valia. Vimos que esta é a razão fundamental pela qual a economia capitalista clássica deve orientar-se ao aumento da produtividade do trabalho. (MARINI, 1991a, p. 14)

Já, nas economias dependentes, o processo de industrialização não acompanhou o surgimento da demanda. A compressão dos salários dos trabalhadores não permitiu, por muito tempo, mais do que a criação de uma indústria débil, que só se desenvolveu quando fatores externos impediram o acesso de bens importados para a alta esfera de circulação. “A maior

incidência desses fatores é o que acelera o crescimento industrial e, a partir de certo momento, provoca uma mudança qualitativa no capitalismo dependente” (MARINI, 1991a, p. 15). Com o gradual e lento avanço das forças produtivas, quando a oferta finalmente se aproximou da demanda, momento no qual era esperado que os bens suntuários se tornassem populares, a economia latino-americana encontrou duas adaptações: o aumento do consumo das classes médias e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho. A segunda tendência deveria levar a uma migração do eixo de acumulação para a mais-valia relativa, aumentando o consumo de manufaturas do trabalhador, todavia não foi isso que ocorreu.

O avanço da industrialização na América Latina foi combinado com o aumento da importação de bens de capital do centro, seja a partir de investimentos diretos ou financiamentos. A nova configuração da economia internacional capitalista, consolidada a partir dos anos 1950 em torno dos Estados Unidos, garantia abundantes recursos excedentes que precisavam ser escoados para algum lugar, encontrando um ótimo destino em uma América Latina ávida por avanços produtivos. Assim, a industrialização latino-americana se configurou como um novo momento da divisão internacional do trabalho, no qual foram transferidos para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se aos países centrais as etapas mais avançadas que dependiam de alta tecnologia. A presença do capitalismo internacional, com sua tecnologia e seus fluxos de investimentos, fizeram com que a dinamicidade da produção latino-americana se mantivesse voltada para os bens de consumo da alta esfera de circulação, aqueles que não impactam na mais-valia, permitindo aliar aumento da produtividade com maior exploração do trabalho (MARINI, 1991a).

Para Marini (1991a), os problemas de demanda causados pela superexploração do trabalho foram resolvidos parcialmente das seguintes formas: (1) por meio da intervenção do Estado, aumentando seu aparato burocrático, criando mercado através de obras e compras públicas e subvencionando alguns tipos de bens (MARINI, 2012); (2) por meio da inflação, criadora de um fluxo de rendas da classe trabalhadora para a classe capitalista; (3) a partir da distribuição regressiva de renda, aumentando o poder de compra dos grupos mais abastados; e (4) pela exportação de manufaturas.

Com a maturação do processo de industrialização latino-americana, as esferas de circulação, que em determinado momento pareciam estar se aproximando, se repeliram novamente, atingindo outro patamar. O modo de circulação criado na economia dependente, naquele período, efeito da separação da estrutura produtiva das necessidades das massas, reforçou a divisão entre a indústria dinâmica de bens suntuários e a indústria estagnada de bens populares. Ainda, nessas condições e frente à superexploração, persistiam os problemas de

realização de massas crescentes de valor, com o mercado externo surgindo novamente como tábua de salvação. A exacerbação desta tendência é uma das origens do subimperialismo, correspondendo, “por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro” (MARINI, 2012, p. 41). O subimperialismo, portanto, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas um estágio do desenvolvimento das forças produtivas e das condições políticas de uma nação dependente, já que não é a simples evolução técnica e financeira que leva o país a se tornar subimperialista, sendo indispensável uma orientação política expansionista.

Do ponto de vista político, o subimperialismo é definido como uma cooperação antagônica, visto que o país subimperialista exerce uma política expansionista relativamente autônoma, ainda que articulada ao núcleo de poder político e econômico do capitalismo central; sem que isso exclua conflitos de interesses (MARINI, 2012). Ao analisar o processo histórico brasileiro, Marini (2012, p. 65) demonstra que o golpe civil militar cumpriu a tarefa de “promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista”. O Brasil, ao mesmo tempo em que estreitou suas relações com o centro hegemônico, os Estados Unidos, colidiu “continuamente em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontravam empenhados”. Por isso, a política externa brasileira adotada a partir de 1964 não se limitou a aceitar os desígnios externos advindos de fora, apesar da conjuntura muitas vezes levar a isso, tratando “de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave” (MARINI, 2012, p. 127).

É preciso ter claro, ainda, que o subimperialismo não se restringe a um anseio político de expansão de influência regional, sendo também condicionado por circunstâncias econômicas. A retomada da industrialização brasileira no final dos anos 1960 e início dos 1970, época conhecida como milagre econômico, ocorreu a partir da integração imperialista do Brasil e do aumento da entrada de capital estrangeiro. Esses investimentos incluíam a transferência de equipamentos industriais obsoletos nos Estados Unidos, tanto a partir da integração de algumas etapas inferiores de processos produtivos, quanto da instalação de parques industriais completos de certos tipos de produtos, configurando uma nova fase da divisão internacional do trabalho. Porém, o aumento do capital constante com relação ao capital variável, em um país de alto crescimento demográfico, aprofundou o problema do desemprego, atrofiando o mercado interno, incapaz de realizar a crescente oferta de mercadorias produzidas. A resposta para

atenuar essa contradição foi buscar a realização dos excedentes a partir do aumento do consumo do governo e da incorporação de mercados externos regionais já maduros (MARINI, 2012).

A dinâmica da fase subimperialista, baseada na integração com o capital estrangeiro, por um lado reforçou os mecanismos de transferência de valor em direção ao centro e, por outro, aumentou o desemprego, reforçando o padrão de acumulação pela superexploração do trabalho (MARINI, 2012).

O capitalismo se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fato de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço de reduzir seus custos de produção. (MARINI, 2012, p. 157)

Traçadas as bases do pensamento de Marini (1991a) a partir de “Dialética da Dependência”, algumas considerações adicionais são necessárias. Em 1979, quando da publicação de “*El ciclo del capital em la economia dependiente*”, Marini (1979b) advertia que a economia dependente havia assumido uma forma tal que o setor de produção para o mercado interno tornava-se elemento cada vez mais importante em sua dinâmica econômica. No entanto, isso não significa que a dependência estava sendo superada, mas que entrava em uma nova fase, já que dependência não quer dizer estagnação, mas sim desenvolvimento dependente. Para avançar é preciso retomar as três fases do ciclo do capital (MARINI, 1979b).

Na primeira fase da circulação, interessa saber “a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o ciclo”. Existem, basicamente, três fontes. A primeira é o investimento privado interno, aquele que é resultado da mais-valia produzida dentro do país e acumulada nele na forma de capital, independentemente de sua nacionalidade de origem. A segunda, são os investimentos públicos com origem no Estado, correspondendo a “uma parte da mais-valia gerada, mediante transferência do Estado através dos impostos diretos sobre o capital e salários, assim como a parte dos impostos indiretos que recaem sobre as rendas (lucro, salário etc.) que corresponde a uma distribuição de mais-valia” (MARINI, 1979b, p.3). Outra fonte de investimento público são as empresas estatais, resultando em exploração de mais-valia produzida diretamente pelo Estado, com a mesma lógica dos capitais privados. Os investimentos públicos podem ser: produtivos diretos, como os gastos com infraestrutura para melhorar o desempenho das empresas privadas; produtivos indiretos, como benefícios fiscais e gastos com educação; e improdutivos, com o aparato burocrático, tanto civil quanto militar

policial. A terceira fonte a ser considerada é o capital estrangeiro, que pode aparecer de duas formas: como investimento direto ou indireto. O investimento direto ocorre “quando, de maneira exclusiva ou compartilhada, quer dizer associada, o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo e se apropriando diretamente de parte da mais-valia ali gerada”. Se denomina investimento indireto o capital estrangeiro colocado à disposição dos capitalistas nacionais na forma de empréstimos ou financiamentos, dos quais a mais-valia é extraída indiretamente, por meio da cobrança de juros, sem que o investidor necessite assumir os riscos da produção (MARINI, 1979b, p. 4). Essa dinâmica assume a forma de uma transferência de mais-valia para o exterior.

Tal como apresentamos o problema, é evidente que consideramos o capital estrangeiro como um elemento mais do que interveniente na formação da massa de capital dinheiro que dá lugar ao processo de acumulação. Isso pode levar a conclusão equivocada de que é certa a tese que sustenta que o capital estrangeiro tem papel complementar ao investimento interno e contribui, portanto, no desenvolvimento da economia dependente. Sendo evidente que o capital estrangeiro se integra e determina o ciclo do capital da economia dependente, e por consequência, seu processo de desenvolvimento capitalista. É preciso não perder de vista que ele representa uma mera restituição de capital em relação ao que se tem drenado da economia dependente, restituição essa que é, sobretudo, parcial. (MARINI, 1979b, p.4)

A importância do capital estrangeiro na primeira etapa de circulação determina que, na produção, as empresas vinculadas a ele obtenham vantagens no acesso à tecnologia e meios de produção. Essa facilidade de incorporar tecnologia garante uma maior produtividade e a produção de uma mais-valia extraordinária que demora e é dispendiosa para ser igualada pelo capitalista nacional. Isso significa que, quando se aprofunda a presença de capital estrangeiro na primeira fase de circulação e, por consequência, na esfera de produção, acentua-se a concentração de capital: “As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente mais-valia extraordinária, concentram montantes cada vez maiores de mais-valia produzida e, por consequência, de capital que se investe na economia dependente, motivo pelo qual adquirem uma posição de dominância indiscutível” (MARINI, 1979b, p. 7). A concentração de capital nas grandes empresas tem consequências nas pequenas e médias. Forçadas pela queda de preço das mercadorias em função das empresas que tem mais produtividade, capital e acesso à tecnologia, as pequenas e médias ou são vendidas para as grandes, aumentando a concentração, ou acentuam a superexploração do trabalho como forma de recuperar parcialmente as taxas de lucro.

O resultado desse processo é uma queda generalizada de salários, o que termina por favorecer as grandes empresas que pagam salários médios de mercado mais baixos do que

deveriam, além de ter maior produtividade e aumentar ainda mais a extração de mais-valia: “Se estabelece assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a deprimir-se pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário” (MARINI, 1979b, p. 8). Essa dinâmica só é mantida ao longo do tempo na medida em que existir um exército industrial de reserva pressionando os trabalhadores no sentido de não levarem suas reivindicações adiante.

Chegando na segunda fase da circulação, existem três tipos de mercadoria: bens-salário; bens-suntuários; e bens de capital. Marini (1979b) indica que nas economias dependentes há uma tendência de que os bens de consumo sejam mais importantes do que os de capital, o inverso do que acontece nas economias do centro. Isso se explica pela dependência de tecnologia externa e pelo fato de que a indústria, nos países dependentes, desde sua constituição, se utiliza da oferta de bens de capital obsoletos no centro, motivo pelo qual sua produção interna não foi incentivada.

Contraditoriamente, o aprofundamento da superexploração do trabalho, explicado pelas duas fases anteriores do ciclo de capital, acarreta na redução da capacidade de consumo dos trabalhadores, restringindo a possibilidade de realização dos bens de consumo. Ademais, a transferência de valor por meio da remuneração aos investimos estrangeiros reduz a quantidade de mais-valia disponível para o consumo improdutivo dos capitalistas e das classes médias, tendência amenizada pela superexploração do trabalho.

Após a exposição do núcleo do entendimento de Marini à respeito da economia política dependente, é preciso agora empreender um esforço no sentido de apropriar a TMD para a análise do objeto desta Tese. Isso porque, apesar dos dados apresentados nos dois primeiros Capítulos indicarem a permanência da superexploração do trabalho, as condições atuais são bastante diferentes em relação à formulação original de Marini. Em respeito à essência do pensamento marxista latino-americano, histórico e dialético, é preciso renovar as interpretações da TMD, tarefa para a qual muitos autores têm se dedicado, entre os quais agora me incluo.

### 3.2.3 Os limites do mercado interno e a renovação da superexploração do trabalho

“O fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”, diz Marini (1991b, p. 7). Essa frase direta sintetiza a formação do capitalismo dependente e sua organização em torno do padrão de acumulação por superexploração do trabalho como compensação parcial da transferência de valor, constituindo-se em um entrave para a economia transitar rumo à mais-valia relativa. Esse fato é determinante para que Marini (2012) insista, em face da compressão salarial das massas, na impossibilidade do mercado interno absorver integralmente o

crescimento da produção, o que direciona parte da circulação para o exterior em busca de realização, processo que permite, nos países que atingiram determinadas condições, o recurso ao subimperialismo.

Atualmente, os bancos de ideias insistem que o mercado interno tem se transformado, aproximando a estrutura produtiva das necessidades e possibilidades de consumo da população. A verdade é que o modelo de desenvolvimento calcado no aumento do consumo e nos investimentos em infraestrutura (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013) corresponde a um estágio histórico do subimperialismo brasileiro no qual as vantagens obtidas por sua posição no mercado internacional permitiram o crescimento econômico e o aumento relativo do consumo dos não-consumidores, sem, no entanto, romper com o modelo de acumulação por superexploração do trabalho, renovando a dependência. Para explicar esse processo, apresento nessa Seção uma análise da conjuntura brasileira à luz da TMD, organizada a partir do ciclo de realização na economia dependente, “o caminho pelo qual o capital sofre um processo de metamorfose, assumindo as formas de dinheiro”. Esse é composto pelos elementos circulação, origem do capital acumulado; produção, transformação das forças produtivas em mercadoria; e circulação, busca de realização para as mercadorias (OSÓRIO, 2012a, p. 41). No próximo parágrafo, para melhor situar o leitor, apresento uma síntese dessa análise.

Na primeira fase de circulação, é notável o grau de integração do capital estrangeiro na economia brasileira, com participação direta do Governo no papel de facilitador. Com isso, a transferência de valor em direção aos países de acumulação avançada, apesar de atenuada por alguns processos, como a força da China no comércio internacional, a incorporação de tecnologia na produção primária dos países dependentes e a internacionalização das multinacionais brasileiras, não se rompe, renovando-se a partir da remuneração do capital estrangeiro investido no país. Ainda assim, a combinação entre a conjuntura internacional e o processo de internacionalização dos capitais de certos setores da economia brasileira geram um aumento da massa de mais-valia disponível no país, permitindo o crescimento do nível de salários. A combinação entre o aumento da renda mínima, a oferta facilitada e abundante de crédito, e os investimentos públicos em programas de transferência de renda ocasiona uma ampliação do consumo. A decorrente expansão da demanda é responsável por dinamizar o mercado interno, limitadamente, aproximando as esferas de circulação, sem, no entanto, suprimir a essência da dependência. Na fase da produção, o aumento do consumo dos não-consumidores reforça o padrão de acumulação por superexploração do trabalho em todas as suas dimensões, em especial uma forma particular de superexploração apresentada na Seção anterior: o aumento do valor da força de trabalho sem a ampliação do salário. Já na fase da

circulação de mercadorias, a expansão do consumo sem o acompanhamento do salário, ao mesmo tempo em que permite uma melhoria de vida para os não-consumidores, transfere valor para as esferas altas e médias de circulação por meio dos juros das dívidas, tornando o endividado suscetível a aceitar um grau ainda maior de exploração. Nesse contexto, o aumento do consumo ocorre sem ameaçar os detentores de grandes capitais, favorecidos tanto pela política expansionista de relativa autonomia permitida pela posição subimperialista, quanto pela expansão parcial do mercado interno, importante para legitimar o modelo de desenvolvimento por meio da democracia de cooptação. Por fim, ambos mecanismos reforçam a transferência de mais-valia em direção ao centro, reincorporando parte do valor na forma de investimento estrangeiro, retornando ao início da espiral da dependência<sup>93</sup>.

Na primeira fase da circulação é necessário examinar as origens do capital investidor e como se processa o mecanismo de transferência de valor. Segundo o Censo de Capitais Estrangeiros no País, em 2011 os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) chegaram a representar 31% do PIB nacional. Entre 2005 e 2011 houve um crescimento de 361,89% em termos de investimento estrangeiro com participação no capital de empresas brasileiras, determinando um alto grau de integração. “O Censo 2011, ano base 2010, também detalha o grau de controle do investidor não residente na empresa investida. Em 6.195 empresas, 45% do total, os investidores não residentes detinham 100% do poder de voto, totalizando 43% do valor total de IED - participação no capital” (BRASIL, 2011a, p. 4). Em termos de setores, os serviços financeiros representam a maior importância no montante investido, considerando a participação de capital, concentrando 16,9% do total de IED, sendo que nenhuma das demais atividades passa de 10%.

Como fica evidente, é enorme a importância do IED para a primeira fase da circulação, assim como seu impacto na transferência de valor. Osório (2012b, p. 77) alerta que “os processos que permitem a transferência de valores de uma região e uma economia para a outra variam no tempo”. O que predomina hoje são mecanismos financeiros como o pagamento de *royalties*, transferências por monopólio de tecnologia, juros de dívidas etc. Entre 2001 e 2013, a despesa do Brasil com pagamento de lucros para os IED aumentou expressivos 722% (BRASIL, 2014). Os setores que mais escoaram valor para o exterior, em ordem de importância, foram: intermediação financeira, produtos de alimentos e bebidas, metalúrgica básica, serviços prestados para empresas, comércio, produtos químicos e celulose. O primeiro lugar no ranking

---

<sup>93</sup> O termo espiral foi utilizado no lugar de ciclo, pois o retorno à posição inicial não marca o reinício de um mesmo processo circular, mas sua retomada em outro patamar.

ocupado pelas intermediações financeiras é o de serviços financeiros, explicado parcialmente pelo aumento das operações de crédito.

É preciso, claro, considerar a importância da China nesse processo, apontada por Martins (2013) e Osório (2012b). Segundo os autores, na década de 2000, a demanda asiática crescente por produtos que compõem a pauta de exportação da América Latina fez com que os preços reagissem, trazendo volumes consideráveis de capital para as economias da região, um sinal de amadurecimento do padrão exportador. Ademais, a força do setor produtivo asiático reduziu o preço dos bens manufaturados, especialmente bens de capital (JIMÉNEZ e MANUELITO, 2012).

O desenvolvimento chinês e a inclusão de sua população, como importante pilar deste processo, implicam a ampliação da demanda internacional de matérias-primas e produtos básicos. Esta se associa às necessidades de consumo desta população, cujos padrões de renda são ainda periféricos. Por sua vez, os resultados do desenvolvimento industrial e científico-tecnológico chinês pressionam para baixo os preços internacionais dos produtos manufaturados. (MARTINS, 2013, p. 36)

Essa dinâmica combinada atua no sentido de atenuar a transferência de valor por meio da melhoria dos preços em favor dos países dependentes. Isso explica porque o saldo da balança comercial brasileira, a diferença entre o montante das exportações e das importações, que era negativo desde 1995 se tornou positivo em 2001, batendo recordes consecutivos de desempenho entre 2003 e 2006 (BRASIL, 2014). No mesmo período, intensificaram-se os investimentos públicos na economia, especialmente entre 2004 e 2010, chegando a 4,2% do PIB (BRASIL, 2011b). Apesar desse resultado expressivo, em 2013, a balança comercial apresentou o pior saldo positivo desde 2001, marcando uma mudança na conjuntura, conforme referido no Capítulo introdutório desta Tese.

Outro fato importante que atua no sentido de reverter a transferência de valor em direção ao centro é o estágio atual do subimperialismo brasileiro, marcado por uma internacionalização seletiva de multinacionais de grande capital com o apoio do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social<sup>94</sup> (BNDES), como demonstram Misoczky e Imasato (2014). As companhias favorecidas estão principalmente vinculadas à construção de infraestrutura direcionada, em grande parte, para outros países latino-americanos. Ademais, segundo Bueno e Seabra (2012), a posição privilegiada que o Brasil ocupa na região em termos de acesso ao capital estrangeiro determina que o país obtenha um nível de produtividade maior

---

<sup>94</sup> O tema da infraestrutura não é parte do objeto desta Tese. Basta, aqui, registrar como esse aspecto que compõe, com o consumo, o binômio que articula o modelo atual de desenvolvimento (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013) se relaciona com a dimensão do subimperialismo na renovação da dependência. Especificamente sobre esse tema ver a já mencionada dissertação de Amaral (2013), além dos artigos aqui referidos.

que os demais da região, garantindo a extração de mais-valia extraordinária, reproduzindo limitadamente e em seu favor os mecanismos de transferência de valor.

Esse processo tem como consequência uma maior massa de mais-valia disponível dentro do país, permitindo financiar políticas sociais e econômicas voltadas para o aumento de renda (MARTINS, 2013), “ainda que ao custo de propiciar, por outro lado, uma concentração de riqueza e uma desigualdade social nunca antes conhecidas na região” (OSÓRIO, 2012b, p.120). Para o capital presente no país, ampliar a renda do não-consumidor traz pelo menos duas vantagens. Além de aumentar os resultados financeiros das empresas, em sua dimensão política reproduz uma espécie de cooperação antagônica em nível local, fundamentada em uma tensa coalização entre a classe capitalista e os não-consumidores, alçados temporariamente ao status de consumidores. Algo similar ao que Iasi (2013) chamou de democracia da cooptação.

A renda ampliada, os preços mais baixos dos produtos manufaturados<sup>95</sup> e a grande oferta de crédito para pessoa física incentivaram uma mudança na pauta de itens consumidos pelo não-consumidor, sugerindo a conversão de bens suntuários em bens necessários. Em um primeiro momento, poderia parecer que, finalmente, o Brasil estaria realizando uma transição para o padrão de acumulação por mais-valia relativa, aproximando as esferas de consumo. No entanto, uma análise dos indicadores de produtividade do país aponta na direção oposta. Entre 2000 e 2009 o total da produtividade do trabalho no país cresceu ínfimos 1,0 % (DE NEGRI e CAVALCANTE, 2013), com três setores de atividades apresentando resultados positivos<sup>96</sup>: agropecuário, 3,8%; extrativo, 2,0%; e serviços, 0,6%; contrastando com índices negativos da indústria em geral, -0,4%, e da indústria de transformação, -0,8%.

Frente a esses dados, é possível descartar uma transição de padrão de acumulação para a mais-valia relativa, já que o aumento do consumo e da renda não é resultado do aumento da produtividade que reduz o valor dos bens salário e da força de trabalho. Como demonstra Osório (2013), os padrões de reprodução do capital não podem ser compreendidos de maneira mecanicista. O fato de que a busca pela inovação produtiva seja o eixo preferencial de acumulação nos países centrais não exclui, neles, a ocorrência da superexploração do trabalho, mais importante entre setores mais fragilizados, como os imigrantes. Da mesma forma, a superexploração do trabalho nos países dependentes não impede o avanço da produtividade,

---

<sup>95</sup> Em parte expressiva importados da China e de outros países que assumiram, na atualidade, o papel de produção de manufaturados a menor custo na divisão internacional do trabalho, graças a uma brutal superexploração do trabalho, entre outras dinâmicas contraditórias. Em parte, barateados por mecanismos internos, como já mencionados no Capítulo 2.

<sup>96</sup> Relacionados à exportação, inclusive à exportação de serviços.

especialmente nos países subimperialistas, o que não altera a centralidade da extração extraordinária de mais-valia do trabalhador nos países dependentes, processo aprofundado pela expansão do consumo dos não-consumidores.

No Brasil, os não-consumidores têm grande participação no crescimento do mercado interno, sendo aqueles para os quais o consumo é uma atividade exercida principalmente durante o movimento ascendente do pêndulo econômico. A manutenção do regime de acumulação por superexploração do trabalho impossibilita a ocorrência de mudanças substanciais na desigual estrutura social e econômica brasileira. Portanto, a expansão do consumo dos não-consumidores é rodeada de incertezas, fato agravado pelo endividamento que pode levar a uma maior submissão à superexploração do trabalho.

Para demonstrar a atualidade da superexploração do trabalho apresento alguns dados sobre a suposta nova classe média<sup>97</sup>, reforçando a Tese de que **a estratégia de expansão mercado de massa oculta, através do conceito de nova classe média, as contradições do capitalismo dependente e renova a superexploração do trabalho no consumo de não-consumidores.**

Uma das críticas mais comuns ao conceito de nova classe média utilizado pela SAE é o ponto de corte em valores muito baixos para o que se espera de um estrato médio. Segundo cálculo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para comprar uma cesta básica com a quantidade mínima de nutrientes necessários para um adulto viver um mês é preciso desembolsar R\$ 329,16 - tomando como referência a cidade de Porto Alegre no mês de junho de 2013. Uma família da denominada nova classe média, composta por dois adultos e duas crianças, posicionada na faixa mínima do estrato definido pela SAE, tem renda total de R\$ 1.164,00, ou quatro vezes R\$ 291,00. Considerando uma ração mínima essencial para cada adulto mais meia para cada criança, o custo de manutenção alimentar mensal para o domicílio chegaria ao total de R\$ 986,16. Isso significa que após pagar pela alimentação, a família teria disponível o montante de R\$ 177,84 para pagar todas as contas e despesas do mês, incluindo gastos necessários como vestuário e moradia (DIEESE, 2013). Fica evidente o mecanismo de superexploração por remuneração abaixo do valor da força de trabalho, restringindo os indivíduos de reproduzir-se em condições normais. Por meio dessa dinâmica o capitalista apropria-se de parte do fundo de consumo do trabalhador para compor a mais-valia.

---

<sup>97</sup> Luce (2013) demonstrou, por meio de um conjunto de dados estatísticos, a persistência da superexploração do trabalho da chamada nova classe média. No entanto, sua análise se restringe somente à superexploração do trabalho, separando-a do conjunto das relações que formam a totalidade do fenômeno da dependência.

Além disso, o DIEESE calcula todos os meses o valor do salário mínimo necessário, definido a partir do artigo 7º da Constituição como: “aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas [do trabalhador] e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (DIEESE, 2013, p. 6). Para agosto de 2013, o salário mínimo necessário era de R\$ 2.685,47 para uma família com 2 adultos e 2 crianças, ou seja, praticamente quatro vezes maior do que o salário mínimo vigente. Ao considerar o conceito de nova classe média proposto pela SAE, uma família de quatro indivíduos na faixa mínima de renda teria um rendimento 2,3 vezes menor do que o mínimo necessário. É evidente que mesmo frente ao aumento de renda real dos trabalhadores, o patamar atingido ainda é insuficiente do ponto de vista da reprodução de sua força de trabalho, estando aquém do socialmente necessário.

Com relação a outro mecanismo da superexploração do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho sem o acompanhamento da remuneração, os dados da Tabela 6 evidenciam o aumento da mais-valia absoluta, principalmente entre os que se situam na parte mais baixa da estrutura de remuneração.

**Tabela 6: Porcentagem da população classificada por horas trabalhadas e classes de rendimento - 2013**

Classes de rendimento mensal do trabalho principal	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Total da população	14,6%	13,6%
Até 1/2	0,6%	0,6%
Mais de 1/2 a 1	3,0%	2,4%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	6,6%	4,5%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1,7%	1,8%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1,4%	2,0%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,5%	1,0%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0,1%	0,4%
Mais de 20 salários mínimos	0,0%	0,2%
Sem rendimento	0,3%	0,5%
Sem declaração	0,4%	0,5%

Fonte: IBGE (2013).

A jornada de trabalho no Brasil é regulamentada em no máximo 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Segundo os dados apresentados na Tabela 6, 28,2% da população brasileira trabalha além das horas semanais fixadas por lei. Considerando que a suposta nova classe média localiza-se no intervalo entre a primeira faixa, até ½ salário mínimo, e a quinta faixa, entre 3 e

5 salários mínimos, conclui-se que este estrato corresponde a 92% das pessoas do país que cumprem jornadas entre 45 e 48 horas, e 82,3% daqueles que trabalham 49 horas ou mais. Ou seja, os dados indicam que os não-consumidores formam o estrato que trabalha mais tempo, evidenciando a expansão da taxa de mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho sem o acompanhamento da remuneração. Cabe lembrar que indivíduos submetidos a longas jornadas de trabalho sem a possibilidade de recuperar sua vitalidade em condições normais entregam diariamente ao capitalista parte de seu fundo de vida (OSÓRIO, 2012a).

O último dos três mecanismos clássicos pelos quais a superexploração do trabalho ocorre é o aumento da intensidade no trabalho sem aumento salarial, sendo o mais difícil de demonstrar por meio de dados. Sigo aqui o mesmo procedimento adotado por Luce (2013), que utiliza estatísticas sobre doenças e acidentes relacionados ao trabalho como balizadores da intensidade do trabalho. O trecho transcrito abaixo, retirado de um Relatório do Ministério da Previdência Social, indica a extensão dos problemas de saúde relacionados ao trabalho no Brasil, apresentando dados contundentes (BRASIL, 2011c, online):

Em 2011 foram registrados 711.164 acidentes e doenças do trabalho, entre os trabalhadores assegurados da Previdência Social. Observem que este número, que já é alarmante, não inclui os trabalhadores autônomos (contribuintes individuais) e as empregadas domésticas. Estes eventos provocam enorme impacto social, econômico e sobre a saúde pública no Brasil. Entre esses registros contabilizou-se 15.083 doenças relacionadas ao trabalho, e parte destes acidentes e doenças tiveram como consequência o afastamento das atividades de 611.576 trabalhadores devido à incapacidade temporária (309.631 até 15 dias e 301.945 com tempo de afastamento superior a 15 dias), 14.811 trabalhadores por incapacidade permanente, e o óbito de 2.884 cidadãos. Para termos uma noção da importância do tema saúde e segurança ocupacional basta observar que no Brasil, em 2011, ocorreu cerca de 1 morte a cada 3 horas, motivada pelo risco decorrente dos fatores ambientais do trabalho e ainda cerca de 81 acidentes e doenças do trabalho reconhecidos a cada 1 hora na jornada diária. Em 2011 observamos uma média de 49 trabalhadores/dia que não mais retornaram ao trabalho devido a invalidez ou morte.

Além dos três mecanismos clássicos da superexploração do trabalho identificados por Marini (1979a), as discussões atuais sobre a renovação da TMD apontam para outro procedimento que tem crescido em importância: o aumento do valor da força de trabalho sem o acompanhamento da remuneração. Isso pode ocorrer tanto através do acréscimo de bens necessários na pauta de consumo do trabalhador ou da educação e aperfeiçoamento da força de trabalho (MARTINS, 2013, OSÓRIO, 2013). O próprio Marini (2008, p. 4) já havia antecipado essa tendência.

Assim, ao reduzir o salário abaixo do valor da força de trabalho (ou aumentar a brecha entre ambos), observamos que o trabalhador não tende a simplesmente reduzir sua atenção a suas necessidades sociais para assegurar suas necessidades de subsistência, tentando alcançar um difícil equilíbrio que permita atender ambas. E não poderia ser de outra maneira. Ao contrário do que pretende o apologético burguês, as necessidades sociais são tão fundamentais para a reprodução do trabalho como as

estritamente físicas, de acordo com as exigências que coloca o mercado de trabalho e mesmo o desenvolvimento das forças produtivas. O trabalhador deve apresentar, por exemplo, um nível mínimo de qualificação (ou educação) exigido para poder vender sua força de trabalho, do mesmo modo que não pode prescindir de rádio e televisão, quando estes meios de comunicação se generalizam, sob pena de converter-se em um bruto, ficando abaixo do nível cultural da sociedade na qual deve viver e produzir.

A dinâmica de transformações das necessidades tem como resultado, ao longo do tempo, aumentar o valor da força de trabalho. Este mecanismo é importante na conjuntura atual, pois permite compreender as contradições da expansão do mercado de massa a partir do consumo dos não-consumidores, ainda submetidos ao regime de superexploração do trabalho.

Marx (2011a, p. 201) defende que existe um elemento moral-histórico na constituição das necessidades que compõem o valor da força de trabalho: “A extensão das necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe de trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares<sup>98</sup>”. Osório (2012a, p. 52) segue Marx, alertando ser essencial pensar as necessidades em termos de tempo e espaço, considerando “questões referentes à educação, à cultura e aos costumes em que tenham sido educados os trabalhadores, o que faz com que determinadas necessidades básicas sejam supridas de maneiras diferentes”.

A historicidade do problema não termina aqui. As necessidades básicas da população trabalhadora não são as mesmas hoje em dia do que eram no fim do século XIX ou no início do século XX, simplesmente porque elas variaram para o conjunto da sociedade. Poder contar com um rádio, um refrigerador, uma televisão ou um celular, por exemplo, é uma necessidade social tão substantiva em nosso tempo como poder contar com pão, leite ou feijão [...] Por isso, não há nada de estranho no fato de em favelas urbanas pobres multiplicarem-se antenas de televisão, apesar de seus habitantes não contarem com alimentos básicos. (OSÓRIO, 2012a, p. 52)

Com o barateamento e o financiamento de diversos bens antes considerados suntuários, como a televisão, o telefone celular, o automóvel, e a máquina de lavar roupas, eles passam a fazer parte das necessidades materiais e de sociabilidade do trabalhador, alterando a estrutura social das necessidades. Heller (1998) propõe a separação de necessidades qualitativas, vinculadas ao valor-de-uso e a riqueza da natureza humana e seu desenvolvimento, das necessidades quantitativas, alienadas e ligadas ao valor-de-troca. Essas últimas, elementares ao processo de desenvolvimento do capitalismo, são praticamente insaciáveis, dinamizando um

---

<sup>98</sup> O conhecimento dessa passagem de “O Capital”, inserida na Seção em que Marx (2011a) explica a compra e venda da força de trabalho, é importante para dissipar o mal entendido dos que criticam a categoria valor da força de trabalho argumentando que o trabalhador não consome mais somente o essencial para viver. Está claro que Marx sabia disso, mesmo que em sua época as condições materiais de consumo fossem muito diferentes de hoje.

processo de acumulação infundável. A alteração do status de bens como o aparelho celular, de consumo suntuoso para consumo necessário, é algo que carece ser melhor compreendido a partir de suas dimensões políticas e econômicas.

O consumo popular de itens suntuosos, muito aquém de representar uma mudança de padrão de acumulação, suscita um debate sobre a natureza das transformações sociais que possibilitaram sua efetivação. Tomando como base um indivíduo que tem um rendimento na faixa baixa ou intermediária do estrato denominado nova classe média, o não-consumidor, adquirir um celular por R\$ 600,00 parcelado em 10 vezes com juros é um esforço e um risco. Por não se tratar de um consumo que se tornou possível a partir de mudanças efetivas em sua condição social, acaba por consumir quem se acha consumidor. Os dados sobre a magnitude do endividamento das famílias, apresentados na Seção 2.1, indicam a generalização do problema. A dívida que se converte no pagamento de juros é uma forma de transferência de valor dos não-consumidores para as classes altas por meio do sistema financeiro, mesmo papel desempenhado pela inflação em etapas anteriores do desenvolvimento capitalista brasileiro, conforme observa Marini (2012). Ironicamente, esse processo apropria de volta parte do valor entregue pela alta esfera social aos trabalhadores por meio do aumento de salários; e pelo governo, por meio dos programas sociais. O resultado é uma grande concentração de renda e uma taxa de remuneração do capital nunca antes presenciada no país. Em 2013, o lucro dos quatro maiores bancos brasileiros, Itaú Unibanco, Santander, Bradesco e Banco do Brasil, somaram US\$ 20,5 bilhões, cifra maior do que o Produto Interno Bruto de 83 países (CURY, 2014). Além da divisão de lucros entre acionistas, o resultado dos bancos permite altas remunerações para os grandes capitais investidos, realizando uma transferência de valor da força de trabalho para a remuneração financeira do capital, mecanismo que acentua a remuneração abaixo do valor da força de trabalho, reforçando a superexploração.

Ainda, o quarto mecanismo da superexploração do trabalho também se relaciona com a qualificação dos trabalhadores sem o acompanhamento da remuneração. Por meio da educação formal a força de trabalho é valorizada, processo já identificado por Marx (2011a) e indicado por Marini (1994), ainda que pouco desenvolvido em suas obras.

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total dos valores despendidos para sua produção. (MARX, 2011a, p. 202)

A popularização do ensino superior e a expansão do ensino tecnológico é possivelmente a maior transformação pela qual vem passando o país em termos de educação em sua história. Nos últimos 10 anos as matrículas no sistema de ensino superior dobraram, passando de 3,5 para 7,0 milhões de alunos, sendo 73% das vagas em entidades privadas e 27% em públicas (BRASIL, 2012c). Tais números são resultado de uma combinação entre a privatização do ensino, facilidade para credenciar pequenas instituições e flexibilização da oferta com o ensino à distância e os cursos tecnológicos<sup>99</sup>.

Forma-se assim, na educação superior brasileira, uma estratificação entre uma esfera alta, formada por universidades reconhecidas voltadas para produção de conhecimento e para um ensino pautado pela formação de pessoas com capacidade reflexiva; e uma esfera baixa, chamada de instituições superiores de ensino (IES) periféricas, que tem a finalidade estrita de formar e qualificar a mão-de-obra profissional (BRITTO et al., 2008, p. 786):

Essas [IES periféricas] atendem as demandas de formação acadêmica exigidas pelo mercado, buscando, prioritariamente, o maior lucro possível, e se constituem, francamente, como empresas de educação. Praticamente não investem em pesquisa e em espaços de circulação e estudo além das salas de aula e corredores; a organização do tempo não viabiliza a fruição dos recursos que a instituição deveria oferecer, de forma que, as atividades como pesquisa e estudos formais pouco ou quase nunca ocorrem.

O efeito geral desse processo é um número maior de diplomados, melhorando os indicadores em favor do governo, em paralelo à criação de uma diferenciação entre alunos diplomados nas universidades tradicionais e periféricas. O impacto é sentido na queda da remuneração média dos graduados, passando de R\$ 3.300 em 2002 para R\$ 2.881 em 2009 (TEIXEIRA, 2010). Ou seja, para grande parte do contingente de trabalhadores que estudam nas universidades periféricas, cursar o ensino superior significa aumentar o valor da força de trabalho de maneira desproporcional ao aumento da remuneração, reforçando a superexploração do trabalho. Isso se torna mais grave considerando que muitos financiam seus cursos, necessitando de longos anos para quitar a dívida adquirida.

Portanto, é possível concluir que a superexploração do trabalho ainda é uma realidade persistente, com o desenvolvimento limitado do mercado interno e da expansão de renda ampliando, contraditoriamente, a eficácia de seus mecanismos. Isso significa que para expandir parcialmente o consumo de massa, pilar do modelo de desenvolvimento atual (DWECK, CHAVES e CHERNAVSKY, 2013), é preciso combinar o resultado alcançado pelo subimperialismo e a dinamicidade de elementos como o crédito e as facilidades para consumir,

---

<sup>99</sup> Para mais detalhes sobre o tema ver Goulart e Goulart (2013).

responsáveis por aprofundar a dependência, reforçando um padrão de acumulação que funciona como um impedimento para o estabelecimento de uma economia voltada para o mercado interno. Portanto, “mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento”, o Brasil reedita “os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população” (OSÓRIO, 2012b, p. 104)

Isso explica, em parte, o motivo pelo qual o segundo pilar do modelo de desenvolvimento contemporâneo é calcado nos investimentos em infraestrutura, um tipo de investimento que beneficia as demandas de acumulação dos grandes capitais ligado ao processo de aprofundamento do subimperialismo (MISOCZKY e IMASATO, 2014), contribuindo para reforçar o padrão exportador que caracteriza a região, conforme analisa Amaral (2013). Para Osório (2012a, p. 74), o padrão exportador de especialização produtiva<sup>100</sup> que se estabelece atualmente na América Latina “exige uma forte infraestrutura em portos, aeroportos e rodovias”. Esse padrão de reprodução é especializado, pois tende a se apoiar em alguns eixos, se distinguindo de outros momentos da vocação exportadora dos países latino-americanos “devido ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados” (OSÓRIO, 2012b, p. 103). Nesse ponto, o resultado da integração brasileira ao capital internacional faz com que o ciclo do capital retorne ao seu princípio, não como uma volta circular ao mesmo ponto, mas como a expressão das contradições que formam uma espiral que reforça a dependência, atualizado a capacidade explicativa da TMD.

Apresentados os principais argumentos que defendem a tese desse estudo, finalizo com uma consolidação do que foi discutido até aqui.

---

<sup>100</sup> A expressão refere-se ao padrão de reprodução de capital, uma noção que “surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados” (OSÓRIO, 2012a, p. 40).

#### **4 O NÃO-CONSUMIDOR E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ÁLVARO VIEIRA PINTO E RUY MAURO MARINI**

Esta Tese é a primeira elaboração da articulação entre Álvaro Vieira Pinto e Ruy Mauro Marini, defendendo a vigência de suas proposições e sua importância para os estudos organizacionais contemporâneos. O resgate da obra desses autores é fundamental para renovar o pensamento latino-americano, de modo a expor o “vale das lágrimas” e afastar as ilusões cultivadas pela ciência da ocultação. Compreender a realidade concreta em suas contradições e descaminhos, com os pés no chão, constitui-se em uma obrigação para o pensamento crítico engajado com as transformações sociais. Por outro lado, insistir em interpretar o mundo por um prisma seletivamente positivo, como ocorre na organização do conceito de nova classe média, é negar a persistência de problemas nacionais históricos, atuando no sentido de conservá-los.

Em termos epistemológicos, a articulação entre Álvaro Vieira Pinto e Ruy Mauro Marini merece um maior aprofundamento. Apesar de Álvaro Vieira Pinto não citar as fontes de sua construção teórica, é ponto comum entre seus comentadores, como Freitas (1998) e Roux (1990), a enorme influência do existencialismo e da fenomenologia na primeira fase de sua obra, assim como a gradual aproximação às categorias marxistas por meio da leitura de Hegel. Freitas (1998) aponta com exatidão o momento no qual Marx surge pela primeira vez explicitamente em sua obra, foi no ano de 1963, em um ensaio intitulado “Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento<sup>101</sup>”. Nele, o autor incorpora a noção de classe social e a dialética do concreto e do abstrato sem, no entanto, modificar radicalmente suas concepções (FREITAS, 1998). Por isso, a obra de Álvaro Vieira Pinto, em sua última fase, é marcada por uma aproximação parcial a algumas categorias da dialética materialista de Marx, mantendo a predominância do plano do pensamento sobre a realidade concreta, o que significa acreditar que o próprio ser contém dentro de si o potencial transformador da realidade. Esse ecletismo corresponde, em grande medida, ao que percebo em “Sociologia dos países subdesenvolvidos”, um livro que não se furta em analisar a história em um plano lógico, evidenciando suas contradições a partir das classes sociais e do trabalho, sem, no entanto, abandonar a crença de que a simples existência de uma consciência crítica é condição suficiente para transformar o real, ponto nevrálgico na crítica de Marx a Hegel.

---

<sup>101</sup> Não tive acesso a esse texto, porém considero ser fundamental, nos próximos passos da articulação teórica aqui proposta, a imersão na trajetória intelectual de Álvaro Vieira Pinto para compreender com mais exatidão como Marx foi incorporado em seu pensamento.

Da maneira que entendo, a dialética do consumo é um reflexo da associação criativa de elementos filosóficos em Álvaro Vieira Pinto. Nesse sentido, a categoria de não-consumidor representa uma síntese da combinação entre a análise dialética da formação histórica do subdesenvolvimento com as tendências existencialistas e hegelianas. Ou seja, o não-consumidor surge concretamente como produto histórico das diferenças insuperáveis entre as classes sociais em um país subdesenvolvido, porém sua existência é uma negação de si mesmo, já que ao consumir ele se distancia cada vez mais da sua própria condição de consumidor.

Ainda que a dialética do consumo seja uma construção muito interessante e com enorme potencial teórico e crítico, trata-se de uma categoria que carece de elementos necessários para acompanhar o movimento concreto da história, espaço preenchido por Ruy Mauro Marini. Em especial, a superexploração do trabalho é outra faceta da dialética do consumo, já que o aumento do consumo dos não-consumidores potencializa e renova os mecanismos que fundamentam a dependência. Assim, ao negar a si mesmo no ato de consumo, o não-consumidor busca uma melhoria em sua condição de vida e contribui para aprofundar um drama que não é só seu, mas de toda uma classe social habitante do “vale das lágrimas”. Portanto, ainda que os dois autores não compartilhem a mesma base epistêmica<sup>102</sup>, o encontro revelador entre a análise marxista do capitalismo latino-americano de Ruy Mauro Marini e a filosofia de traços existencialistas e materialistas de Álvaro Vieira Pinto faz surgir uma nova maneira de entender o consumo. Através desse prisma, é possível enxergar a contradição emergindo das entranhas do ato de consumo, pois, como Vieira Pinto (2008) alertou, o consumo não pode ser entendido como o ato banal de comprar, porque ele contém em si a totalidade da dialética do capitalismo dependente.

Oportunamente, retomo o argumento da Tese: **a estratégia de expansão mercado de massa oculta, através do conceito de nova classe média, as contradições do capitalismo dependente e renova a superexploração do trabalho no consumo de não-consumidores.** Neste sentido, demonstrei como a estratégia de desenvolvimento, que tem como um de seus pilares o incentivo ao mercado de massa, é organizada no conceito de nova classe média, um estratagema que atua no sentido de ocultar as contradições do capitalismo dependente. Esse estratagema tem como consequência o aprofundamento da própria condição de precariedade e superexploração que os não-consumidores estão submetidos.

---

<sup>102</sup> Apesar da aproximação entre os autores a partir das categorias marxistas parecer profícua, cabe, mais uma vez, ressaltar a importância de aprofundar, em estudos futuros, as bases epistemológicas desse diálogo, sedimentando sua articulação.

Importante ressaltar que a rejeição da existência de uma nova classe média desvela uma formulação que é funcional aos que se ocupam da conservação dos privilégios de classe e reforçam a democracia de cooptação (IASI, 2013). Ao elevar o mercado a uma espécie de fonte universal de satisfação das necessidades humanas, o conceito de nova classe média mascara a necessidade de renovar constantemente os meios para a acumulação do capital. Portanto, o fenômeno em estudo tem relações importantes com os movimentos do capitalismo como um sistema mundial, sendo mais um artifício para amenizar as crises e manter o ritmo do crescimento econômico, conexões que merecem ser aprofundadas em estudos futuros.

Cabe reforçar que não estou defendendo a ideia de que o consumo não é importante para a vida contemporânea. Para ter uma vida digna, o indivíduo necessita possuir um conjunto mínimo de itens, tornando o cotidiano mais prático e aumentando seu conforto e sociabilidade, elementos que deveriam constituir-se em um direito fundamental. Entretanto, o estímulo ao consumo por meio do endividamento dos não-consumidores aprofunda a precariedade e a superexploração do trabalho, aprisionando mais aquele que, aparentemente, estava se emancipando por meio do mercado<sup>103</sup>. Essa dinâmica se aprofunda a partir da supervalorização de uma suposta liberdade individual, como se uma renda mínima para o consumo fosse condição suficiente para capacitar os indivíduos a se tornarem autônomos no contexto do neoliberalismo renovado, no qual existem cada vez menos garantias básicas de serviços públicos essenciais. A partir da articulação teórica proposta nessa Tese foi possível desvelar essa estratégia, demonstrando como ela contribui para reeditar o subimperialismo e a dependência.

Em síntese, o não-consumidor é um ser social que anseia consumir para viver melhor e se tornar bom perante aos outros. Entretanto, considerando que ele mora um país de economia dependente, o consumo que promete inseri-lo na sociabilidade capitalista, contraditoriamente, nega a ele essa possibilidade, deixando-o em uma situação mais precária do que já estava. Se a superexploração já era uma realidade na vida dos não-consumidores, o endividamento e os

---

<sup>103</sup> O status do mercado é reforçado, no âmbito acadêmico, por grande parte das teorias de marketing e comportamento do consumidor, assim como da teoria da estratificação social, ambas assumindo, ilusoriamente, o fetiche da mercadoria como um fundamento ontológico. No campo do comportamento do consumidor, as teorias de fundo culturalista partem da associação entre pessoas e objetos como um elemento essencial da identidade, constituindo o ser-consumidor. Com isso, reificam as mercadorias, ignorando o fato de que elas são elementos das relações sociais de produção, e não objetos com vida própria. Já na teoria da estratificação social, a própria noção de classe como estrato é um fetiche, pois ignora o trabalho e as relações sociais em prol de variáveis mistificadoras, como poder de compra e renda. Esses procedimentos reforçam um processo através do qual se generaliza a ideia de que a sociabilidade e a cooperação, inerentes à própria essência do ser social, se efetivam por meio das mercadorias.

desejos de consumo aumentam sua vulnerabilidade frente ao monstruoso processo de expropriação da vida humana pelo capital.

Por esse e outros motivos, o interesse no consumo se renova. Apesar da produção e do trabalho serem os elementos ontológicos essenciais de uma abordagem marxista, ignorar a importância do ciclo de reprodução do capital, especialmente em um país de capitalismo dependente, é deixar de lado os problemas de realização do capital e de reprodução da vida. Enquanto o primeiro é determinante para que a superexploração do trabalho e o subimperialismo se renovem, escondidos criativamente sob novas estratégias, como o conceito de nova classe média; o segundo alerta para o drama da insuficiência de meios para viver dignamente, condição corriqueira para os habitantes do “vales das lágrimas”. Ademais, a compreensão da problemática do consumo nos países dependentes, relacionada com a expansão das fronteiras dos mercados de massa, remete às contradições fundamentais do próprio capitalismo, um modo de produção que se choca a todo instante contra seus próprios limites. Ampliar o consumo dos trabalhadores precarizados nos países periféricos, longe de ser uma estratégia de desenvolvimento humanizada, voltada apenas para a melhoria das condições de vida da população, trata-se de mais um esquema para manter girando os meios de reprodução do capital. Assim como os problemas ambientais decorrentes da exploração produtiva são tratados como externalidades do sistema, o endividamento e a tragédia das famílias separadas do direito de consumir por um intransponível abismo de classes sociais são amenizados por meio das estratégias da ciência da ocultação.

Por fim, afirmo que a rejeição da existência de uma nova classe média é bem mais do que uma disputa conceitual acadêmica, constituindo-se em um embate político em prol do princípio ético normativo universal: preservar e reproduzir a vida em todas as suas manifestações.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, Paulo; GOULART, Sueli. Consumo e subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: riscos do anacronismo e pistas para reflexão atual. In: GURGEL, Claudio; MARTINS, Paulo Emílio. **Estado, Organização e Pensamento Social Brasileiro**. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 217-252.
- ABDALA, Paulo; GOULART, Sueli. Subdesenvolvimento, dependência cultural e consumismo. In: **Anais do XII Colóquio Internacional de Poder Local**, Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, Metamorfoses do Poder Local e Itinerários do Desenvolvimento Territorial. Salvador, Bahia, 2012.
- ABDALA, Paulo; MISOCZKY, Maria Ceci. A nova classe média e a dialética do consumo. In: **Anais do XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2012.
- ABREU, Alzira. O ISEB e o desenvolvimentismo. **CPDOC FGV**, 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 19 Ago. 2012.
- ALBUQUERQUE, Guilion. Classe Média: caráter, posição e consciência de classe. In: ALBUQUERQUE, Guilion. (Org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p. 11-34.
- ALMEIDA, João Ferreira. Temas e conceitos nas teorias da estratificação social. **Análise Social**, v. XX, n.3, p.167-190, 1984.
- AMARAL, Adriano Saraiva. **Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul**: uma análise a partir da teoria do subimperialismo. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho I: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTO, Gaudêncio; GENTILLI, Pablo (Org.) **La ciudadanía negada: Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 35-48. Disponível em: <http://www.cibera.de/fulltext/1/1929/CLACSO1929.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2013.
- ARAÚJO, Braz. Mudanças na estrutura social brasileira. In: ALBUQUERQUE, Guilion. (Org.) **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p. 83-116.
- AVEBURG, Marcello. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez., 2005. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2408.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2408.pdf). Acesso em 27 Jan. 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. Teoria de la dependencia: una anticrítica. **Material de Formacion Política de la Catedra Che Guevara**, Coletivo Amauta, 1977. Disponível em: [http://www.bvsst.org.ve/documentos/pnf/teoria\\_de\\_la\\_dependencia\\_una\\_anticitica.pdf](http://www.bvsst.org.ve/documentos/pnf/teoria_de_la_dependencia_una_anticitica.pdf). Acesso em 15 fev. 2014.
- BARBOSA, Nelson. 10 anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.
- BARTELT, Dawid. Introdução. In: BARTELT, Dawid (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 4-16.

BHALLA, Surjit; KHARAS, Homi. Middle-class angst spills over. **Poverty in Focus**, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 26, 2013, p. 6-8.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores. **FPA Discute Desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 37-49. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-desenvolvimento-v2-1.pdf>. Acesso em 22 Jan. 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista Cepal**, número especial em português, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, 2001.

BIRDSALL, Nancy. The middle class in developing countries – who they are and why they matter. **Poverty in Focus**, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 26, 2013, p. 10-12.

BORJA, Bruno. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. In: Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática, **Anais eletrônicos**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC62F.pdf>. Acesso em 11 Jan. 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do sociólogo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. BACEN. Banco Central do Brasil. **Série Histórica do Balanço de Pagamentos**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>. Acesso em 25 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho. CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>. Acesso em 111111 Jan. 2013.

BRASIL. BACEN. Banco Central do Brasil. **Relatório da Economia Bancária e Crédito 2012**. Brasília, 2013b. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc\\_2012.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf). Acesso em Jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Balanço Bolsa Família**. Brasília, 2013c. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/em-10-anos-bolsa-familia-tirou-36-milhoes-pessoas-da-extrema-pobreza>. Acesso em 22 jul. 2013.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Minha Casa Melhor**. 2013d. Disponível em: <http://mcmv.caixa.gov.br/minha-casa-melhor-ja-beneficiou-mais-de-217-mil-familias>. Acesso em 09 nov. 2013.

BRASIL. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Vozes da Nova Classe Média: empreendedorismo e classe média**. Caderno 3. Brasília, 2013e. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sae.gov.br%2Fvozesdaclassemedia%2Fwp-content%2Fuploads%2Fcaderno\\_3\\_web.pdf&ei=wIrzUvTJHcP0kQeH1YCQDg&usq=AFQjCNGdlpLmhIOHDHPaVhk0yzZRnZmCDg&sig2=oBvt1vB1RFsi5hnDyb8oGw&bvm=bv.60799247,d.eW0](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sae.gov.br%2Fvozesdaclassemedia%2Fwp-content%2Fuploads%2Fcaderno_3_web.pdf&ei=wIrzUvTJHcP0kQeH1YCQDg&usq=AFQjCNGdlpLmhIOHDHPaVhk0yzZRnZmCDg&sig2=oBvt1vB1RFsi5hnDyb8oGw&bvm=bv.60799247,d.eW0). Acesso em 06 fev. 2013.

BRASIL. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Vozes da Nova Classe Média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas**. Edição Marco Zero, Brasília,

2012a. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf>. Acesso em 11 Jan. 2014.

BRASIL. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Perguntas e respostas sobre a definição de classe média**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=12100>. Acesso em 10 Jun. 2012.

BRASIL. INEP. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2012**, 2012c. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/coletiva\\_censo\\_superior\\_2012.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/coletiva_censo_superior_2012.pdf). Acesso em 25 fev. 2014.

BRASIL. BACEN. Banco Central do Brasil. **Censo de Capitais Estrangeiros no País - Anos base: 2010 e 2011, 2011a**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/Censo%20de%20Capitais%20Estrangeiros%20-%20resultados%202011-2012.pdf>. Acesso em 25 fev. 2014.

BRASIL. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Como Anda o Investimento Público no Brasil. **Comunicados do IPEA**, n. 126, 2011b. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228\\_comunicadodoipea126.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228_comunicadodoipea126.pdf). Acesso em 25 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Informações estatísticas relativas à segurança e saúde ocupacional**, 2011c. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/>. Acesso em 25 fev. 2014.

BRASIL. BCB, Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>. Acesso em 09 nov. 2013.

BRASIL. Portal do Empreendedor. **MEI – Microempreendedor Individual**. 2008. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em 26 Jan. 2014.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cartas de concertação do CDES**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html>. Acesso em 24 Jan. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; FURQUIM, Lilian. Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo. **Congresso da Sociedade Brasileira de Ciência Política**, Gramado, ago. 2012. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Desenvovimentismo-Nacionalismo-Liberalismo-Lilian.pdf> >. Acesso em 05 de out. 2013.

BRITTO, Luiz; SILVA, Edineusa; CASTILHO, Katlin; ABREU, Tatiane. Conhecimento e formação nas IES periféricas e perfil do aluno “novo” da educação superior. **Avaliação**, v. 13, n. 3, p. 777-791, nov., 2008.

BUENO, Fábio; SEABRA, Rodrigo. Uma interpretação sobre os centros medianos de acumulação Sub-imperialistas”, artigo apresentado no **36º Encontro Anual da AMPOCS**, 21-25 outubro, Águas de Lindóia.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE**, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2004.

CAMARA, Guilherme Dornelas. **Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação**. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. **Folha de São Paulo**, onlme, 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/04/902057-leia-integra-do-artigo-do-ex-presidente-fhc-em-revista.shtml>. Acesso em 17 Jan. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1977.

CAVALCANTI, Cêpeda. Meio Ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente e Sociedade**, v.5, n.2, ago-dez, p.73-84, 2003.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. CPS. **Fundação Getúlio Vargas**, FGV, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://cps.fgv.br>. Acesso em 26 Jan. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. CNC. **Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2013. Disponível em: [http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/o\\_perfil\\_do\\_endividamento\\_das\\_familias\\_brasileiras\\_em\\_2013.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/o_perfil_do_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2013.pdf). Acesso em 13 Jan. 2014.

CÔRTEZ, Norma. **Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto**. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2003.

CUNHA, André; BICHARA, Julimar; MONSUETO, Sandro; e LÉLIS, Marcos. Impactos da ascensão da china sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, set-dez, 2011.

CURY, Anay. Lucro somado de 4 bancos brasileiros é maior que o PIB de 83 países. **Portal G1**, Economia, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/lucro-somado-de-4-bancos-brasileiros-e-maior-que-o-pib-de-83-paises.html>. Acesso em 25 fev. 2014.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilber. Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, O.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. (Org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 114-132.

DAVOS CELEBRA RETOMADA ECONÔMICA MUNDIAL, MAS ALERTA PARA SITUAÇÃO DOS EMERGENTES. **Reuters**, online, economia, jan. 2014. Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/economia/20140125-davos-celebra-retomada-economica-mundial-mas-alerta-para-situacao-dos-emergentes>. Acesso em 04 fev. 2014.

DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil. **Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n. 28, Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, IPEA, p. 7-17, 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Política de valorização do salário mínimo: valor para 2014 será de R\$ 724.00**. Nota Técnica, n. 132, dez. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec132SalarioMinimo2014.pdf>. Acesso em 26 Jan. 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://blog.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C813E3D169912013D265EB5A510A4&inline=1>. Acesso em 13 Jan. 2014.

- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Cesta básica nacional: metodologia.** São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em 26 Jan. 2014.
- DILMA ROUSSEFF RECOMENDA O LIVRO "A NOVA CLASSE MÉDIA". 2012. **Vídeo.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UQP5XrvWyLc>. Acesso em 17 Jan. 2014.
- DOS SANTOS, Theotonio. Subdesenvolvimento e Dependência. 1970. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 3. ed. ampliada. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 398-403.
- DOS SANTOS, Theotonio. **A Teoria da dependência: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Conceito de classes sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- DWECK, Esther; CHAVES, Miriam; e CHERNAVSKY, Emilio. O modelo de desenvolvimento brasileiro: análise de seus fundamentos e o papel das macropolíticas federais. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, XVIII, 2013, Montevideu, Uruguai, **Anais Eletrônicos**, Pen-Drive.
- EASTERLY, William. The middle class consensus and economic development. **Public Research Working Paper**, World Bank, n. 2346, 2000.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. **Edições Anteriores.** Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/edicoes-antteriores/>. Acesso em 17 Jan. 2014.
- EVERS, Tilman. Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil: 1963-1977. In: KRISCHKE, J. (Org.) **Brasil: do "milagre" à "abertura"**. São Paulo: Cortez, 2003. p.83-102.
- FÁVERI, José Ernesto de. Apresentação. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale das lágrimas"**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 11-21.
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMÉRCIO-SP). **A Evolução da Classe Média e seu Impacto no Varejo: Diagnósticos e Tendências.** Fev. 2012.
- FERREIRA, Francisco; MESSINA, Jamele; LÓPEZ-CALVA, Luis Felipe; LUGO, Maria; e VAKIS, Renos. **Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class.** Washington DC: World Bank, 2012.
- FLEURY, Sonia. A Fabricação da classe média: projeto política para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid. Introdução. In: BARTELT, David (Org.). **A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 59-64.
- FONSECA, Pedro. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, José; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2003, p. 2-53.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FRANK, André Gunder. Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista. **Pensamiento Crítico**, Habana, n.13, 1968, p. 3-41. Disponível em: <http://www.filosofia.org/rev/pch/1968/pdf/n13p003.pdf>. Acesso em 09 jan. 2014.

- FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FURTADO, Celso. As Metamorfoses do Capitalismo. **Discurso da outorga do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2002. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>. Acesso em 21 fev. 2014.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: Enfoque Interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- GADOTTI, Moacir. Um Filósofo do Terceiro Mundo. In: ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GOULART, Sueli; GOULART, Deise. Ampliação do acesso ao ensino superior: os desafios da expansão e da precarização. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, XVIII, 2013, Montevideu, Uruguai, **Anais Eletrônicos**, Pen-Drive.
- GRACIARENA, Jorge. **O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1971.
- GRUN, Roberto. A classe média no mundo do neoliberalismo. **Tempo Social**, v.10, n.1, p. 143-163, 1998.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALPERIN, Tulio. A CEPAL em seu contexto histórico. **Revista Cepal**, número especial em português, 2010.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IASI, Mauro. Democracia de Cooptação e o Apassivamento da Classe Trabalhadora. In: **Site do PCB**, Partido Comunista Brasileiro, 2013. Disponível em: [http://pcb.org.br/porta1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5659](http://pcb.org.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=5659). Acesso em 09 jan. 2014.
- IASI, Mauro. **Metamorfoses da Consciência de Classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Sidra, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em 02 Abr. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro, 2001-2011. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=2387>. Acesso em 09 Jan. 2014.

IPEADATA. In: IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11 Jan. 2014.

JIMÉNEZ, Luis; MANUELITO, Sandra. CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Rasgos estilizados de la relación entre inversión y crecimiento em América Latina y el Caribe, 1980-2012. **Serie Macroeconomía del Desarrollo**, n. 136, 2012.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; UCHÔA, Christiane. Moradia Inadequada, Escolaridade Insuficiente, Crédito Limitado: em busca da nova classe média... In: BARTELT, Dawid. Introdução. In: BARTELT, Dawid (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 16-32.

KHARAS, Homi. The emerging middle class in emerging countries. **OECD Development Centre Working Paper**, 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/12/52/44457738.pdf>. Acesso em 15 Fev. 2012.

KUMAR, Anjal. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. IPEA, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/BrasilAcessoAosServicosFinanceiros.pdf>. Acesso em 09 nov. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: LP&M, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1969.

LESSA, Carlos. Apresentação (de Carlos Lessa). In: MALLORQUÍN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.11-15.

LOPEZ-CALVA, Luís. A new economic framework to analyze the middle classes in Latin America. **Poverty in Focus**, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 26, 2013, p. 14-17.

LUCE, Matias. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora José Olympio, 2011.

MACHADO ARAÓZ, Horacio. Naturaleza mineral: civilización del capital y mineralización de la condición humana. In: NIEVAS, Flabián (org.). **Mosaicos de Sentido: vida cotidiana, conflicto y estructura social**. 1 ed. Buenos Aires: Estudios Sociologicos, 2013. p. 35-54.

MALLORQUÍN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANSUR, Vinicius. Governo aposta no mercado interno contra crise nos países ricos. **Carta Maior, Economia**, 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Governo-aposta-no-mercado-interno-contracrise-nos-paises-ricos/7/25500>. Acesso em 22 Jan. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). Em publicação: **América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini**. Carlos Eduardo Martins (Org.). Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/06razones.pdf>. Acesso em 16 Fev. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. La crisis del desarrollismo. **Ruy Mauro Marini Escritos**, Unam, México, 1994. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/026\\_crisis\\_desarrollismo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/026_crisis_desarrollismo_es.htm). Acesso em 21 fev. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. **Ruy Mauro Marini Escritos**, Unam, México, 1992. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/001\\_memoria\\_port.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm). Acesso em 15 fev. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependência. **Ruy Mauro Marini Escritos**, Unam, México, 1991a. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_dialectica\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm). Acesso em 19 Ago. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. En torno a dialéctica de la dependência. **Ruy Mauro Marini Escritos**, Unam, México, 1991b. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/005\\_torno\\_dialectica\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/005_torno_dialectica_es.htm). Acesso em 19 Ago. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, n. 20, México, p. 18-39, 1979a. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acesso em 16 Fev. de 2014.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo de capital em la economia dependente. In: OSWALD, Urusula. **Mercado y Dependencia**. México: Nova Imagem, 1979b. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/008\\_%20ciclo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm). Acesso em 16 Fev. 2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: FILHO, N.A. (org.). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Ipea: Brasília, 2013, p. 15-48.

MARX, Karl. As Classes. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialéctica do trabalho II**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volume I, 28ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos 1957-1958: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volume 2. 28ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**: 1948. Porto Alegre: LP&M, 2006.

MACLENNAN, Michael. A complex universality: The elusive middle class. **Poverty in Focus**, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 26, 2013, p. 3-5.

MEIRELLES, Renato. Um país chamado classe média: presente e futuro do motor de crescimento brasileiro. **Pesquisa Datapopular**, 2013. Disponível em: [http://www.abioptica.com.br/ws2011/webapps/imagefile/arquivos/datapular\\_2013\\_divulg.pdf](http://www.abioptica.com.br/ws2011/webapps/imagefile/arquivos/datapular_2013_divulg.pdf). Acesso em 09 jan. 2014.

MEIRELLES, Renato. Classe média: novas demandas de um novo Brasil. In: BRASIL. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Vozes da Nova Classe Média**: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. Brasília, 2012, p. 46-47. Disponível em: [http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media\\_VERS%C3%83O-FINAL.pdf](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media_VERS%C3%83O-FINAL.pdf). Acesso em 09 jan. 2014.

MILLS, Wright. **White collar**: the American middle class. Oxford Press: New York, 1951.

MISOCZKY, Maria Ceci; IMASATO, Takeyoshi. The brazilian sub-imperialist strategy of regional insertion. **Critical Perspectives on International Business**, n. 4, 2014 (no prelo).

MISOCZKY, Maria Ceci. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael KRUTER; e MORAES, Joisy (Org.). **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010, p. 13-57.

NERI, Marcelo; VAZ, Fábio; SOUZA, Pedro. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Teresa; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013, p. 193-207. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf). Acesso em 27 Jan. 2014.

NERI, Marcelo. **De volta ao país do futuro**: Projeções, Crise Europeia e a Nova Classe Média. FGV/IBRE, CPS, 2012a. Disponível em: <http://cps.fgv.br/ncm2014>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhantes dos pobres. FGV/IBRE, CPS, 2012b. Disponível em: <http://cps.fgv.br/ncm>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **Os emergentes dos emergentes**: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. FGV/IBRE, CPS, 2012c. Disponível em: <http://cps.fgv.br/brics>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o Lado Brilhante da Base da Pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERI, Marcelo. **A pequena grande década**: Crise, Cenários e a Nova Classe Média. FGV/IBRE, CPS, 2010. Disponível em: <http://cps.fgv.br/C2010>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **Crônica de uma crise anunciada**: Choques Externos e a Nova Classe Média. FGV/IBRE, CPS, 2009a. Disponível em: <http://cps.fgv.br/crise>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **Crônica de uma crise**: Ressaca e Resiliência Recente. FGV/IBRE, CPS, 2009b. Disponível em: <http://cps.fgv.br/crise2009>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **Atlas do bolso dos brasileiros**. FGV/IBRE, CPS, 2009c. Disponível em: <http://cps.fgv.br/atlas>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **Consumidores, produtores e a nova classe média**: Miséria, Desigualdade e Determinantes de Classes. FGV/IBRE, CPS, 2009d. Disponível em: <http://cps.fgv.br/fc>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.. Disponível em: <http://cps.fgv.br/M3>. Acesso em 13 set. 2013.

NERI, Marcelo, CARVALHAES, Luisa. **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <http://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em 13 set. 2013.

OLIVEIRA, Joelma Alves. **POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961 – 1967)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana**. ONU-Habitat, 2012. Disponível em: [http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=816&Itemid=538](http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=538). Acesso em 26 Jan. 2014.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Ipea: Brasília, 2013, p. 49-70.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias. **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-87.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; e LUCE, Mathias. **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

OURIQUES, Nildo. Apresentação de Nildo Ouriques. In: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 13-23.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de governo 2002**: coligação Lula presidente. Resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em 27 Jan. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **XII Encontro Nacional**. 12ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções políticas**. 11ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1997.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Conjuntura nacional**. 10ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1995.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A Conjuntura e a campanha**. 9ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Por um governo democrático-popular**. 8ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1993.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Socialismo**. 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1991.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Socialismo petista**. 7ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1990a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Construção partidária**. 7ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1990b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções políticas**. 5ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1987a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Brasil, urgente! Lula Presidente! Carta aberta ao povo brasileiro**. 5ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1987b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Documento eleitoral básico**. 4ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1986a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88**. 4ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1986b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teses para atuação do PT**. 3ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1984.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plataforma Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade**. 2ª Convenção do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, Brasília, 1982.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Brasília**. 1ª Convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, Brasília, 1981.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de Lançamento**. Documentos de fundação do PT. Resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, 1980.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios**, Comissão Nacional Provisória. Resoluções de encontros e congressos & programas de governo, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1979.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4, p. 58-73., out./dez., 2003

PEREIRA, Potyara. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez., 2012.

PIRES, Manoel Carlos de Castro. Multiplicadores Fiscais no Brasil: uma contribuição aos debates das políticas fiscais anticíclicas. **XIV Prêmio Tesouro Nacional**, Finanças Públicas, Tema III: Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional, Terceiro Lugar, 2009.

POCHMAN, Márcio. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO, Fernando. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p.68-94, 2011.

PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Pensata**, Dossiê o papel da teoria marxista da dependência no pensamento social latino-americano, v. 3, n. 1, p. 10-30, 2013.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. 8 tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013). **VI Jornada de Economía Crítica**. Ponencias de la VI Jornada de Economía Crítica, Mendoza, agosto, 2013.

QUADROS, Waldir; GIMENEZ, Denis; ANTUNES, Daví.. Afinal, Somos um País de Classe Média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid. Introdução. In: BARTELT, David (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 32-43.

QUADROS, Waldir. **O "Milagre Brasileiro" e a expansão da nova classe média**. Tese (Doutorado em Economia), Departamento de Economia Unicamp, 1991.

QUADROS, Waldir. **A nova classe média brasileira 1950 - 1980**. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Economia Unicamp, 1985.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICCI, Rudá. **Lulismo**: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrjildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, Camila. “Não tem classe nova, muito menos média” – Entrevista. **Boitempo Editorial**, Brasil de Fato, online, 2012. Disponível em: [http://www.boitempo.com/publicacoes\\_imprensa.php?isbn=978-85-7559-245-8&veiculo=Brasil%20de%20fato](http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-245-8&veiculo=Brasil%20de%20fato). Acesso em 02 abr. 2014.

ROSTOW, Walt. **The stages of economic growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

SAMPAIO JR., Plínio. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo**: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAMPAIO, JR., Plínio. Prefácio. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

SANTA CRUZ, Hernan. La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL. **Revista CEPAL** Nº 57, p. 17-32, 1995.

SAVIANI, Dermeval. Introdução. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete Lições de Educação para Adultos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 2-16.

SCHENKEL, Laura. Lipovetsky vem à Capital falar sobre a mundialização do mercado de luxo. **Zero Hora Digital**, Entrevista, fev. 2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/02/lipovetsky-vem-a-capital-falar-sobre-a-mundializacao-do-mercado-de-luxo-4057434.html>. Acesso em 04 fev. 2014.

SCHETTINI, Bernardo; SANTOS, Cláudio; AMITRANO, Cláudio; SQUEFF, Gabriel; RIBEIRO, Márcio; GOUVÊA, Raphael; ORAIR, Rodrigo; e MARTINEZ, Thiago. *Novas Evidências Empíricas sobre a Dinâmica Trimestral do Consumo Agregado das Famílias Brasileiras no Período 1995-2009. Texto para Discussão 1614*, IPEA, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1655/1/td\\_1614.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1655/1/td_1614.pdf). Acesso em 06 fev. 2014.

SCHOPENHAUER, Arthur. *The art of being right*. 1923. Disponível em: <http://www.sjsu.edu/people/stephen.jerbic/courses/econ100w/s0/Shchopenhauer%20Art%20of%20Being%20Right.pdf>. Acesso em 19 abr. 2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil do Microempreendedor Individual 2012**. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/a7151751f28145b2dfddcb2cb8833d4f/\\$File/4304.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a7151751f28145b2dfddcb2cb8833d4f/$File/4304.pdf). Acesso em 27 Jan. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

SILVA, Luíz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir (org.). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e FLACSO Brasil, 2013. p. 9-31.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Pronunciamento Público do Natal de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QN XOQNwbkc0>. Acesso em 24 Jan. 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Luiz Inácio da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Fundação Perseu Abramo, Brasília, 1981.

SOLIMANO, Andrés. Stylized facts on the middle class and the development process. In: ESTACHE, Antonio; LEIPZIGER, Danny (Org.). **Stuck in the Middle: Is Fiscal Policy Failing the Middle Class?** Brooking Institution Press: Washington, 2009, p. 24-53.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar **A classe média brasileira: ambições, valores e projeto de sociedade**. Rio de Janeiro: Campis, 2011.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: VELHO, Otávio; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio (Orgs.) **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 133-169.

STRANGLEMAN, Tim. Sociology, social class and new working class studies. **Antipode**, v.40, n.1, p.15-19, 2008.

THE ECONOMIST. **Previous Issues**. Disponível em: [http://www.economist.com/printedition/covers?print\\_region=76978](http://www.economist.com/printedition/covers?print_region=76978). Acesso em 09 jan. 2014.

TEIXEIRA, Anísio. Quanto vale o estudo? **Revista Época Negócios**, Online, Educação, 2010. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI246671-16642,00-QUANTO+VALE+O+ESTUDO.html>. Acesso em 25 Fev. 2014.

TODESCHINI, Marcos; SALOMÃO, Alexa. Um Mergulho na Nova Classe Média. **Revista Época Negócios**, nov. 2009. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI102795-16380,00-UM+MERGULHO+NA+NOVA+CLASSE+MEDIA.html>. Acesso em 29 jul. 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. UNCTAD. Global Value Chains: investment and trade for development. **World Investment Report 2013**. Switzerland: United Nations, 2013.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: FEC, 1996.

WHEARY, Jennifer. The global middle class is here: now what? **World Policy Journal**, v.26, n.4, p.75-83, 2009.

VEGA CANTOR, R. **Um mundo incerto para aprender e ensinar**: capitalismo, tecnociencia y ecocidio planetário. Colombia: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/Exibe. 1960

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale das lágrimas". Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. Originalmente escrito como um caderno em 1974.

VIERA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2010.